

25/11/2019

Grande Imprensa

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Comissão de ética apurará nomeação de advogada no MEC](#)

[Macarthismo escolar](#)

[Casos de drogas citados por Weintraub não têm elo com universidades federais](#)

[A valorização dos professores e a melhora da aprendizagem](#)

[Fuvest tem prova tradicional e falha em reconhecimento facial](#)

[Queimem os livros](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Rever desoneração deve afetar consumo apenas da alta renda](#)

[Fuvest tem Amazônia e problemas sociais](#)

O GLOBO - RJ

[Pacto federativo](#)

[Quem vigiará os professores?](#)

Revistas

EXAME - SP

[Ensino técnico: não é para pobre coitado](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA FOLHA

[Comissão de ética apurará nomeação de advogada no MEC](#)

BRASIL247

[Capes viola norma para favorecer empresário amigo de Weintraub](#)

CENÁRIOMT

[Capes lança edital para pesquisa relacionada a óleo nas praias](#)

NEXO

[O que muda com a carteira de estudante do governo Bolsonaro](#)

TNH1

[Após liberação de recursos, 100% das bolsas da Capes estão garantidas](#)

VIAGORA-PI

[Capes garante 100% das bolsas após liberação de recursos pelo MEC](#)

AGÊNCIA ESTADO

[O copo meio cheio ou meio vazio da Educação](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Imaginem se o Brasil tivesse um ministro da Educação?](#)

Grande Imprensa

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Capes ignora regra em caso de empresário ligado a Weintraub](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[A ciência como alavanca do progresso](#)

[MEC pretende ampliar escolas cívico-militares](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Novas diretrizes para a formação de professores](#)

[Gasto de saúde sobe além do mínimo e ameaça verba municipal de educação](#)

[Lamentáveis xingamentos](#)

[Investimento em economia criativa é importante para crescimento](#)

Imprensa Estadual

A GAZETA - MT

[Pesquisa](#)

[Capes vai liberar R\\$ 1,3 milhão para pesquisas sobre manchas](#)

O DIA - RJ

[Concursos para professores no Rio](#)

[Capes garante 100% das bolsas](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA BRASIL

[Após liberação de recursos, 100% das bolsas da Capes estão garantidas](#)

AGÊNCIA FOLHA

[Capes ignora regra em caso de empresário ligado a Weintraub](#)

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE

[Após liberação de recursos, 100% das bolsas da Capes estão garantidas](#)

ISTOÉ DINHEIRO - SP

[Após liberação de recursos, 100% das bolsas da Capes estão garantidas](#)

MONEY TIMES

[Após liberação, bolsas da Capes em 2019 crescem 4% e chegam a R\\$ 3,98 bilhões](#)

O DIA - RJ

[Após liberação de recursos, 100% das bolsas da Capes estão garantidas](#)

O FLUMINENSE - RJ

[Após liberação de recursos, 100% das bolsas da Capes estão garantidas](#)

O TEMPO - MG

[Após liberação de recursos, 100% das bolsas da Capes estão garantidas](#)

PODER 360 - DF

[Capes assegura 100% das bolsas após liberação de recursos](#)

PORTAL ISTOÉ

[Após liberação de recursos, 100% das bolsas da Capes estão garantidas](#)

R7

[Após liberação de recursos, todas as bolsas da Capes estão garantidas](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Após liberação de recursos, 100% das bolsas da Capes estão garantidas](#)

[Enade será aplicado neste domingo para cerca de 435 mil estudantes](#)

Grande Imprensa

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[E agora, ministro?](#)

[Falhas no ensino público](#)

[MEC pretende ampliar escolas cívico-militares](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Racismo](#)

[A alma inteira num tuíte](#)

[Weintraub mira PT, esquerda e imprensa em intensa participação em redes sociais](#)

[O ministro da balbúrdia](#)

[Mais de 129 mil pessoas devem prestar Fuvest neste domingo](#)

[Prefeitura de SP encontra sobrepreço no aluguel de ao menos 119 creches](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Weintraub diz que faculdades plantam maconha](#)

[Defesa e Educação têm maior reforço no caixa](#)

O GLOBO - RJ

[Maior liberação de recursos no Orçamento vai para Defesa](#)

[Escola compartilhada](#)

Imprensa Estadual

HOJE EM DIA - MG

[CALMA, GENTE](#)

JORNAL DE BRASÍLIA - DF

[CALMA, GENTE](#)

ZERO HORA - RS

[“A principal crise é a de aprendizagem”](#)

Agências de notícias e sites

LAPADA LAPADA

[Capes vai liberar R\\$ 1,3 milhão para pesquisas sobre manchas de óleo](#)

O PARANÁ - PR

[CALMA, GENTE](#)

OPINIÃO E NOTÍCIA

[Calma, gente](#)

AGÊNCIA ESTADO

[Ministro tem retórica agressiva, dizem reitores após fala sobre cultivo de maconha em faculdades](#)

AGÊNCIA FOLHA

[O ministro da balbúrdia](#)

G1

[Ministro diz que há plantações de maconha em universidades; reitores criticam ataques e retórica agressiva](#)

PLENO NEWS

[MEC lança carteira estudantil digital na próxima segunda](#)

PORTAL ISTOÉ

[Weintraub diz que faculdades plantam maconha](#)

PORTAL VEJA

[Combate à corrupção pode virar disciplina escolar](#)

R7

[Weintraub diz que universidades federais plantam maconha](#)

TERRA

[Ministro tem retórica agressiva, dizem reitores após fala sobre cultivo de maconha em faculdades](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Problema do MEC é Bolsonaro, não Weintraub](#)

[Weintraub diz que faculdades plantam maconha](#)

Agências de notícias e sites

ABIPTI

[Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia \(INCT\) estão preocupados com a redução dos investimentos para as entidades](#)

CORREIO WEB

[Capes destinará R\\$ 1,3 milhão para pesquisas sobre derramamento de óleo](#)

INFONET

[Governo destina R\\$ 1,3 milhão para projetos de combate ao óleo](#)

JORNAL DA CIÊNCIA

[Capes investirá R\\$ 1,3 milhão para pesquisar óleo nas praias](#)

[Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia \(INCTs\) estão preocupados com a redução dos investimentos para as entidades](#)

JORNAL DA USP - SP

[Estudo em presídios vai traçar perfil da tuberculose resistente](#)

MUNDO POSITIVO

[Capes vai liberar R\\$ 1,3 milhão para pesquisas sobre manchas de óleo](#)

O ESTADO ONLINE

CLIPPING



[Capes libera R\\$ 1,3 mi para pesquisas sobre manchas de óleo](#)

REVISTA AMAZÔNIA

[Capes disponibiliza R\\$ 1,3 milhão para o combate ao derramamento de óleo nas praias brasileiras](#)

AGÊNCIA GLOBO

[Reitores das universidades federais querem processar ministro da Educação](#)

PORTAL VEJA

[Ciro Nogueira emplaca nome no FNDE – e ninguém sabe como ele foi parar lá](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Sem provas, Weintraub diz que federais têm plantações extensivas de maconha](#)

[Carteirinha estudantil digital será lançada na segunda-feira, diz Weintraub](#)

Agências de notícias e sites

JORNAL FLORIPA

[Capes vai liberar R\\$ 1,3 milhão para pesquisas sobre manchas de óleo](#)

MAIS EXPRESSÃO

[Capes vai liberar R\\$ 1,3 milhão para pesquisas sobre óleo](#)

PRIMEIRA HORA

[Capes vai liberar R\\$ 1,3 milhão para pesquisas sobre manchas de óleo](#)

REPÓRTER NEWS

[Capes vai liberar R\\$ 1,3 milhão para pesquisas sobre manchas de óleo](#)

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA

[CAPES investirá R\\$ 1,3 milhão para pesquisar óleo nas praias](#)

[CAPES e Cofen vão investir R\\$ 3,5 milhões na formação de enfermeiros](#)

[RBEP e mais três periódicos do Inep estão disponíveis em plataforma de revistas eletrônicas](#)

TEMPO BAHIA

[Capes vai liberar R\\$ 1,3 milhão para pesquisas sobre manchas de óleo](#)

TERRA

[Abertura do XXIII Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos terá presença do ministro](#)

[Gustavo Canuto, do MDR](#)

AGÊNCIA BRASIL

[Bom desempenho no Enade pode ajudar a conseguir emprego, diz Inep](#)

AGÊNCIA ESTADO

[A autorregulação do setor de ensino privado](#)

CONGRESSO EM FOCO

[PEC dos Fundos avança no Senado com mudanças. Veja a íntegra do relatório](#)

CORREIO WEB

[Bom desempenho no Enade pode ajudar a conseguir emprego, diz Inep](#)

G1

[Parceria entre Sicoob Central Rondon e faculdade promove educação cooperativista](#)

R7

[MEC prorroga prazo para responder a questionário do Enade](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Sem provas, Weintraub diz que federais têm plantações extensivas de maconha](#)

[Carteirinha estudantil digital será lançada na segunda-feira, diz Weintraub](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP - COLUNAS

Comissão de ética apurará nomeação de advogada no MEC

Posto é alvo de assédio do setor privado por cuidar de autorizações para novos cursos

Brasília

A Comissão de Ética Pública da Presidência da República vai apurar a nomeação, no Ministério da Educação, de uma advogada que até recentemente defendia empresas de educação superior.

A Folha revelou neste domingo (24) que uma decisão atípica da **Capes**, órgão ligado ao MEC, liberou um doutorado na Unisa, de São Paulo. A instituição é controlada por Antônio Veronezi, empresário com estreita relação com Weintraub e com o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/11/comissao-de-etica-apurara-nomeacao-de-advogada-no-mec.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - EDITORIAL

Macarthismo escolar

Damares e Weintraub ameaçam liberdade de ensino com corte de verbas a redes públicas

O Estado é laico, mas... Numa democracia plena e numa nação republicana, não caberiam reticências nem subordinação nesse axioma. O Estado é laico. Ponto.

Não para Damares Alves, ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, que agora se associa ao não menos controverso titular da pasta da Educação, Abraham Weintraub, para criar uma atmosfera policialista em todas as salas de aula do país.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2019/11/macarthismo-escolar.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Casos de drogas citados por Weintraub não têm elo com universidades federais Episódios em MG e DF não corroboram acusação de ministro sobre produção extensiva de drogas

Brasília

Em seu mais recente ataque à autonomia das universidades federais, o ministro Abraham Weintraub (Educação) afirmou na semana passada que as instituições de ensino estariam abrigando “extensivas plantações de maconha” em suas áreas.

Como prova, divulgou em suas redes sociais duas notícias que, checadas pela Folha, não autorizam uma conclusão como a manifestada pelo titular da pasta.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/11/casos-de-drogas-citados-por-weintraub-nao-tem-elo-com-universidades-federais.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

A valorização dos professores e a melhora da aprendizagem

O professor é uma peça chave para a transformação da educação em São Paulo

Educação se faz com pessoas, e o professor é o ator mais nobre de uma sociedade. Ser professor é transformador.

No Plano Estratégico 2019-2022 da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo (Seduc) temos um foco essencial, nesta gestão do governador João Doria, que é valorizar o professor e melhorar a aprendizagem dos nossos mais de 3,5 milhões de crianças, adolescentes, jovens e adultos que estudam nas 5.100 escolas estaduais paulistas.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/11/a-valorizacao-dos-professores-e-a-melhora-da-aprendizagem.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Fuvest tem prova tradicional e falha em reconhecimento facial

Questões multidisciplinares e pela 1ª vez coloridas chamaram a atenção; gabarito sai às 9h da manhã desta segunda (25)

São Paulo

Os candidatos que fizeram a prova da Fuvest neste domingo (24) em busca de uma vaga na Universidade de São Paulo encontraram um exame tradicional, mas com algumas pequenas novidades.

O destaque desta edição foram as questões interdisciplinares. Perguntas que abordavam matemática e inglês ou química e geografia cobravam dos alunos um bom conhecimento do conteúdo programático dessas matérias.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/11/fuvest-tem-prova-tradicional-e-falha-em-reconhecimento-facial.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Queimem os livros

Weintraub e Damares preferem lutar contra moinhos de vento ao formular políticas sérias

“Vê agora por que os livros são tão odiados e temidos? Eles mostram os poros no rosto da vida. As pessoas acomodadas só querem rostos de cera, sem poros, sem pelos, sem expressão.” Este é um dos meus trechos favoritos do livro “Fahrenheit 451” de Ray Bradbury. Publicado em 1953, o livro narra uma sociedade distópica onde livros são proibidos, constantemente queimados por esquadrões de bombeiros. Distopia cada vez mais presente nos dias atuais.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/thiago-amparo/2019/11/queimem-os-livros.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - POLÍTICA

Rever desoneração deve afetar consumo apenas da alta renda

A revisão da política de desoneração da cesta básica em estudo pelo governo quer evitar que o benefício contemple famílias de alta renda, consumidoras de produtos como carnes nobres e peixes como salmão, hoje na lista de isenção de tributos da cesta. A ideia é que os recursos poupados com o aumento da tributação de alguns itens sejam direcionados ao Bolsa Família.

A proposta é reonerar produtos como queijos (do gorgonzola ao chantilly), iogurtes light e diet, leite condensado, creme de leite, cream cheese, cappuccino em pó solúvel, filé de alguns tipos de peixe (incluindo salmão), peru, pato e até ovo de jacaré. Todos são hoje desonerados porque estão na chamada “cesta básica” a um custo de R\$ 1,17 bilhão anual. O reforço do Bolsa Família teria potencial para retirar 117 mil pessoas da pobreza, diz o Ministério da Economia.

Em 2018, a desoneração da cesta básica consumiu R\$ 15,9 bilhões, mas só R\$ 1,6 bilhão desse valor é gasto com os 20% mais pobres. Os 20% mais ricos, por sua vez, ficam com R\$ 4,5 bilhões do benefício. 820 mil crianças e gestantes do Bolsa Família, que recebem visitas de 25 mil agentes semanalmente. A previsão é ultrapassar 1 milhão de atendimentos no ano que vem e, até 2022, atingir 3,2 milhões.

‘Efeito Lula’. A agenda liberal de Guedes é o alvo principal dos ataques dos críticos – para quem o ajuste e as reformas propostas pela equipe econômica punem mais a população de baixa renda. O anúncio da taxa do benefício do seguro-desemprego para bancar a desoneração da folha de pagamento das empresas, no pacote de estímulo do emprego, alimentou essa percepção negativa. No embalo da libertação de Lula, no início deste mês, as críticas se intensificaram nas últimas semanas.

Em pleno feriado da Proclamação da República, no dia 15, o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, convocou uma reunião com o ministro da Cidadania, Osmar Terra, para discutir um plano de ações com foco na primeira infância. Também participaram do encontro os ministros da Educação, Abraham Weintraub, e da pasta da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damare Alves. Na ocasião, o grupo fez uma primeira radiografia geral das políticas públicas já existentes.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Fuvest tem Amazônia e problemas sociais

Primeira fase trouxe alguns temas sensíveis ao Brasil neste ano, como a reaproximação diplomática do Brasil com os Estados Unidos; a prova, que foi colorida pela primeira vez, foi usada como recurso para cobrar interpretação

SÃO PAULO - A primeira fase da Fuvest foi marcada ontem pela abordagem de problemas sociais da atualidade e pelo alto nível de exigência na área de Exatas. Entre os assuntos cobrados estavam as queimadas na Amazônia, o incêndio no Museu Nacional, no Rio, e a aproximação diplomática entre o Brasil e os EUA. Também chamou a atenção questões com teor interdisciplinar.

O exame da Fundação Universitária para o Vestibular (Fuvest) é a principal porta de entrada para a Universidade de São Paulo (USP). Neste ano, 129 mil candidatos se inscreveram para realizar a prova em 35 cidades em todo o País.

Segundo candidatos ouvidos pelo Estado, embora a prova não tenha feito citações diretas ao governo Jair Bolsonaro, foram abordados temas sensíveis ao Brasil neste ano.

“Caíram mais questões envolvendo problemas sociais do Brasil do que em outros vestibulares, como o Enem, que foi muito neutro”, afirmou Isabelly Lira, de 17 anos, que tenta uma vaga em Medicina Veterinária. A amiga Fernanda Marques, de 17 anos, que presta para Terapia Ocupacional, concordou: “A prova da Fuvest foi mais ‘posicionada’.”

Em Geografia, além das queimadas na Amazônia, foram abordados os conflitos na Síria e discutido o processo de gentrificação, a partir da experiência em Barcelona, na Espanha. A prova não abordou diretamente a crença do terraplanismo, mas trouxe em uma questão um mapa da Terra de 1545.

Já História cobrou o incêndio do Museu Nacional, que aconteceu em setembro de 2018 – o local abrigava o crânio de Luzia, o mais antigo fóssil das Américas. Outra questão que chamou atenção dos candidatos foi a que trouxe a letra de Geração Coca-Cola, de Renato Russo, para discutir a redemocratização nos anos 1980, as Diretas Já e o movimento estudantil.

Kaili Takamori, professora de História do Cursinho da Poli, destacou o fato de a prova ter trazido duas questões que abordaram o período da ditadura militar no País. “O assunto ficou fora do Enem, mas a Fuvest trouxe e com grande destaque. Isso é normal, afinal, todos os grandes vestibulares sempre abordam esse período. O choque foi não ter caído no Enem.”

Na avaliação do professor Fernando da Espiritu Santo, gerente de Inteligência Educacional e Avaliações do cursinho Poliedro, a Fuvest se destacou por aprofundar o nível da interdisciplinaridade das questões.

Houve questão de Matemática misturada com Inglês, em que o aluno tinha de entender uma tirinha de Calvin & Haroldo na língua estrangeira para responder; de Geografia com Química, em que o candidato precisava compreender relevo e altitude dos Andes para traduzir o contexto de processos químicos; e de Biologia com Geografia, que abordou o problema de superbactérias resistentes e o prejuízo em especial às populações mais carentes.

Para Gilberto Alvarez, diretor do Cursinho da Poli, o formato e as habilidades cobradas na prova têm deixado mais explícito o tipo de alunos que a USP quer em seus cursos de graduação. “Ter uma questão de Matemática com um enunciado em Inglês não é apenas para ter interdisciplinaridade na prova. É uma demonstração de que o idioma é obrigatório para quem vai ingressar na universidade.”

O professor de Química Bruno Valle, do cursinho Objetivo, afirmou que as questões adotaram cenários pouco triviais dos usados em sala de aula. Uma questão, por exemplo, abordava a forma de fazer substâncias com o manejo de átomos com laser. “Isso não é óbvio, mas um aluno com bom conhecimento do conteúdo fundamental de química conseguia responder.”
Enem.

Santo acredita que assim como o Enem vai em direção à Fuvest, também ocorre o contrário. “A Fuvest continua sendo um vestibular mais tradicional, mas cobrou que o aluno saiba e entenda o conteúdo de um modo mais abrangente, não apenas como

decoreba”, disse o professor, que também destacou que, em algumas questões de Exatas, era preciso dominar vários assuntos de uma mesma disciplina para acertar a pergunta.

Para o professor de Geografia Eduardo Britto, do Objetivo, chamou a atenção o uso, pela primeira vez, de cores na prova. “Para a Geografia, o recurso foi maravilhoso, porque permite explorar a interpretação, por exemplo, em mapas e gráficos.” Ele também destacou a interdisciplinaridade na questão que abordou a Amazônia. “Ela caiu na parte de Biologia, mas para respondê-la o aluno também precisa de conhecimento de Geografia.”

Nível de dificuldade

Para a maioria dos candidatos, as provas de Humanas foram mais fáceis. “Só em História que tinha de saber muito detalhe”, conta Pedro Gonzalez, de 17 anos, que se inscreveu para Engenharia Aeronáutica. Entre os quesitos, a prova cobrou o período holandês no Nordeste e a Revolução Inglesa.

Prestando Fuvest pela segunda vez para Medicina, o estudante Bruno Souza, de 18 anos, concordava com a opinião da maioria: a prova de Física foi a mais difícil. “Tradicionalmente, o nível da Fuvest é alto, mas este ano achei mais complicado do que no ano passado.”

Segundo os concorrentes, as Exatas exigiram domínio de fórmulas e exploraram menos questões teóricas. Assuntos tradicionalmente menos comuns, como eletromagnetismo, foram cobrados.

Outra prova “acusada” de ser difícil foi Português, que exigiu leitura das obras sugeridas – entre elas, Sagarana, de Guimarães Rosa, e Angústia, de Graciliano Ramos. “Eu preferi fazer a parte de Exatas”, comenta Guilherme Ferreira, de 17, que prestou vestibular para Engenharia Química.

Segundo o professor Santo, a Fuvest seguiu a tendência de trazer questões longas em Português, com vários textos para serem lidos.

[topo](#)

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Pacto federativo

Gestores da educação temem perder recursos para a saúde com nova PEC BRASÍLIA

O terreno de 55 mil metros quadrados do campus Praia Vermelhada UFRJ, em Botafogo, poderá ganhar prédios de até 20 andares no entorno da Avenida Venceslau Brás. A prefeitura quer autorizar as construções atendendo a um pedido da universidade. Proposta, polêmica, tem que passar pela Câmara Municipal.

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do Pacto Federativo, sugerida pelo Ministério da Economia, acirrou ainda mais os ânimos na área da educação, que tenta chegar a uma solução para o redesenho do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), principal fonte de financiamento da etapa básica no país.

Um dos pontos que gerou reação de gestores municipais e estaduais foi a definição de um mínimo constitucional conjunto para a Saúde e a Educação.

A avaliação é de que a medida vai acabar resultando na fuga de recursos públicos do setor educacional, já que os resultados na área demoram a aparecer. Somado a isso, agentes ligados à educação opinam que a proposta pode também resvalar na discussão da PEC do Fundeb, em debate na Câmara, tensionando ainda mais as negociações sobre a participação do governo no fundo.

A Constituição determina que estados e municípios gastem, no mínimo, 25% de suas receitas arrecadadas em impostos com educação. Na saúde, o percentual deve ser 12% para estados e 15% para municípios. A ideia da PEC é ter um percentual único somado: 37%, no caso de estados, e 40% para municípios, que podem ser distribuídos de acordo com a avaliação do gestor.

Um estudo feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), com base em dados de 2016 do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (Siope), mostra que 1.589 municípios (quase 30% do total) investiram até 26% das receitas na educação, próximo do limite constitucional. Na saúde, o número de cidades com gasto bem próximo do mínimo foi menor: 652 aplicaram até 16% na área. Segundo Cláudio Hamilton dos Santos, coordenador de Políticas Macroeconômicas do Ipea, os dados indicam que mais municípios têm problemas com educação do que com saúde:

— Estados e municípios que gastam próximo do mínimo constitucional serão muito afetados caso a medida seja aprovada. Por outro lado, ela pode ser importante para alguns outros municípios, mas tem impacto limitado caso não se mexa no Fundeb. Se mexer, a União terá que entrar com mais recursos para manter o quadro redistributivo.

Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Luiz Miguel Martins Garcia afirma que a proposta é acompanhada com apreensão pelos secretários de educação:

— A junção dos mínimos nos preocupa muito porque acaba colocando uma questão estratégica, que é a educação, para concorrer com a questão emergencial, que é a saúde. É muito difícil encontrar um município que tem gasto de apenas 15% com saúde, e isso vai levar a uma disputa por recursos complementares.

Atualmente, de cada R\$100 em receitas, o estado e o município devem aplicar no mínimo R\$25 em educação e, desses, R\$20 na educação básica via Fundeb. Parte dos impostos arrecadados por estados e municípios é depositada no fundo e redistribuída entre os entes federativos de acordo com o número de alunos.

A União complementa em até 10% os valores do Fundeb para repassar a estados e municípios que não conseguem atingir um valor mínimo por estudante. Os parâmetros do fundo estão em discussão na Câmara e devem ser aprovados ainda neste ano, já que a vigência dele termina em 2020.

Em texto preliminar, a deputada Dorinha Seabra (DEM-TO), relatora da proposta, sugeriu uma complementação de até 40% em dez anos. O valor gerou reação do governo, que considera o índice inviável e propôs 15% em até 15 anos.

RESISTÊNCIA

Após a apresentação da PEC do Pacto Federativo, as frentes parlamentares da Educação, da qual a deputada faz parte, e da Saúde se posicionaram contra a medida.

—Não acho que isso piore o debate sobre o Fundeb, mas esse tema da desvinculação é muito ruim. Com o desafio que temos de melhorarmos duas áreas, nas quais não estamos bem, a desvinculação não cabe —defendeu Dorinha.

Nos bastidores, parlamentares apostam que a proposta do Ministério da Economia para os mínimos sofrerá forte resistência no Congresso mesmo entre parlamentares da base.

Vice-líder do governo, o senador Izalci Lucas (PSDBPR), que também é relator setorial da área de educação no Orçamento de 2020, diz que não aprova a medida:

—Essa briga não me agrada. A saúde está péssima. Ao mesmo tempo, não podemos matar em termos educacionais a nova geração que chega.

A tramitação do Fundeb também não será fácil caso não seja atingido um meio termo entre a proposta dos 15% do governo e dos 40% da relatora. Em conversas com parlamentares, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, já teria deixado claro que nem pautará a discussão na Casa se o percentual não for reduzido.

“Uma questão estratégica, que é a educação, passa a concorrer com uma emergencial, a saúde” Luiz Garcia, da Undime, sobre a junção dos gastos mínimos

“A desvinculação não cabe com o desafio que temos de melhorar as duas áreas, nas quais não estamos bem” Professora Dorinha (DEM-TO), relatora da proposta do Fundeb

topo 

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Quem vigiará os professores?

Uma das variáveis de maior impacto no desempenho dos alunos é o clima escolar. Ele é construído através de diálogo

Na semana passada, a ministra dos Direitos Humanos, Damares Alves, anunciou, junto com Abraham Weintraub (Educação), os planos do governo federal de criar um canal para denunciar professores que atentassem contra “a moral, a religião e a ética da família”. Ainda não há detalhes sobre como funcionaria, mas já é possível antever sérios questionamentos a respeito da legalidade da iniciativa, visto que 99% das escolas de educação básica são administradas por municípios, Estados ou pela iniciativa privada (que, pela lei, são fiscalizadas pelas autoridades estaduais).

Além da questão legal, cabe a pergunta de quem analisaria, de forma objetiva, o que seria um atentado contra a moral ou ética. Damares, só para lembrar, é aquela ministra que, em seus tempos de pastora, afirmou que na Holanda especialistas “ensinam que o menino deve ser masturbado com sete meses de idade” e que “menina precisa ser manipulada desde cedo para que tenha prazer na fase adulta”.

A ministra também já afirmou que escolas do Nordeste estavam distribuindo manuais

de bruxaria para crianças de seis anos de idade, e que havia no Brasil muitos hotéis fazenda de fachada, onde “turistas iriam para transar com animais”. Se os burocratas a serem designados para analisar as denúncias contra professores forem adeptos do mesmo grau de realismo mágico da ministra, as reuniões se assemelharão mais a Tribunais da Inquisição da Idade Média do que a qualquer juízo razoável em pleno século XXI.

Na mesma coletiva em que foi citado o canal, Weintraub afirmou que escolas que não promovessem um ambiente “adequado” poderiam ser punidas com menos repasses federais, e ainda que Estados e municípios têm a obrigação de “prover um ambiente construtivo para as crianças”.

Resta saber o que o ministro — que na semana passada apareceu numa entrevista acusando universidades federais de terem “plantações extensivas de maconha” e de fabricarem em seus laboratórios drogas sintéticas — define como adequado e construtivo.

Imaginem —apenas imaginem —se um professor, do alto de sua autoridade, respondesse a crítica de uma aluna no Twitter xingando sua mãe de “égua sarnenta e desdentada”. Ou que se referisse, em mídias sociais ou em eventos oficiais da escola, a opositores políticos e chefes de estado estrangeiros como canalhas, vagabundos ou cretinos.

Descartando fatores externos à escola, uma das variáveis de maior impacto no desempenho dos alunos é o clima escolar. Ele é construído através de diálogo pautado por relações de confiança e pelo estabelecimento de laços positivos entre alunos, professores e famílias. Instaurar um canal de denúncias vindo de Brasília em nada contribui para esse objetivo.

Ter um clima escolar positivo não é garantia de que não existirão conflitos ou discordâncias motivadas por visões de mundo distintas. Mas, quando eles surgem, há maior chance de superá-los de modo civilizado e respeitoso. Algo que, infelizmente, anda muito em falta em nosso ambiente político.

[topo](#)

EXAME - SP - BRASIL

Ensino técnico: não é para pobre coitado

Depois de décadas de desdém, o Brasil finalmente parece dar sinais de que vai investir no crescimento do ensino técnico — e isso deve ser comemorado

No Brasil, o ensino técnico profissionalizante — aquele voltado para estudantes de nível médio e que capacita os jovens em uma profissão — sempre foi visto com certo desdém. Por muito tempo, vigorou a ideia de que era algo destinado às classes menos favorecidas. Nos tempos do Império, escolas técnicas eram vistas como uma “benesse” para órfãos de famílias pobres ou crianças com alguma deficiência física. Durante o governo de Getúlio Vargas, a Reforma Capanema, liderada pelo ministro da Educação, Gustavo Capanema, fundou as bases do ensino industrial com a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e corroborou a ideia de que o ensino técnico era “destinado às classes menos favorecidas”. Felizmente, essa visão, aos poucos, vai sendo superada — e o Brasil só tem a ganhar com isso.

Um estudo da consultoria Macroplan compilou dados sobre o ensino técnico brasileiro e

traz uma boa notícia: o número de matrículas cresceu 90% nos últimos dez anos, de 942.000 para quase 1,8 milhão de alunos. A alta foi puxada pelo crescimento da oferta nas instituições públicas, que avançou 111%, ante 65% nas escolas privadas. O destaque é o avanço do ensino técnico nas escolas federais e estaduais. No período, o número de matrículas em instituições federais aumentou 175%, enquanto nas estaduais cresceu 102%.

Dos anos 50 em diante, a legislação brasileira alternou incentivos e desestímulos ao ensino técnico. Em 2004, o Decreto no 5.154 possibilitou o desenvolvimento da educação profissional integrada ao ensino técnico. Isso abriu espaço para que o governo federal implantasse uma série de políticas de incentivo à abertura de cursos e vagas, como o Programa Brasil Profissionalizado, de 2007, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e a Rede e-Tec Brasil, ambos de 2011. O Plano Nacional de Educação, de 2014, incluiu uma meta ambiciosa para o ensino técnico: chegar a 5,2 milhões de matrículas em 2024, quase três vezes o número atual. Para atingir essa meta — e sobretudo garantir um ensino de qualidade —, será preciso pôr em prática algumas estratégias previstas no PNE. Uma delas é criar um sistema de avaliação dos cursos. Outra é oferecer estágios aos alunos. “Em muitas escolas, os estágios são substituídos por visitas técnicas, que não propiciam ao aluno contato com a realidade profissional”, diz Karla Régner, consultora sênior da Macroplan e uma das responsáveis pelo estudo.

Num país pobre e com alta taxa de desemprego, os cursos técnicos atraem jovens que precisam obter renda rapidamente — até para bancar o ensino superior. Um estudo do Senai mostra que um profissional que tenha feito curso técnico ganha 18% mais do que alguém com o mesmo perfil socioeconômico que tenha feito o ensino médio regular. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a remuneração média de um técnico é de 2.669 reais, ante 2.058 do conjunto de trabalhadores.

A oferta de ensino técnico no Brasil ainda é baixa. Um estudo recentemente divulgado pela OCDE, o clube dos países ricos, mostra que apenas 8% dos estudantes brasileiros completam o ensino médio com alguma formação técnica. É o segundo pior índice no grupo de 46 países avaliados — e muito abaixo da média de 40% dos países-membros da OCDE. Outra comparação em que o Brasil sai perdendo é o investimento por estudante: o gasto por aluno aqui é de 4.100 dólares, ante 10.000 na média da OCDE. Se mantiver o ritmo de crescimento da última década, o Brasil precisará de 30 anos para alcançar Portugal, onde 46% dos alunos estão matriculados em cursos técnicos.

O crescimento dos cursos de nível técnico ocorre num contexto em que o mercado exige cada vez mais profissionais que sejam especializados em suas funções e preparados para lidar com as novas tecnologias digitais, como robótica, internet das coisas e inteligência artificial. Hoje faltam profissionais capacitados para esse mundo 4.0. Segundo o estudo Mapa do Trabalho Industrial 2019-2023, do Senai, profissões ligadas à tecnologia estarão entre as de maior crescimento nos próximos anos. O número de vagas para condutores de processos robotizados, por exemplo, deverá crescer quase 23% nos próximos quatro anos.

Para atender à demanda, as escolas técnicas precisam se atualizar e entregar ao mercado profissionais com as habilidades desejadas. Nem sempre é o que acontece. “Muitas empresas não conseguem contratar porque não acham profissionais com o perfil

adequado”, diz Adriana Fontes, economista sênior da Macroplan. Um exemplo é a empresa de serviços digitais Locaweb. A quantidade e a qualidade dos alunos formados são cada vez menores, segundo Higor Franco, diretor-geral de varejo da Locaweb. “Precisamos treinar os jovens que chegam e, como a demanda por esses profissionais é grande, corremos o risco de perdê-los para outras empresas”, diz Franco.

Em alguns setores, a baixa oferta de trabalhadores de nível técnico é um obstáculo ao crescimento. A Saint-Gobain Abrasivos, fabricante de lixas, discos de corte e outras ferramentas, busca profissionais que aliem conhecimentos de nível técnico “raiz”, como mecânica e elétrica, com outros mais recentes, como programação. “Não é simples encontrar esse profissional no mercado”, diz Alexandre Gama, diretor industrial da Saint-Gobain Abrasivos. A estratégia tem sido encontrar e formar jovens aprendizes. “De cada 80 estudantes selecionados, conseguimos achar dois com potencial para ser bons profissionais.” A equipe de Gama tem seis profissionais focados em programação. “O ideal seria termos 12.”

Na unidade brasileira da fabricante de celulose chilena CPMC, no Rio Grande do Sul, quase 90% dos funcionários têm nível técnico. Mas ser formado técnico em celulose e papel, em um curso oferecido pela própria empresa, é apenas o requisito básico. O profissional desejado precisa, além disso, ter boa capacidade de aprendizagem, flexibilidade e iniciativa para inovação. “A forma de trabalho está mudando e esperamos de nossos funcionários capacidade analítica e de resolução de problemas”, diz Maurício Harger, diretor-geral da CPMC Brasil.

As melhores escolas parecem atentas às demandas do mercado. No Centro Paula Souza, autarquia do governo do estado de São Paulo que administra 223 escolas técnicas, a criação de cursos e a elaboração dos currículos têm sido feitas em sintonia com o ambiente de negócios. “Cursos novos nascem e morrem de acordo com a demanda do setor empresarial”, diz Almério Melquíades de Araújo, coordenador do ensino médio e técnico do Centro Paula Souza. Hoje, o foco da instituição é desenvolver cursos ligados à Indústria 4.0. Programação de jogos digitais, redes de computadores e automação industrial são alguns exemplos. Três em cada quatro alunos formados nas escolas do Centro Paula Souza conseguem se empregar em até um ano após a formatura.

Com uma postura proativa, várias empresas têm oferecido cursos por conta própria. Uma delas é a fabricante de autopeças Bosch, que trouxe para o país o modelo de ensino técnico dual alemão, no qual as aulas são integrais e ocorrem em sala de aula e na empresa. Um dos focos é formar técnicos em mecatrônica capazes de lidar com máquinas computadorizadas. “Oferecemos aos alunos a chance de vivenciar o dia a dia da produção”, diz Paula Pessoa, gerente de recursos humanos da Bosch. Por ano, passam pelo curso 60 alunos de nível médio, dos quais 90% são efetivados. Os bons exemplos mostram que há um caminho para o ensino técnico se fortalecer no país.

O VERDE E AMARELO VAI RESOLVER?

Sem atacar os verdadeiros problemas, o programa do governo de criação de empregos para jovens pode ser apenas um paliativo

No dia 11 de novembro, o presidente Jair Bolsonaro assinou a Medida Provisória no 905, criando o Programa Verde e Amarelo, uma tentativa de combater um problema que

atinge o Brasil e vários outros países: a alta taxa de desemprego entre jovens. Segundo dados oficiais, o índice está perto de 26% entre jovens de 18 a 24 anos, mais que o dobro da taxa do conjunto da população. O novo programa baseia-se na redução da carga tributária. A empresa que contratar jovens de 18 a 29 anos que estejam em busca do primeiro emprego não pagará a contribuição à Previdência Social, e o recolhimento ao Fundo de Garantia cairá de 8% para 2% do salário. A desoneração valerá por dois anos. A meta do governo é criar 1,8 milhão de empregos para essa faixa etária até 2022.

A medida tem a virtude de olhar para um segmento da população que merece atenção. Jovens que não conseguem emprego nos primeiros anos depois de formados podem comprometer toda uma vida de trabalho. À medida que os anos passam, a chance de colocação no mercado diminui. No atual cenário de economia ainda desaquecida, arrumar um emprego é mais difícil. “Há uma abundância de vagas para estágio, no qual não há incidência de tributos para o empregador. Mas, na hora da efetivação, o estagiário concorre com profissionais mais experientes”, diz Felipe Brunieri, sócio da empresa de recrutamento Assetz.

O Verde e Amarelo, porém, tem limitações. A primeira: não ataca o problema da má formação dos jovens. “Nossas escolas formam pessoas que, no mercado de trabalho, têm baixa produtividade”, diz Juliana Inhasz, coordenadora do curso de graduação em economia da escola de negócios Insper. Se o país não resolver os problemas na área de educação, as empresas poderão se aproveitar do incentivo fiscal e contratar jovens, mas, após dois anos, quando os benefícios perderem efeito, poderão trocá-los por outros jovens. Outro ponto: a queda firme do desemprego depende da recuperação da economia, que ainda dá sinais pouco animadores. Segundo a consultoria Tendências, o crescimento deve ser de 0,9% neste ano e de 1,8% em 2020. “Sem o crescimento do PIB, qualquer medida será apenas um paliativo”, diz Alessandra Ribeiro, sócia da Tendências.

O Verde e Amarelo incluiu alterações na legislação que podem melhorar a relação de trabalho. Um dos efeitos esperados é maior liberdade para empresas e trabalhadores na negociação de salários e recompensas. “A medida provisória dispõe de regras claras para a distribuição de participação nos lucros e resultados, diminuindo a insegurança jurídica e os riscos de multas”, diz Paulo Saliby, sócio da consultoria SG Comp Partners, especializada em remuneração.

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Comissão de ética apurará nomeação de advogada no MEC

Posto é alvo de assédio do setor privado por cuidar de autorizações para novos cursos

Brasília

A Comissão de Ética Pública da Presidência da República vai apurar a nomeação, no Ministério da Educação, de uma advogada que até recentemente defendia empresas de educação superior.

O ministro Abraham Weintraub nomeou, no dia 8 de novembro, Kathleen Ferrabotti Matos para a Diretoria de Supervisão da Seres (Secretaria de Regulação do Ensino Superior) do MEC.

A subpasta é alvo de assédio do setor privado por cuidar, por exemplo, de autorizações

para novos cursos.

A advogada aparece como parte em processos recentes envolvendo, entre outras, a Anhanguera, empresa da Kroton, um dos maiores grupos de educação privada do país. Por isso, o PSOL ingressou com uma representação na comissão.

O documento aponta potencial conflito de interesses.

“A nomeação efetivada pelo ministro de Estado da Educação não está em sintonia com os padrões éticos, morais e socialmente aceitáveis, uma vez que proporciona uma potencial captura do órgão regulador pelo ente regulado, em claro prejuízo para o interesse público”, diz o texto, emitido no último dia 12.

A influência do setor privado de ensino superior no MEC foi fortalecida depois que Weintraub assumiu a pasta.

Um de seus principais assessores, Sergio Henrique Cabral Sant’Ana, era associado a um dos importantes escritórios de advocacia que defende os interesses do setor, o Covac, onde Kathleen Matos já atuou.

Sant’Ana goza de prestígio no MEC e chega a representar o ministro em encontros importantes, como no CNE (Conselho Nacional de Educação).

A recente saída de Ataíde Alves do comando da Seres teve influência dele, conforme fontes informaram à Folha —o andamento dos processos comandados por Alves desagradou o setor.

A Folha revelou neste domingo (24) que uma decisão atípica da **Capes**, órgão ligado ao MEC, liberou um doutorado na Unisa, de São Paulo. A instituição é controlada por Antônio Veronezi, empresário com estreita relação com Weintraub e com o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni.

O empresário tem sido ouvido para a definição de uma autorregulação do ensino superior.

Foi dele a ideia do programa, lançado em 6 de novembro, que aumenta a nota da avaliação de faculdades que atendam alunos de educação básica.

Em nota, o presidente da comissão de ética, Paulo Henrique dos Santos Lucon, afirma que os processos tramitam de modo reservado até a conclusão.

“Em relação à autoridade, há uma denúncia, que terá regular tramitação tal como ocorre com todas as demais”, diz ele.

A comissão já analisa outra representação contra Weintraub, depois que ele publicou em sua conta pessoal no Twitter em junho uma mensagem na qual associava os ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff (ambos do PT) a drogas apreendidas em um avião do governo durante passagem pela Espanha com um militar, que foi preso.

Nomeações atendem requisitos técnicos e legais, diz MEC

O MEC defendeu em nota que a nomeação da advogada Kathleen Ferrabotti Matos foi realizada em atendimento aos requisitos técnicos-legais para o cargo na Diretoria de

Supervisão da Seres.

“Em especial, a de possuir experiência profissional em atividades correlatas às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições e às competências do cargo ou da função”, diz o texto.

topo ↕

BRASIL247 - NOTÍCIAS

Capes viola norma para favorecer empresário amigo de Weintraub

A Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), órgão do Ministério da Educação, ignorou as próprias regras para aprovar um novo doutorado em uma universidade privada controlada por empresário ligado ao ministro Abraham Weintraub

A **Capes** acaba de tomar uma decisão atípica que viola as próprias normas para beneficiar um curso da universidade privada Unisa, em São Paulo, ao autorizar a abertura de pós-graduação em medicina veterinária.

Segundo reportagem do jornalista Paulo Saldaña, na Folha de S.Paulo, a autorização foi dada apesar de a proposta ter sido alterada no meio do processo de análise, o que é vetado pelas normas da própria **Capes**.

Um dos controladores da instituição, o empresário Antônio Veronezi, é ligado aos ministros Onyx Lonrezoni (Casa Civil) e Abraham Weintraub (Educação).

Veronezi já foi recebido por Bolsonaro e teve encontros com Lonrezoni na Casa Civil fora da agenda.

topo ↕

CENÁRIOMT - TEMPO REAL

Capes lança edital para pesquisa relacionada a óleo nas praias

O edital de seleção de projetos foi lançado nesta sexta-feira (22) por meio do programa Capes Entre Mares

A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** vai investir R\$ 1,3 milhão em projetos de pesquisas que contribuam para a redução de danos ambientais causados pelo vazamento de óleo que atingiu as praias do país desde agosto. O edital de seleção de projetos foi lançado nesta sexta-feira (22), por meio do programa **Capes Entre Mares**.

O recurso será destinado a docentes vinculados a programas de pós-graduação stricto sensu que tenham linhas de pesquisa relacionadas ao problema identificado no litoral. O objetivo é contribuir para a contenção, o processamento do resíduo encontrado e a redução de danos.

As áreas temáticas prioritárias são avaliação dos impactos ambientais, avaliação dos impactos socioeconômicos, bioremediadores, dispersão do óleo, processamento de resíduos e tecnologia aplicada à contenção do óleo.

O presidente da **Capes**, **Anderson Correia**, explicou que a intenção é trazer o conhecimento da pós-graduação brasileira para resolver os problemas da sociedade. Ele destacou que a seleção das propostas será rápida e o recurso liberado ainda neste ano para o início imediato dos trabalhos.

“O objetivo é resolver o problema, que a situação existente seja mitigada com a maior brevidade possível, e também avaliar os impactos para a saúde humana, para o meio ambiente, para o turismo. São diversas aplicações. A **Capes** financia tanto a bolsa quanto os custos das pesquisas desenvolvidas”, disse o presidente da **Capes**.

O pesquisador da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Humberto Barbosa, afirmou que um mérito das pesquisas é que elas vão reunir competência de várias áreas para a solução do problema:

“É uma situação crítica, mas ao mesmo tempo é uma preparação para futuras demandas de governo, de estado, que possam necessitar de competências específicas e de experiências. Estamos falando aqui de situações reais. A academia sai um pouco da situação mais teórica e entra mais na prática. O que a sociedade quer? Que a gente traga soluções rápidas e que seja agregada ao setor produtivo”, concluiu.

Como o problema requer soluções a curto e médio prazo, a seleção será por meio de Edital de Seleção Emergencial. As propostas devem ser encaminhadas via plataforma online da **Capes** até às 17 horas do dia 4 de dezembro. O horário adotado é o de Brasília. O resultado final será divulgado a partir de 18 de dezembro.

Quem pode participar

Podem apresentar projetos docentes vinculados a programas de pós-graduação stricto sensu recomendados pela **Capes**. As propostas serão analisadas por um comitê formado por representantes da instituição e da comunidade científica.

Cada proposta aprovada terá o valor de financiamento de até R\$ 100 mil, liberados numa única parcela, e uma cota de bolsa de mestrado. O projeto deverá ser desenvolvido ao longo de dois anos, podendo ser prorrogado por mais 12 meses.

Capes Entre Mares

O programa **Capes** Entre Mares atende demanda apresentada pelo Grupo de Acompanhamento e Avaliação, criado no âmbito do Plano Nacional de Contingência para a gestão de ações de resposta após a ocorrência do desastre.

O Grupo é formado pela Marinha do Brasil, Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais e Renováveis (Ibama).

topo ↕

NEXO - TEMPO REAL

O que muda com a carteira de estudante do governo Bolsonaro
Manutenção de sistema de identidade digital custará ao Ministério da Educação R\$ 10,5 milhões ao ano; pasta terá acesso a um novo banco de dados

O presidente Jair Bolsonaro assinou no início de setembro uma medida provisória que criava uma carteirinha digital estudantil. O documento, gratuito, começará a ser emitido nesta segunda-feira (25) para estudantes cadastrados por suas instituições de ensino junto ao Ministério da Educação. A identidade digital dá direito de pagar meia-entrada em eventos culturais.

A iniciativa atinge entidades estudantis que sobrevivem da cobrança pela emissão da

carteirinha, como a UNE (União Nacional dos Estudantes), que faz oposição ao presidente e é comandada pela juventude do PCdoB (Partido Comunista do Brasil) desde 1991.

Em maio, os estudantes organizaram as duas maiores manifestações contra Bolsonaro até aqui. Elas ocorreram após o ministro da Educação, Abraham Weintraub, afirmar que universidades federais teriam cortes de verba devido à balbúrdia nos campi.

Ao anunciar a criação da identidade digital em setembro, o presidente atacou as entidades estudantis e uma pretensa doutrinação marxista que, segundo ele, acontece nas universidades brasileiras.

No dia do anúncio, Weintraub, que tem usado as redes sociais para agredir pessoas que discordem dele, provocou em sua conta no Twitter: “Desespero na UNE! Fim da mamata!. Mas, tenham compaixão. Enviem sugestões para a UNE sair dessa (comuna adora grana/vida fácil)” Ele sugeriu que os estudantes passassem a produzir “cachimbos de epóxi decorados”. Na sexta-feira (22), ele voltou a atacar a entidade, chamando-a de “máfia”.

O que muda na emissão de carteirinhas

Os documentos só podiam ser emitidos pela UNE até 2001, quando o então presidente Fernando Henrique Cardoso decidiu editar uma medida provisória interrompendo a exclusividade da entidade.

Os estudantes passaram, a partir de então, a poder usar as carteirinhas de identificação das próprias instituições onde estavam matriculados, mas a medida facilitou a falsificação dos documentos.

Em 2013, uma lei assinada pela presidente Dilma Rousseff restringiu a emissão a entidades estudantis com a UNE, a Ubes (União Nacional dos Estudantes Secundaristas) e a ANPG (Associação Nacional de Pós-Graduandos), além de centros e diretórios acadêmicos.

A regulamentação da medida ocorreu em 2015, definindo uma porcentagem de 40% dos ingressos como meia-entrada. As carteirinhas já são gratuitas para quem tem renda baixa, mas custam em média R\$ 35 a outros estudantes.

Agora, por decisão do governo de Jair Bolsonaro (PSL) a carteirinha poderá ser obtida gratuitamente por todos os estudantes em aplicativos de celular, o que afeta a principal fonte de renda das entidades estudantis, que continuam com o direito de produzi-las. Alunos sem acesso à internet ou sem smartphone poderão solicitar a identificação no formato físico nas agências da Caixa Econômica Federal.

O que dizem os estudantes

O presidente da UNE, Iago Montalvão, publicou em setembro um artigo no jornal Folha de S.Paulo em que classifica a iniciativa do governo Bolsonaro como arbitrária, feita sem debates, e com o objetivo de “atacar a liberdade de associação”.

Segundo ele, o documento do estudante é “eficiente” e “lastreado” numa lei elaborada

após dez anos de debate. “É falacioso o argumento de monopólio das entidades nacionais, pois milhares de entidades de base são habilitadas a emití-lo diretamente”, afirma.

150 mil

carteiras estudantis são produzidas, em média, anualmente pela UNE

Para Montalvão, o governo não deveria gastar “energia e recursos com uma burocracia para cuidar da carteira de estudante”, tendo em vista os cortes orçamentários em institutos e universidades federais, em entidades como **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)** e do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e o cancelamento de bolsas. Como será a carteirinha digital

Detalhes da carteirinha que será emitida pelo Ministério da Educação foram obtidos pelo jornal O Globo com base na Lei de Acesso à Informação e divulgados na sexta-feira (22).

Segundo documentos internos do ministério, apenas para viabilizar o sistema de coleta de dados dos estudantes, serão gastos R\$ 5 milhões.

R\$ 10,5 milhões

será o custo por ano para a manutenção do sistema de carteirinhas

Uma ferramenta que valida informações biométricas e cadastrais será utilizada no aplicativo. O governo espera emitir 58 milhões de carteirinhas, com um custo médio por unidade de R\$ 0,17.

O acesso aos dados dos estudantes

Em maio, uma tentativa de usar dados sigilosos para a emissão das carteirinhas levou à demissão do presidente do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), Elmer Vicenzi.

O então comandante do órgão ligado ao MEC defendia o acesso à base do Censo da Educação Superior, levantamento que tem informações de alunos e profissionais da educação individualmente, das redes privadas e públicas. As áreas jurídica e técnica do órgão, porém, foi contra a iniciativa. Os dados pessoais estão protegidos por lei e só podem ser usados em estudos e avaliações e para orientar políticas públicas.

Por isso, o MEC desistiu de usar o Censo da Educação Superior. Mas a pasta terá acesso aos dados dos estudantes que optarem pela carteirinha digital. O sistema, alimentado pelas instituições de ensino públicas e privadas, terá informações sobre matrícula e frequência do estudante, histórico escolar e “outras informações a serem estabelecidas em ato do Ministro da Educação”. Como previsto na medida provisória editada pelo governo, o estudante consente com o fornecimento dos dados quando optar pela carteirinha.

O MEC justifica a necessidade de criar um novo banco de dados para monitoramento e

avaliação dos resultados das políticas públicas, intervenções pontuais e elaboração de novas e urgentes políticas, tendo em vista o cenário de contingenciamento de gastos.

[topo](#)

TNH1 - TEMPO REAL

Após liberação de recursos, 100% das bolsas da Capes estão garantidas

O Ministério da Educação liberou nesta sexta-feira (22) a totalidade do orçamento da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** que ainda estava contingenciado. Segundo a **Capes**, os recursos da fundação liberados neste ano chegam a R\$ 3,98 bilhões, 4% superior aos 3,84 bilhões de 2018.

“Todos os compromissos assumidos ao longo do ano estão sendo cumpridos”, destacou **Anderson Correia**, presidente da **Capes**.

O Diário Oficial da União publicou decreto, nesta semana, relativo ao Relatório Extemporâneo de Avaliação de Receitas e Despesas de Novembro de 2019, com liberação de todas as despesas discricionárias (não obrigatórias) contingenciadas (bloqueadas) em meses anteriores.

Na semana passada, o governo anunciou o descontingenciamento (desbloqueio) de R\$ 13,976 bilhões do Orçamento de 2019.

O órgão que teve a maior liberação, de R\$ 3, 473 bilhões, foi o Ministério da Defesa, seguido pela Educação, R\$ 2,695 bilhões, e pelo Desenvolvimento Regional, R\$ 1,905 bilhão.

Segundo o governo, a liberação dos recursos foi possível porque o governo obteve receitas extraordinárias com a venda de ativos de estatais, que rendeu Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido sobre o ganho de capital das empresas, e pelos leilões do excedente da cessão onerosa e da partilha do pré-sal.

De acordo com o Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao 5º bimestre de 2019, haveria a possibilidade de liberar gastos em mais R\$ 7,2 bilhões e, mesmo assim, cumprir a meta de déficit nas contas públicas de R\$ 139 bilhões. Para isso, seriam necessários créditos adicionais.

[topo](#)

VIAGORA-PI - TEMPO REAL

Capes garante 100% das bolsas após liberação de recursos pelo MEC

O Ministério da Educação liberou, nesta sexta-feira (22), a totalidade do orçamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Nessa sexta-feira, 22 de novembro, o Ministério da Educação (MEC) liberou a totalidade do orçamento da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** que ainda estava contingenciado. Segundo a **Capes**, os recursos da fundação liberados neste ano chegam a R\$ 3,98 bilhões, 4% superior aos 3,84 bilhões de 2018.

“Todos os compromissos assumidos ao longo do ano estão sendo cumpridos”, destacou **Anderson Correia**, presidente da **Capes**.

O Diário Oficial da União publicou decreto, nesta semana, relativo ao Relatório

Extemporâneo de Avaliação de Receitas e Despesas de Novembro de 2019, com liberação de todas as despesas discricionárias (não obrigatórias) contingenciadas (bloqueadas) em meses anteriores.

Na semana passada, o governo anunciou o descontingenciamento (desbloqueio) de R\$ 13,976 bilhões do Orçamento de 2019.

O órgão que teve a maior liberação, de R\$ 3,473 bilhões, foi o Ministério da Defesa, seguido pela Educação, R\$ 2,695 bilhões, e pelo Desenvolvimento Regional, R\$ 1,905 bilhão.

Segundo o governo, a liberação dos recursos foi possível porque o governo obteve receitas extraordinárias com a venda de ativos de estatais, que rendeu Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido sobre o ganho de capital das empresas, e pelos leilões do excedente da cessão onerosa e da partilha do pré-sal.

De acordo com o Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao 5º bimestre de 2019, haveria a possibilidade de liberar gastos em mais R\$ 7,2 bilhões e, mesmo assim, cumprir a meta de déficit nas contas públicas de R\$ 139 bilhões. Para isso, seriam necessários créditos adicionais.

Com informações da Agência Brasil.

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

O copo meio cheio ou meio vazio da Educação

Um copo com água pela metade pode estar meio cheio ou meio vazio, depende do ponto de vista. Quem é da área de exatas, como eu, costuma ver os números com muita desconfiança – e sempre precisam de dados complementares para dar embasamento. Vou explicar.

Quando a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou o relatório Education at a Glance, uma reportagem pegou um recorte da pesquisa e comemorou o dado que mostra que, no Brasil, um diploma de nível superior pode significar um aumento de até 156% no salário. Com pós-graduação, é possível ter um rendimento mais de quatro vezes maior (350%) na comparação com quem só tem o Ensino Médio. Esses números são verdadeiros – e excelentes para as mais de duas mil Instituições de Ensino Superior espalhadas pelo país. O que a reportagem não apresentou é que esses números podem ser péssimos para o Brasil.

Por quê? Porque a média entre os países da OCDE é de um salário 40% maior para quem concluiu a graduação. A renda maior proporcionada pela escolaridade é uma prova de como a sociedade brasileira ainda é desestruturada e desigual. O Brasil é hoje um dos países da OCDE com o maior número de habitantes sem diploma do Ensino Médio (52% dos adultos) – e onde apenas 15% da população tem formação superior.

Pesquisadores de Educação usam um conceito da economia para explicar esse cenário: é o chamado signalling model, desenvolvido na década de 1970 pelo Nobel de economia canadense Michael Spence. Ao ter um diploma de Ensino Superior — algo que mais de 80% da população brasileira não tem — um jovem já apresenta um diferencial na hora da busca por um emprego. E o potencial de ganhos é ainda maior se ele cursou uma

graduação em uma instituição vista como prestigiada pelo mercado de trabalho.

O Ensino Superior influencia gerações. Crianças com pelo menos um dos pais diplomado têm 60% de chances de chegar à universidade, probabilidade que cai para 15% quando os pais não completaram o Ensino Médio. E essa influência chega inclusive à saúde. Um homem de 25 anos que frequentou faculdade pode esperar viver quase oito anos mais do que seu par de pouca escolaridade. Entre as mulheres, a diferença é de 4,6 anos, segundo o relatório da OCDE.

Podemos dizer que, com a evolução da Educação a Distância (EAD) no Brasil, uma maior parcela da população conseguiu ter acesso a uma graduação, seja pelo custo mais baixo, menor barreira de distância ou, ainda, a possibilidade de conciliar o estudo com o trabalho. O Censo da Educação Superior do Ministério da Educação mostra que o acesso à graduação vem evoluindo: o número de alunos cursando o Ensino Superior no Brasil aumentou 44,6% entre 2008 e 2018. No ano passado, cerca de 8 milhões de pessoas estavam na faculdade (75%, em instituições privadas).

Estamos no caminho certo, mas ainda muito longe do ideal. Não nos deixemos enganar por números isolados. É preciso ver os dois lados da moeda e fazer comparações antes de começar a comemorar. E não adianta comparar a gente com nós mesmos. Por exemplo, ter um diploma e ganhar o dobro da média da população brasileira pode não representar muita coisa. Quem recebe mais que R\$ 5.214 por mês já está entre os 10% mais ricos do Brasil. Isso é quase sete vezes mais do que a média do rendimento real de metade da população, que é de apenas R\$ 754, segundo a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (Pnad), do IBGE. Entre os países da OCDE, o rendimento médio mensal é equivalente a quase R\$ 7 mil.

Esses são alguns exemplos de que o mesmo número pode ser bom ou ruim. Depende se você enxerga o copo meio cheio ou meio vazio.

*Paulo Arns da Cunha é presidente da Divisão de Ensino da Positivo Educacional

topo 

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Imagem se o Brasil tivesse um ministro da Educação?

Surpreende que o presidente Jair Bolsonaro tenha deixado vago o cargo de ministro da Educação, uma das principais funções de qualquer governo que pretenda se chamar como tal. Desde o início do ano, ele indicou prepostos que serviram para desperdiçar tempo do país, substituindo a busca pela melhoria da educação básica e superior e pelo aumento da produtividade da força de trabalho por debates que interessam ao passado, não ao futuro.

Tivesse ele indicado um profissional, seja de direita ou de esquerda, a tarefa estaria em curso e, neste momento, haveria discordância de linhas a serem adotadas, como em qualquer discussão democrática, mas não ojeriza e desalento. Não fez isso, preferindo se rodear de pessoas que sonham com canais de denúncias de professores como solução para a educação.

Conversei com fontes no ministério, na semana passada, para tentar entender como o navio está se mantendo sem um capitão ou capitã. Técnicos me explicaram que parte das rotinas continua sendo tocada pela burocracia da instituição, seguindo a legislação

vigente. Infelizmente, a área responsável pela formulação de políticas públicas segue improdutiva, sem apontar reais saídas para os problemas do país, mas produzindo factoides.

Melhor seria se Bolsonaro tivesse repatriado o guru ideológico de sua família para ocupar o cargo diretamente. Correríamos o risco da implantação do terraplanismo? Sim, claro. Mas, ao menos, o mentor desse "projeto" poderia defendê-lo sem intermediários à sociedade brasileira, que poderia abraçá-lo ou refutá-lo.

Como escrevi aqui em março, Bolsonaro não quer uma pasta de Educação, mas algo que se alinhe à ideia de "Ministério da Verdade" – apresentado no romance "1984", de George Orwell, com a função de ressignificar os registros históricos e qualquer notícia que seja contrária ao próprio governo.

O "Ministério da Verdade", de Bolsonaro, inclui castrar a liberdade de ensino conquistada desde a redemocratização, com uma intervenção no significado e no sentido da educação pública. Ricardo Vélez e, depois, Abraham Weintraub cumprem esse papel, declarando guerra às liberdades conquistadas desde a Constituição de 1988. Afinal, para o governo, a sociedade está corrompida e degradada por conta delas, precisando de refundação.

A ausência de um ministro ou ministra tem gerado uma boa quantidade de vergonha alheia. Se o primeiro preposto havia mandado um e-mail para todas as escolas do país, pedindo que fosse lida em voz alta uma carta com forte viés de autopropaganda que terminava com o slogan de campanha de Bolsonaro ("Brasil acima de tudo. Deus acima de todos"), solicitando que crianças fossem gravadas cantando o hino nacional e que as imagens enviadas ao ministério, sem autorização dos pais; o outro preposto, com menos pudores, xinga as pessoas pelas redes sociais, ameaça estudantes e professores e inventa que as universidades federais são fábricas de drogas.

Por sorte, os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que atendem de creches ao ensino médio, seguem direto para Estados e municípios, de acordo com o número de alunos informado no censo escolar. Por enquanto, não estão sujeitos a turbulências causadas por tempestades toscas do ministério. Mas o tempo do Fundeb está acabando.

O Brasil conta com uma formação precária dos docentes e com alunos que saem do Ensino Médio analfabetos funcionais. Assiste a roubo, ausência e baixa qualidade da merenda escolar. Paga baixos salários aos professores e não fornece estrutura suficiente em todas as escolas. Mantém um teto orçamentário, aprovado no governo passado, que restringe novos investimentos em uma área que ainda está distante de um mínimo aceitável.

Mas a sensação, de acordo com as preocupações do governo, é de que o problema da Educação passa pela presença de ilustrações de pipius e xaninhas em cartilhas voltadas a explicar a adolescentes cuidados de saúde com o próprio corpo. Ou a presença de conteúdo didático destinado a combater a violência contra mulheres, homossexuais e transexuais. Ou ainda um suposta doutrinação gayzista-globalista-político-partidária por militantes comunistas travestidos de professores, que pregam o fim da família e da propriedade privada e distribuem mamadeiras de piroca aos alunos. Tomam casos

esparços como padrão nacional e usam-nos como justificativa.

Combater o fantasma de um comunismo que nunca existiu por aqui é mais fácil do que enfrentar problemas reais, como a falta de internet, de lousa, de papel higiênico nas escolas. Porque seguir os passos de quem xinga a tudo e a todos pelo YouTube, com a profundidade de um pires, é fácil. Já pesquisar e construir soluções práticas demandam uma racionalidade que assusta muita gente. Combater fantasmas serve para transformar algo insignificante em um inimigo terrível. Anima, dessa forma, a batalha da extrema direita, aliada de primeira hora do presidente, cujo engajamento é peça-chave para um governo que pretende manter a campanha eleitoral acesa até o seu último dia. Às custas da dignidade das novas gerações.

Bolsonaro pode ser lembrado, negativamente, por deixar o cargo de ministro da Educação vago. Pois, em última instância, a responsabilidade por tudo o que está acontecendo não é de Olavo, nem dos prepostos. É dele.

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Capes ignora regra em caso de empresário ligado a Weintraub

Decisão atípica do órgão beneficiou curso da universidade privada Unisa, em SP
Brasília

A **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, órgão do Ministério da Educação, ignorou suas regras para aprovar um novo doutorado em uma universidade privada.

O órgão autorizou a abertura de pós-graduação em medicina veterinária na Unisa (Universidade de Santo Amaro), em São Paulo, apesar de a proposta ter sido alterada no meio do processo de análise, prática vetada por norma da própria **Capes**.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/11/capes-ignora-regra-em-caso-de-empresario-ligado-a-weintraub.shtml>

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO

A ciência como alavanca do progresso

O Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) é líder do fomento à pesquisa no país, inclusive complementando atividades de ciência e tecnologia (C&T) de importantes instituições nacionais, com bolsas de pesquisa para funcionários, como pesquisadores da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Tanto o CNPq quanto a Embrapa lutam por recursos no sentido de tirar o Brasil do atraso no campo da ciência. Cada campo de estudo tem linguagem própria e maneira particular de pensar. Os matemáticos falam dos axiomas, integrais e espaços vetoriais. Os estatísticos falam de probabilidades, distribuições, delineamentos e testes de hipótese. Os psicólogos falam de ego, id e dissonância cognitiva. Os advogados falam de jurisdição, delito e embargo promissório. Os economistas falam de oferta, demanda, elasticidade, vantagem comparativa e excedente do consumidor. Contudo, nenhum campo apresenta amplitude tão vasta como a do pesquisador agrícola. Além da área específica de conhecimento, ele necessita ter boas noções de outras muitas áreas de estudo. Isso acontece com instituições como a Embrapa. O pesquisador agrícola trata seu campo de estudo com a objetividade de um cientista. Ele encara o seu campo de forma muito semelhante à de um físico quando estuda a matéria ou de um biólogo

quando estuda a vida. Formula teoria, produz e coleta dados e depois os analisa para confirmar ou refutar suas teorias. Orienta-se pelo procedimento geral da ciência para a aquisição do conhecimento.

A direção do CNPq reconhece esse fato, bem como os governos que se seguem, e concluem da complexidade da pesquisa e de quanto conhecimento e imaginação precisa ter o pesquisador, dada a vasta amplitude de áreas correlatas. Como bem cita no artigo “Ciência e cientistas conectados com o mundo”, publicado neste jornal, o colega Maurício Antônio Lopes demonstra extremo conhecimento sobre pesquisa agrícola: “As relações entre cientistas e instituições nacionais e internacionais são uma necessidade que aflora o mundo atual”. O progresso da ciência tem permitido o desenvolvimento e o aperfeiçoamento de métodos, técnicas e instrumentos que têm tido relevante influência sobre o próprio enfoque da pesquisa. Por exemplo, o enfoque sistêmico na pesquisa requer a composição de equipes multidisciplinares e a atuação interdisciplinar das equipes, organizadas em torno de projetos sob a liderança de pesquisadores competentes que mantêm o interesse e a harmonia para o perfeito funcionamento do trabalho em equipe e de estabelecer os canais de comunicação com a comunidade científica, empresários e assistência técnica. É de fundamental importância para o desenvolvimento do país que se discutam abertamente, com base científica, as políticas desenvolvimentistas existentes e se sugiram medidas que venham aliviar a grave crise nacional.

Considerando as relações internacionais de comércio, a China sobressai como parceira importante, quando 70% das exportações brasileiras para esse país são de produtos agrícolas. No entanto, o intercâmbio não deve ficar apenas nas relações comerciais. Deve também ser no aspecto técnico-científico, com esse país e com todos os que se disponham a se relacionar, especialmente em infraestrutura apoiada pela inteligência artificial visando à sustentabilidade. Voltando ao Brasil, a Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Industriais (Anpei) divulgou resultados de coleta de dados na indústria. Os números resultam da base de dados sobre indicadores empresariais de inovação tecnológica, que tem como objetivo apoiar o governo e instituições nas decisões de modernização tecnológica, viabilizando o benchmarking. Entre as análises, uma destaca-se tanto do ponto de vista teórico como prático. Diz respeito às possíveis diferenças que poderiam existir entre as empresas mais ou menos inovadoras, relativamente aos perfis de pesquisa, desenvolvimento e engenharia não rotineira (PD&E). A conclusão é a de que as empresas mais inovadoras são bem menores, tanto em número de funcionários quanto em faturamento bruto e apresentam evolução maior em relação a anos anteriores, embora sempre registrem proporcionalmente maior lucratividade. A pesquisa foi realizada por pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP) em colaboração com a Anpei, dentro do que preconiza o CNPq, quando apoia pesquisadores. A Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e a Ciência e Tecnologia (C&T) são alavancas para o progresso do país, essencialmente no intercâmbio entre instituições nacionais e internacionais.

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES

MEC pretende ampliar escolas cívico-militares

O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares estará presente em 23 estados e no Distrito Federal em 2020, totalizando 54 instituições de ensino, de acordo com o Ministério da Educação (MEC). Apenas Piauí, Sergipe e Espírito Santo não foram incluídos no projeto-piloto, por não atenderem critérios da pasta federal. Cada escola

receberá R\$ 1 milhão do MEC para implementar o modelo de ensino. O objetivo é que os militares — vindos da reserva das Forças Armadas, das polícias e dos corpos de bombeiros da ativa — atuem em tutorias e na área administrativa, sem substituir professores em salas de aula. A contratação será por meio de processo seletivo, com duração mínima de dois anos, prorrogável por até dez e com possibilidade de ser cancelada a qualquer momento.

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO

Novas diretrizes para a formação de professores

Qualidade do docente é o fator principal na educação

O Conselho Nacional de Educação (CNE), em reunião do seu conselho pleno de novembro, aprovou por unanimidade as novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica —da educação infantil ao ensino médio— e instituiu a Base Nacional Comum para essa formação (BNC-Formação).

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2019/11/novas-diretrizes-para-a-formacao-de-professores.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Gasto de saúde sobe além do mínimo e ameaça verba municipal de educação

Avaliação é de que ensino público deve perder recursos se for aprovada PEC do governo Bolsonaro

São Paulo

Os gastos municipais em saúde superam por margem considerável o mínimo obrigatório por lei nas capitais do país. Já em educação, as despesas ficam muito próximas do piso determinado pela Constituição.

Para especialistas, o quadro sugere que o ensino público deve perder recursos para o SUS caso seja aprovado no Congresso o pacote de medidas econômicas proposto pelo ministro Paulo Guedes (Economia).

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/11/gasto-de-saude-sobe-alem-do-minimo-e-ameaca-verba-municipal-de-educacao.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - MÔNICA BERGAMO

Lamentáveis xingamentos

Para que outra coisa serve o Twitter?

Quando se soube que o ministro da Educação do Brasil tinha xingado cidadãos no Twitter, o caso gerou uma indignação totalmente injustificada. Mas não era verdade que o ministro tinha xingado gente no Twitter? É claro, mas para que outra coisa serve o Twitter?

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/ricardo-araujo-pereira/2019/11/lamentaveis-xingamentos.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - ILUSTRÍSSIMA

Investimento em economia criativa é importante para crescimento
Setores que geram riqueza pela inovação representam 7% dos empregos, mas esbarram na educação

[RESUMO] Amplamente estimulada no Reino Unido e em outras sociedades desenvolvidas, a economia criativa —setores que geram riqueza pela inovação— representa 7% dos empregos no Brasil, mas encontra barreiras nos parcos resultados da educação.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2019/11/investimento-em-economia-criativa-e-importante-para-crescimento.shtml>

topo ↕

A GAZETA - MT - BRASIL

Pesquisa

A **Capes** lançou quatro iniciativas para o desenvolvimento da pós-graduação nos estados da Amazônia legal, que corresponde a 59% do território brasileiro e engloba a totalidade de oito estados (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, além de parte do Maranhão). Iniciativa quer aumentar a fixação de pesquisadores na região e ampliar o apoio ao desenvolvimento científico.

topo ↕

A GAZETA - MT - BRASIL

Capes vai liberar R\$ 1,3 milhão para pesquisas sobre manchas

A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** lançou na sexta-feira um edital que vai destinar R\$ 1,36 milhão para seleção de projetos que vão fazer pesquisas sobre o óleo encontrado nas praias brasileiras. O objetivo "é contribuir para a contenção, o processamento do resíduo encontrado e a redução de danos ao meio ambiente". Por ser uma ação emergencial, as propostas de estudo devem ser encaminhadas do dia 25 de novembro, até as 17h horas, até 4 de dezembro pela plataforma online da **Capes**.

topo ↕

O DIA - RJ - EMPREGOS

Concursos para professores no Rio

Docentes interessados nos processos seletivos tem até o dia 29 deste mês para fazer inscrição

DOMINGO, 24-11-2019 | O DIA Concursos para professores no Rio Docentes interessados nos processos seletivos têm até o dia 29 deste mês para fazer inscrição s professores em busca de uma oportunidade de emprego podem se candidatar às vagas abertas em pelo menos duas universidades no Estado do Rio. São chances para áreas da Saúde, como Nutrição, e Ciências Humanas e Sociais, como Marketing. As inscrições dos dois centros universitários vão até o dia 29 deste mês.

Uma delas é o Centro Universitário IBMR que está com vagas para contratar novos professores. São mais de 90 oportunidades disponíveis para o primeiro semestre de 2020, para atuar nos campi Barra, Botafogo e Catete, em áreas como Biomedicina, Fisioterapia, Nutrição, Psicologia, Gastronomia, Gestão de Recursos Humanos e Marketing.

A primeira fase contará com análise de currículo e da disponibilidade do candidato. Em seguida, haverá entrevista e, por fim, prova didática, baseada no tema de aula a ser

designado pela coordenação do respectivo curso. Todas as etapas possuem caráter eliminatório e classificatório. O candidato receberá, por e-mail, a confirmação da sua participação no processo seletivo, assim como a convocação para cada fase, caso seja classificado. Os interessados poderão se inscrever pelo link:

<https://vagas.laureate.net/busca-de-vagas>.

EM TERESÓPOLIS O Centro Universitário Serra dos Órgãos (Unifeso), em Teresópolis, está com processo seletivo para admissão e cadastro de reserva do quadro complementar. Podem se candidatar professores das áreas da Saúde, das Ciências e Tecnologia e das Ciências Humanas e Sociais. As vagas são extensivas também para PcDs.

As inscrições são feitas pelo e-mail pseletivodocente@unifeso.edu.br até as 18h. O candidato deve enviar o link do Currículo Lattes atualizado, cópia frente e verso do diploma de graduação, cópia frente e verso da maior titulação (para cursos de pós-graduação stricto sensu, só serão considerados diplomas certificados pela Capes), ficha de inscrição devidamente preenchida em formato Excel e pesquisa de qualificação cadastral.

topo ↕

O DIA - RJ - POLÍTICA

Capex garante 100% das bolsas

Valor liberado em 2019 será de R\$ 3,98 bilhões, 4% a mais que em 2018

Brasil - O Ministério da Educação liberou nesta sexta-feira (22) a totalidade do orçamento da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** que ainda estava contingenciado. Segundo a **Capex**, os recursos da fundação liberados neste ano chegam a R\$ 3,98 bilhões, 4% superior aos 3,84 bilhões de 2018.

“Todos os compromissos assumidos ao longo do ano estão sendo cumpridos”, destacou **Anderson Correia**, presidente da **Capex**. O Diário Oficial da União publicou decreto, nesta semana, relativo ao Relatório Extemporâneo de Avaliação de Receitas e Despesas de Novembro de 2019, com liberação de todas as despesas discricionárias (não obrigatórias) contingenciadas (bloqueadas) em meses anteriores.

Na semana passada, o governo anunciou o descontingenciamento (desbloqueio) de R\$ 13,976 bilhões do Orçamento de 2019. O órgão que teve a maior liberação, de R\$ 3,473 bilhões, foi o Ministério da Defesa, seguido pela Educação, R\$ 2,695 bilhões, e pelo Desenvolvimento Regional, R\$ 1,905 bilhão.

topo ↕

AGÊNCIA BRASIL - TEMPO REAL

Após liberação de recursos, 100% das bolsas da Capes estão garantidas

Valor liberado em 2019 será de R\$ 3,98 bilhões, 4% a mais que em 2018

O Ministério da Educação liberou nesta sexta-feira (22) a totalidade do orçamento da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** que ainda estava contingenciado. Segundo a **Capex**, os recursos da fundação liberados neste ano chegam a R\$ 3,98 bilhões, 4% superior aos 3,84 bilhões de 2018.

“Todos os compromissos assumidos ao longo do ano estão sendo cumpridos”, destacou **Anderson Correia**, presidente da **Capex**.

O Diário Oficial da União publicou decreto, nesta semana, relativo ao Relatório Extemporâneo de Avaliação de Receitas e Despesas de Novembro de 2019, com liberação de todas as despesas discricionárias (não obrigatórias) contingenciadas (bloqueadas) em meses anteriores.

Na semana passada, o governo anunciou o descontingenciamento (desbloqueio) de R\$ 13,976 bilhões do Orçamento de 2019.

O órgão que teve a maior liberação, de R\$ 3,473 bilhões, foi o Ministério da Defesa, seguido pela Educação, R\$ 2,695 bilhões, e pelo Desenvolvimento Regional, R\$ 1,905 bilhão.

Segundo o governo, a liberação dos recursos foi possível porque o governo obteve receitas extraordinárias com a venda de ativos de estatais, que rendeu Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido sobre o ganho de capital das empresas, e pelos leilões do excedente da cessão onerosa e da partilha do pré-sal.

De acordo com o Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao 5º bimestre de 2019, haveria a possibilidade de liberar gastos em mais R\$ 7,2 bilhões e, mesmo assim, cumprir a meta de déficit nas contas públicas de R\$ 139 bilhões. Para isso, seriam necessários créditos adicionais.

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Capex ignora regra em caso de empresário ligado a Weintraub

Decisão atípica do órgão beneficiou curso da universidade privada Unisa, em SP

A Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), órgão do Ministério da Educação, ignorou suas regras para aprovar um novo doutorado em uma universidade privada.

O órgão autorizou a abertura de pós-graduação em medicina veterinária na Unisa (Universidade de Santo Amaro), em São Paulo, apesar de a proposta ter sido alterada no meio do processo de análise, prática vetada por norma da própria Capes.

Um dos controladores da instituição, o empresário Antônio Veronezi, é ligado aos ministros Onyx Lonrezoni (Casa Civil) e Abraham Weintraub (Educação). Ele defende junto ao governo interesses do setor privado de ensino superior, apontado como prioridade pelo governo de Jair Bolsonaro.

O empresário foi recebido pelo presidente em março e teve encontros com Onyx na Casa Civil fora da agenda, como em 4 de junho. Desde abril, ele foi recebido cinco vezes pelo ministro em seu gabinete e pelo menos dez vezes por secretários do MEC.

A liberação do curso de doutorado ocorreu em junho, após recurso ao presidente da Capes, **Anderson Correia**. Antes, avaliações feitas por outras duas instâncias do órgão haviam negado o pedido.

Esse recurso final é previsto pela Capes desde 2017, mas o projeto não pode ser alterado. Mudanças no meio do caminho ampararam, por exemplo, a desclassificação de outras propostas. A Capes e o empresário negam irregularidades no processo.

Universidades são obrigadas a ter quatro mestrados e dois doutorados, como prevê a resolução 3/2010 do CNE (Conselho Nacional de Educação). A Unisa só tinha um mestrado até essa decisão controversa.

A aprovação do doutorado se deu associada ao mestrado já existente em veterinária com nota 3, conceito mínimo exigido para o funcionamento. A escala da **Capes** vai até 7.

O mestrado passou a ter, com essa liberação, a nota ampliada para 4. Assim, a Unisa saiu do alvo de qualidade determinado pelo governo (a maioria dos cortes recentes de bolsas de pesquisa atingiu programas de nota 3).

A análise inicial da **Capes** entendeu que o projeto do doutorado não era inovador e dependia de docentes colaboradores. A proposta também não atendia à proporção mínima de 70% de professores permanentes.

No pedido de reconsideração, a Unisa alterou então a composição de docentes para se adequar.

Na segunda análise, o CTC (Conselho Técnico-Científico) da **Capes** ressaltou as falhas de concepção e o veto a atualizações. Essa instância recomendou de novo o indeferimento, que foi questionado em novo recurso e, por fim, acabou revertido.

Em nota, a **Capes** defende que não houve alterações por parte da universidade, mas “esclarecimentos em relação às propostas do programa, como a possibilidade de exclusão de docentes em tempo parcial”.

A portaria 161 do órgão proíbe descaracterização do conteúdo original e faz apenas uma exceção para “casos de incorporação de documentos originários de diligência de visita”, que não foi o caso.

Alterações basearam a recusa, por exemplo, de iniciativas da USP e UFABC, cujas deliberações em 19 de junho, mesma data em que foi aprovado o da Unisa.

A criação de doutorados ligados a mestrados com nota mínima é tratada como exceção pela **Capes**. Casos como esse ocorreram, até a aprovação da Unisa, sete vezes desde 2017, mas sempre em decisões do CTC e não no último recurso.

Sem comentar o caso específico, o ex-presidente da **Capes** Abilio Baeta Neves (1995-2002 e 2016-2019) explica que o recurso direcionado à presidência assegura às instituições uma análise em instância superior, mas alterações no projeto não são permitidas.

“O pedido de revisão deveria apontar equívocos ou no tratamento dos dados ou no cumprimento dos próprios termos estipulados no documento de área”, diz. “Desde o início sabe-se que não pode mudar o projeto, porque aí é outro pedido.”

Veronezi, da Unisa, diz que não tentou interferir no processo e que esteve na **Capes**, durante o período de análise apenas para expôr o novo bom momento da universidade – isso estaria sendo ignorado pelos avaliadores.

“Eu aproveitei que conhecia o Anderson [presidente da **Capes**], não tenho nenhuma outra relação com ele, disse para ele da dificuldade que estava havendo no curso de pós-

graduação, que a reitora me disse que ia e voltava, ia e voltava. Falei: ‘Olha, Anderson, vai, passa lá e vê a realidade da instituição’”, disse ele, que relatou ter ido algumas vezes à **Capes**.

A convite, **Anderson Correia** visitou a universidade no dia 5 de abril. Questionado sobre os encontros na **Capes**, o órgão informou inicialmente a ocorrência de uma reunião, em fevereiro. No dia seguinte, corrigiu a data para julho.

EMPRESÁRIO CIRCULA NO GOVERNO DESDE PERÍODO DE TRANSIÇÃO
Antônio Veronezi tem estreita relação com Onyx Lorenzoni, que já o indicou a um prêmio na Câmara em 2017. O empresário tem trânsito livre no governo Jair Bolsonaro desde a transição, quando conheceu Weintraub e Correia.

Onyx o indicou, na transição, para influenciar a composição do MEC. Ele chegou a ser barrado em reunião onde estava o ex-ministro Ricardo Vélez Rodríguez.

Na ocasião, o atual ministro da Educação e seu irmão, Arthur Weintraub (assessor especial de Bolsonaro), entrevistaram pelo empresário. “Eles fizeram a apresentação pura e simplesmente porque eu era desconhecido”, diz Veronezi.

O empresário tem rede negócios que inclui o grupo General Shopping. No governo, ele atua como interlocutor de entidades representativas de empresas do ensino superior.

Veronezi tem sido ouvido para a definição de autorregulação do ensino superior. Foi dele a ideia de programa que aumenta a nota de faculdades que atendam alunos de educação básica.

Ele ressaltou que outras tentativas de criar o doutorado foram recusadas injustamente. Negou ter feito pedidos aos ministros e disse ainda que a Unisa não teve benefício financeiro com a decisão.

A **Capes** disse que a comissão responsável pelo parecer final é escolhida com critérios definidos em portaria. A Folha conversou com um dos pareceristas, que negou ter recebido orientações. O MEC e Casa Civil não responderam aos questionamentos. A Unisa não se manifestou.

topo ↕

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE - ÚLTIMAS

Após liberação de recursos, 100% das bolsas da Capes estão garantidas

O Ministério da Educação liberou nesta sexta-feira (22) a totalidade do orçamento da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** que ainda estava contingenciado. Segundo a **Capes**, os recursos da fundação liberados neste ano chegam a R\$ 3,98 bilhões, 4% superior aos 3,84 bilhões de 2018.

Todos os compromissos assumidos ao longo do ano estão sendo cumpridos, destacou **Anderson Correia**, presidente da **Capes**.

O Diário Oficial da União publicou decreto, nesta semana, relativo ao Relatório Extemporâneo de Avaliação de Receitas e Despesas de Novembro de 2019, com liberação de todas as despesas discricionárias (não obrigatórias) contingenciadas (bloqueadas) em meses anteriores.

Na semana passada, o governo anunciou o descontingenciamento (desbloqueio) de R\$ 13,976 bilhões do Orçamento de 2019.

O órgão que teve a maior liberação, de R\$ 3,473 bilhões, foi o Ministério da Defesa, seguido pela Educação, R\$ 2,695 bilhões, e pelo Desenvolvimento Regional, R\$ 1,905 bilhão.

Segundo o governo, a liberação dos recursos foi possível porque o governo obteve receitas extraordinárias com a venda de ativos de estatais, que rendeu Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido sobre o ganho de capital das empresas, e pelos leilões do excedente da cessão onerosa e da partilha do pré-sal.

De acordo com o Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao 5º bimestre de 2019, haveria a possibilidade de liberar gastos em mais R\$ 7,2 bilhões e, mesmo assim, cumprir a meta de déficit nas contas públicas de R\$ 139 bilhões. Para isso, seriam necessários créditos adicionais.

topo ↕

ISTOÉ DINHEIRO - SP - TEMPO REAL

Após liberação de recursos, 100% das bolsas da Capes estão garantidas

O Ministério da Educação liberou nesta sexta-feira (22) a totalidade do orçamento da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** que ainda estava contingenciado. Segundo a **Capes**, os recursos da fundação liberados neste ano chegam a R\$ 3,98 bilhões, 4% superior aos 3,84 bilhões de 2018.

“Todos os compromissos assumidos ao longo do ano estão sendo cumpridos”, destacou **Anderson Correia**, presidente da **Capes**.

O Diário Oficial da União publicou decreto, nesta semana, relativo ao Relatório Extemporâneo de Avaliação de Receitas e Despesas de Novembro de 2019, com liberação de todas as despesas discricionárias (não obrigatórias) contingenciadas (bloqueadas) em meses anteriores.

Na semana passada, o governo anunciou o descontingenciamento (desbloqueio) de R\$ 13,976 bilhões do Orçamento de 2019.

O órgão que teve a maior liberação, de R\$ 3,473 bilhões, foi o Ministério da Defesa, seguido pela Educação, R\$ 2,695 bilhões, e pelo Desenvolvimento Regional, R\$ 1,905 bilhão.

Segundo o governo, a liberação dos recursos foi possível porque o governo obteve receitas extraordinárias com a venda de ativos de estatais, que rendeu Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido sobre o ganho de capital das empresas, e pelos leilões do excedente da cessão onerosa e da partilha do pré-sal.

De acordo com o Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao 5º bimestre de 2019, haveria a possibilidade de liberar gastos em mais R\$ 7,2 bilhões e, mesmo assim, cumprir a meta de déficit nas contas públicas de R\$ 139 bilhões. Para isso, seriam necessários créditos adicionais.

topo ↕

MONEY TIMES - TEMPO REAL

Após liberação, bolsas da Capes em 2019 crescem 4% e chegam a R\$ 3,98 bilhões
O Ministério da Educação liberou nesta sexta-feira (22) a totalidade do orçamento da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** que ainda estava contingenciado. Segundo a **Capes**, os recursos da fundação liberados neste ano chegam a R\$ 3,98 bilhões, 4% superior aos 3,84 bilhões de 2018.

“Todos os compromissos assumidos ao longo do ano estão sendo cumpridos”, destacou **Anderson Correia**, presidente da **Capes**.

O Diário Oficial da União publicou decreto, nesta semana, relativo ao Relatório Extemporâneo de Avaliação de Receitas e Despesas de Novembro de 2019, com liberação de todas as despesas discricionárias (não obrigatórias) contingenciadas (bloqueadas) em meses anteriores.

Na semana passada, o governo anunciou o descontingenciamento (desbloqueio) de R\$ 13,976 bilhões do Orçamento de 2019.

O órgão que teve a maior liberação, de R\$ 3,473 bilhões, foi o Ministério da Defesa, seguido pela Educação, R\$ 2,695 bilhões, e pelo Desenvolvimento Regional, R\$ 1,905 bilhão.

Segundo o governo, a liberação dos recursos foi possível porque o governo obteve receitas extraordinárias com a venda de ativos de estatais, que rendeu Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido sobre o ganho de capital das empresas, e pelos leilões do excedente da cessão onerosa e da partilha do pré-sal.

De acordo com o Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao 5º bimestre de 2019, haveria a possibilidade de liberar gastos em mais R\$ 7,2 bilhões e, mesmo assim, cumprir a meta de déficit nas contas públicas de R\$ 139 bilhões. Para isso, seriam necessários créditos adicionais.

[topo](#)

O DIA - RJ - TEMPO REAL

**Após liberação de recursos, 100% das bolsas da Capes estão garantidas
Valor liberado em 2019 será de R\$ 3,98 bilhões, 4% a mais que em 2018**

Brasil - O Ministério da Educação liberou nesta sexta-feira (22) a totalidade do orçamento da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** que ainda estava contingenciado. Segundo a **Capes**, os recursos da fundação liberados neste ano chegam a R\$ 3,98 bilhões, 4% superior aos 3,84 bilhões de 2018.

“Todos os compromissos assumidos ao longo do ano estão sendo cumpridos”, destacou **Anderson Correia**, presidente da **Capes**.

O Diário Oficial da União publicou decreto, nesta semana, relativo ao Relatório Extemporâneo de Avaliação de Receitas e Despesas de Novembro de 2019, com liberação de todas as despesas discricionárias (não obrigatórias) contingenciadas (bloqueadas) em meses anteriores.

Na semana passada, o governo anunciou o descontingenciamento (desbloqueio) de R\$

13,976 bilhões do Orçamento de 2019.

O órgão que teve a maior liberação, de R\$ 3,473 bilhões, foi o Ministério da Defesa, seguido pela Educação, R\$ 2,695 bilhões, e pelo Desenvolvimento Regional, R\$ 1,905 bilhão.

Segundo o governo, a liberação dos recursos foi possível porque o governo obteve receitas extraordinárias com a venda de ativos de estatais, que rendeu Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido sobre o ganho de capital das empresas, e pelos leilões do excedente da cessão onerosa e da partilha do pré-sal.

De acordo com o Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao 5º bimestre de 2019, haveria a possibilidade de liberar gastos em mais R\$ 7,2 bilhões e, mesmo assim, cumprir a meta de déficit nas contas públicas de R\$ 139 bilhões. Para isso, seriam necessários créditos adicionais.

topo ↕

O FLUMINENSE - RJ - PAÍS

**Após liberação de recursos, 100% das bolsas da Capes estão garantidas
Valor liberado em 2019 será de R\$ 3,98 bilhões, 4% a mais que em 2018**

O Ministério da Educação liberou nesta sexta-feira (22) a totalidade do orçamento da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** que ainda estava contingenciado. Segundo a **Capes**, os recursos da fundação liberados neste ano chegam a R\$ 3,98 bilhões, 4% superior aos 3,84 bilhões de 2018.

"Todos os compromissos assumidos ao longo do ano estão sendo cumpridos", destacou **Anderson Correia**, presidente da **Capes**.

O Diário Oficial da União publicou decreto, nesta semana, relativo ao Relatório Extemporâneo de Avaliação de Receitas e Despesas de Novembro de 2019, com liberação de todas as despesas discricionárias (não obrigatórias) contingenciadas (bloqueadas) em meses anteriores.

Na semana passada, o governo anunciou o descontingenciamento (desbloqueio) de R\$ 13,976 bilhões do Orçamento de 2019.

O órgão que teve a maior liberação, de R\$ 3,473 bilhões, foi o Ministério da Defesa, seguido pela Educação, R\$ 2,695 bilhões, e pelo Desenvolvimento Regional, R\$ 1,905 bilhão.

Segundo o governo, a liberação dos recursos foi possível porque o governo obteve receitas extraordinárias com a venda de ativos de estatais, que rendeu Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido sobre o ganho de capital das empresas, e pelos leilões do excedente da cessão onerosa e da partilha do pré-sal.

De acordo com o Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao 5º bimestre de 2019, haveria a possibilidade de liberar gastos em mais R\$ 7,2 bilhões e, mesmo assim, cumprir a meta de déficit nas contas públicas de R\$ 139 bilhões. Para isso, seriam necessários créditos adicionais.

topo ↕

O TEMPO - MG - TEMPO REAL

Após liberação de recursos, 100% das bolsas da Capes estão garantidas Valor liberado em 2019 será de R\$ 3,98 bilhões, 4% a mais que em 2018

O Ministério da Educação liberou nesta sexta-feira (22) a totalidade do orçamento da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** que ainda estava contingenciado. Segundo a **Capes**, os recursos da fundação liberados neste ano chegam a R\$ 3,98 bilhões, 4% superior aos 3,84 bilhões de 2018.

“Todos os compromissos assumidos ao longo do ano estão sendo cumpridos”, destacou **Anderson Correia**, presidente da **Capes**.

O Diário Oficial da União publicou decreto, nesta semana, relativo ao Relatório Extemporâneo de Avaliação de Receitas e Despesas de Novembro de 2019, com liberação de todas as despesas discricionárias (não obrigatórias) contingenciadas (bloqueadas) em meses anteriores.

Na semana passada, o governo anunciou o descontingenciamento (desbloqueio) de R\$ 13,976 bilhões do Orçamento de 2019.

O órgão que teve a maior liberação, de R\$ 3,473 bilhões, foi o Ministério da Defesa, seguido pela Educação, R\$ 2,695 bilhões, e pelo Desenvolvimento Regional, R\$ 1,905 bilhão.

Segundo o governo, a liberação dos recursos foi possível porque o governo obteve receitas extraordinárias com a venda de ativos de estatais, que rendeu Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido sobre o ganho de capital das empresas, e pelos leilões do excedente da cessão onerosa e da partilha do pré-sal.

De acordo com o Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao 5º bimestre de 2019, haveria a possibilidade de liberar gastos em mais R\$ 7,2 bilhões e, mesmo assim, cumprir a meta de déficit nas contas públicas de R\$ 139 bilhões. Para isso, seriam necessários créditos adicionais.

[topo](#)

PODER 360 - DF - TEMPO REAL

Capes assegura 100% das bolsas após liberação de recursos

MEC desbloqueou total de recursos; Orçamento da fundação: R\$ 3,98 bi

Após liberação de recursos pelo Ministério da Educação, o presidente da **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, **Anderson Correia**, afirmou que 100% das bolsas oferecidas pela fundação estão asseguradas em 2019.

“Todos os compromissos assumidos ao longo do ano estão sendo cumpridos e vamos investir todo esse recurso em projetos e atividades específicas para a pós-graduação brasileira”, disse Correia.

Nessa 6ª feira (22.nov.2019), o Ministério da Educação liberou a totalidade do orçamento da **Capes** que ainda estava contingenciado. Os recursos da fundação liberados neste ano chegam a R\$ 3,98 bilhões, 4% superior aos R\$ 3,84 bilhões de 2018, segundo informou a **Capes**.

O governo publicou decreto nesta semana no Diário Oficial da União relativo ao

Relatório Extemporâneo de Avaliação de Receitas e Despesas de Novembro de 2019, com liberação de todas as despesas discricionárias (não obrigatórias) contingenciadas (bloqueadas) em meses anteriores.

Na semana passada, o governo anunciou o descontingenciamento (desbloqueio) de R\$ 13,976 bilhões do Orçamento de 2019.

O órgão que teve a maior liberação, de R\$ 3,473 bilhões, foi o Ministério da Defesa, seguido pela Educação, R\$ 2,695 bilhões, e pelo Desenvolvimento Regional, R\$ 1,905 bilhão.

Segundo o governo, a liberação dos recursos foi possível porque o governo obteve receitas extraordinárias com a venda de ativos de estatais, que rendeu Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido sobre o ganho de capital das empresas, e pelos leilões do excedente da cessão onerosa e da partilha do pré-sal.

De acordo com o Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao 5º bimestre de 2019, haveria a possibilidade de liberar gastos em mais R\$ 7,2 bilhões e, mesmo assim, cumprir a meta de déficit nas contas públicas de R\$ 139 bilhões. Para isso, seriam necessários créditos adicionais.

Com informações da Agência Brasil.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Após liberação de recursos, 100% das bolsas da Capes estão garantidas

O Ministério da Educação liberou nesta sexta-feira (22) a totalidade do orçamento da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** que ainda estava contingenciado. Segundo a **Capes**, os recursos da fundação liberados neste ano chegam a R\$ 3,98 bilhões, 4% superior aos 3,84 bilhões de 2018.

“Todos os compromissos assumidos ao longo do ano estão sendo cumpridos”, destacou **Anderson Correia**, presidente da **Capes**.

O Diário Oficial da União publicou decreto, nesta semana, relativo ao Relatório Extemporâneo de Avaliação de Receitas e Despesas de Novembro de 2019, com liberação de todas as despesas discricionárias (não obrigatórias) contingenciadas (bloqueadas) em meses anteriores.

Na semana passada, o governo anunciou o descontingenciamento (desbloqueio) de R\$ 13,976 bilhões do Orçamento de 2019.

O órgão que teve a maior liberação, de R\$ 3,473 bilhões, foi o Ministério da Defesa, seguido pela Educação, R\$ 2,695 bilhões, e pelo Desenvolvimento Regional, R\$ 1,905 bilhão.

Segundo o governo, a liberação dos recursos foi possível porque o governo obteve receitas extraordinárias com a venda de ativos de estatais, que rendeu Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido sobre o ganho de capital das empresas, e pelos leilões do excedente da cessão onerosa e da partilha do pré-sal.

De acordo com o Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao

5º bimestre de 2019, haveria a possibilidade de liberar gastos em mais R\$ 7,2 bilhões e, mesmo assim, cumprir a meta de déficit nas contas públicas de R\$ 139 bilhões. Para isso, seriam necessários créditos adicionais.

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

Após liberação de recursos, todas as bolsas da Capes estão garantidas
Dinheiro da fundação liberado neste ano chega a R\$ 3,98 bilhões, 4% superior aos 3,84 bilhões de 2018

O Ministério da Educação liberou nesta sexta-feira (22) a totalidade do orçamento da **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)** que ainda estava contingenciado. Segundo a **Capes**, os recursos da fundação liberados neste ano chegam a R\$ 3,98 bilhões, 4% superior aos 3,84 bilhões de 2018.

“Todos os compromissos assumidos ao longo do ano estão sendo cumpridos”, destacou **Anderson Correia**, presidente da **Capes**.

O Diário Oficial da União publicou decreto, nesta semana, relativo ao Relatório Extemporâneo de Avaliação de Receitas e Despesas de Novembro de 2019, com liberação de todas as despesas discricionárias (não obrigatórias) contingenciadas (bloqueadas) em meses anteriores.

Na semana passada, o governo anunciou o descontingenciamento (desbloqueio) de R\$ 13,976 bilhões do Orçamento de 2019.

O órgão que teve a maior liberação, de R\$ 3,473 bilhões, foi o Ministério da Defesa, seguido pela Educação, R\$ 2,695 bilhões, e pelo Desenvolvimento Regional, R\$ 1,905 bilhão.

Segundo o governo, a liberação dos recursos foi possível porque o governo obteve receitas extraordinárias com a venda de ativos de estatais, que rendeu Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido sobre o ganho de capital das empresas, e pelos leilões do excedente da cessão onerosa e da partilha do pré-sal.

De acordo com o Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao 5º bimestre de 2019, haveria a possibilidade de liberar gastos em mais R\$ 7,2 bilhões e, mesmo assim, cumprir a meta de déficit nas contas públicas de R\$ 139 bilhões. Para isso, seriam necessários créditos adicionais.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Após liberação de recursos, 100% das bolsas da Capes estão garantidas

O Ministério da Educação liberou nesta sexta-feira (22) a totalidade do orçamento da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** que ainda estava contingenciado. Segundo a **Capes**, os recursos da fundação liberados neste ano chegam a R\$ 3,98 bilhões, 4% superior aos 3,84 bilhões de 2018.

“Todos os compromissos assumidos ao longo do ano estão sendo cumpridos”, destacou **Anderson Correia**, presidente da **Capes**.

O Diário Oficial da União publicou decreto, nesta semana, relativo ao Relatório Extemporâneo de Avaliação de Receitas e Despesas de Novembro de 2019, com

liberação de todas as despesas discricionárias (não obrigatórias) contingenciadas (bloqueadas) em meses anteriores.

Na semana passada, o governo anunciou o descontingenciamento (desbloqueio) de R\$ 13,976 bilhões do Orçamento de 2019.

O órgão que teve a maior liberação, de R\$ 3,473 bilhões, foi o Ministério da Defesa, seguido pela Educação, R\$ 2,695 bilhões, e pelo Desenvolvimento Regional, R\$ 1,905 bilhão.

Segundo o governo, a liberação dos recursos foi possível porque o governo obteve receitas extraordinárias com a venda de ativos de estatais, que rendeu Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido sobre o ganho de capital das empresas, e pelos leilões do excedente da cessão onerosa e da partilha do pré-sal.

De acordo com o Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao 5º bimestre de 2019, haveria a possibilidade de liberar gastos em mais R\$ 7,2 bilhões e, mesmo assim, cumprir a meta de déficit nas contas públicas de R\$ 139 bilhões. Para isso, seriam necessários créditos adicionais.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Enade será aplicado neste domingo para cerca de 435 mil estudantes

Cerca de 435 mil estudantes fazem, hoje (24), em todo o país, as provas do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade). Nesta edição, serão avaliados os cursos das áreas de ciências agrárias, ciências da saúde e áreas afins; engenharias e arquitetura e urbanismo; e os cursos superiores de tecnologia nas áreas de ambiente e saúde, produção alimentícia, recursos naturais, militar e de segurança.

O Enade é um exame feito por estudantes, ao final dos cursos de graduação, para avaliar conhecimentos, competências e habilidades desenvolvidas ao longo do curso. O estudante precisa fazer o exame para colar grau e receber o diploma.

A prova tem duração de quatro horas e é composta por dez questões de Formação Geral e 30 questões de Componente Específico de cada área de avaliação. As questões discursivas do componente de Formação Geral avaliam aspectos como clareza, coerência, coesão, estratégias argumentativas, utilização de vocabulário adequado e correção gramatical do texto. A avaliação dos componentes específicos varia de acordo com a área do estudante.

Embora não haja a exigência de um desempenho mínimo para ser aprovado no Enade, de acordo com o presidente substituto do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Camilo Mussi, um bom desempenho no exame pode trazer benefícios para o próprio estudante na hora de conseguir um emprego, já que a instituição que ele estuda será também melhor avaliada.

O Enade integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), composto também pela Avaliação de Cursos de Graduação e pela Avaliação Institucional. É com base nessas avaliações que se conhece a qualidade dos cursos e as instituições de educação superior brasileiras.

Os resultados do Enade, aliados às respostas do Questionário do Estudante, são insumos

para o cálculo dos Indicadores de Qualidade da Educação Superior.

Horário

Os portões de acesso aos locais de prova serão abertos às 12h e fechados às 13h, de acordo com o horário oficial de Brasília, sendo vedada a entrada do estudante após o fechamento dos portões.

Aos estudantes que participarão da prova recomenda-se a apresentação no local e horário definidos pelo Inep, para localizar a sala, assinar a lista de presença e cumprir outras formalidades, munidos de documento oficial de identificação (com fotografia), e caneta esferográfica de tinta preta, feita em material transparente para responder tanto as questões objetivas quanto as discursivas.

A prova terá início às 13h30 do horário oficial de Brasília e não será permitida a entrada no local da prova após esse horário. A lista de presença será disponibilizada apenas após uma hora do início da prova.

A participação no Enade 2019 será atestada a partir da assinatura do estudante na lista de presença de sala e no cartão de respostas às questões objetivas da prova. Deixar o local de prova sem o cumprimento das formalidades de identificação e registro de presença pode comprometer a regularidade junto ao Enade 2019.

* Com informações do Inep

CORREIO BRAZILIENSE - DF - EDITORIAL

E agora, ministro?

VISÃO DO CORREIO

"Os últimos serão os primeiros", diz um dito popular. Outro vai na mesma linha: "Devagar se vai ao longe". Há também o que afirma que quem ri por último ri melhor. Esses provérbios nasceram na época do carro de boi. Na era da internet, a sabedoria por eles transmitida leva a outra conclusão.

Os últimos serão os últimos mesmo. Devagar se chega atrasado. Quem ri por último é retardado. A observação vem a propósito da declaração do ministro da Educação a respeito do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes - Pisa. Abraham Weintraub anunciou que o Brasil deve ocupar o último lugar da América do Sul.

Realizada pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), a prova avalia o desempenho de estudantes de até 15 anos em matemática, ciências e leitura. Na última edição, de 2016, 70 países participaram do certame. O Brasil ficou mal na foto. Em leitura, figurou na rabeira da lista. Em matemática e ciências, andou para trás.

Ao antecipar o resultado, cujo anúncio oficial virá nos próximos dias, Weintraub eximiu-se de responsabilidade. Atribuiu a culpa "aos 16 anos de governos petistas e de abordagens esquerdistas". Decepcionou. Em nada ajuda falar em herança maldita diante de fatos que constroem o país.

Impõe-se olhar para frente e encontrar respostas contemporâneas para problemas antigos. Na década de 70, o Brasil universalizou o acesso à escola. A iniciativa veio tarde em relação ao resto do mundo. O passo seguinte - universalizar o acesso ao

conhecimento - entrou em compasso de espera.

Três desafios exigem respostas efetivas e urgentes. Um deles: promover a aprendizagem. Brasileirinhos vão à escola. Mas as salas de aula se revelam incompetentes para cumprir a tarefa que lhes cabe. Metade das crianças chegam analfabetas ao terceiro ano. A maior parte das demais deixam a desejar no tocante às competências delas exigidas.

O segundo embate se refere à conclusão das etapas escolares na idade certa. Ficar para trás desestimula, baixa a autoestima e leva à sucessão de fracassos. O terceiro, não menos importante, aponta para a evasão. Sobretudo no ensino médio, o abandono dos bancos colegiais contribui para engrossar as fileiras do crime. O futuro dos jovens fora do sistema, como eles mesmos dizem, começa com c-caixão ou cadeia.

Vale frisar a importância do professor no salto qualitativo por que o país tanto anseia. Mestres precisam estar motivados para abraçar a causa. A política denunciada com certeza não é a mais acertada para a hercúlea tarefa de sintonizar o Brasil com o século 21.

Não há necessidade de inventar a roda. Estados como Ceará, Pernambuco e Espírito Santo têm experiências exitosas nos ensinos fundamental e médio. Podem compartilhar o caminho trilhado com as demais unidades da Federação. A sociedade tem pressa. Os hoje excluídos do acesso ao conhecimento farão falta ao país que envelhece no pior dos mundos - pobre e carente de educação.

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - COLUNAS

Falhas no ensino público

VISTO, LIDO E OUVIDO

É preciso reconhecer que o modelo de escola pública no Brasil vem, ao longo das últimas décadas, num ciclo de mudança contínua, não em busca de um aperfeiçoamento para melhor se adequar à evolução natural da sociedade, mas, sobretudo, para atender as obrigações mínimas do Estado impostas compulsoriamente pela legislação.

Nesse ponto, não admira que a cada governo haja sempre movimentos tendendo a modificar as leis que versam sobre os deveres do Estado com a manutenção de escolas públicas. Além dessa descontinuidade, nociva para o processo ensino/aprendizagem, que é de longo prazo, o que se observa é o aumento no desinteresse dos governantes sobre um tema que parece não render resultados do tipo utilitarista e imediato, seja em popularidade, seja em produção de votos.

De fato, o Estado vem tirando o "corpo fora" dessa questão ao longo dos anos. Educadores, na sua grande maioria, reconhecem a falência progressiva do ensino estatal, ou mais precisamente das escolas públicas, ao empurrar o grosso das classes de maior renda para as escolas particulares, justamente aquela de maior expressão política que maior pressão sempre fez pela qualidade do ensino, retirou do governo o que parecia ser um ônus e obrigação aborrecida.

A migração maciça da classe média para longe das escolas do Estado abriu uma espécie de oportunidade para que as autoridades lavassem as mãos sobre esse assunto. Hoje, não há como negar que o ensino público vive seu pior momento. Na verdade, é possível

falar-se de um sucateamento das escolas e, sobretudo, do ensino público. A cada novo governo, anunciam-se reformas que se sabe limitadas a um horizonte de não mais de quatro anos.

Governos federal, estaduais e municipais não dão continuidade aos programas estabelecidos, preferindo criar seus próprios planos para o setor. Com isso, de ruptura em ruptura, o que se obtém é um modelo de ensino que frequentemente se mostra débil a cada exame de avaliação, seja nacional, seja internacional, como é o caso do Pisa, elaborado pela OCDE a cada três anos.

Como resultado dessa desigualdade que se observa na qualidade entre o ensino particular e o ensino público, é que as vagas nas universidades do Estado são majoritariamente ocupadas pelos alunos que tiveram sua formação em estabelecimentos privados. O mesmo acontece em concursos públicos, em que esses mesmos alunos se saem melhor. Dessa forma tem-se que as escolas públicas, por sua baixa qualidade, acabam por alimentar e induzir, de forma brutal, a desigualdade social no país, o que pode ser entendido também como um apartheid educacional.

Outro aspecto a reforçar esse descompromisso com algo tão fundamental pode ser notado com a progressiva desvalorização do professor como profissional. Para se ter uma ideia desse descaso com uma categoria, que deveria ser essencial para o desenvolvimento do país, apenas o que muitos políticos ganham extraordinariamente a título de auxílio-alimentação supera muito o que recebe a maioria dos professores pelo Brasil.

Não surpreende que essa seja hoje uma das profissões com as menores procuras no mercado de trabalho por parte dos jovens. Para esse problema específico, a resposta mais imediata e também a que menos tem chance de ser aprovada pela classe política, é estabelecer os salários dos professores como o teto para o funcionalismo público. Mas esse é um sonho demasiado óbvio e distante para enxergado por nossas autoridades, mas que em países como o Japão é, em parte já, uma realidade.

Talvez isso explique, em parte, o sucesso daquele país. Infelizmente, já se sabe que não adianta incluir a prioridade absoluta da educação em nossa Carta Magna. A instabilidade jurídica que vivemos por conta de uma Corte Suprema movida a razões político-partidárias, pode facilmente mudar também esse entendimento. Por outro lado, é conhecida a má vontade dos políticos sobre temas dessa natureza. Com isso, parece caber, exclusivamente à sociedade, o trabalho de cobrar e pressionar para que os futuros eleitos tenham essa questão como prioridade.

Há, ainda, outros aspectos fundamentais que precisam ser postos em prática, como é caso da formação adequada de professores e outros trabalhadores da educação para que impeçam que nossas escolas funcionem como repartições públicas, burocráticas e pouco eficientes e que esses estabelecimentos públicos não se transformem em redutos corporativos e guiados por facções político-partidárias, como vem acontecendo.

Ensinar aos alunos os fundamentos da ciência humana política é uma boa prática. O que não se pode permitir, de forma alguma, é que as escolas passem a ser usadas como palanques para pregações ideológicas ou que se transformem em puxadinhos de partidos políticos, como querem os sindicatos da categoria.

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL

MEC pretende ampliar escolas cívico-militares

Educação

O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares estará presente em 23 estados e no Distrito Federal em 2020, totalizando 54 instituições de ensino, de acordo com o Ministério da Educação (MEC). Apenas Piauí, Sergipe e Espírito Santo não foram incluídos no projeto-piloto, por não atenderem critérios da pasta federal. Cada escola receberá R\$ 1 milhão do MEC para implementar o modelo de ensino. O objetivo é que os militares — vindos da reserva das Forças Armadas, das polícias e dos corpos de bombeiros da ativa — atuem em tutorias e na área administrativa, sem substituir professores em salas de aula. A contratação será por meio de processo seletivo, com duração mínima de dois anos, prorrogável por até dez e com possibilidade de ser cancelada a qualquer momento.

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO

Racismo

Democracia moderna tem filtros que obstruem o caminho da intolerância ao poder

A democracia moderna é feita de filtros que obstruem o caminho da intolerância ao poder.

Como esses filtros foram destruídos pela crise desde 2014, foi possível a Bolsonaro chegar à Presidência da República.

Com efeito, ele representa efetivamente aquela camada da sociedade brasileira que não encontrava os canais de participação de sua preferência quando o sistema político "funcionava", por assim dizer.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/fernando-haddad/2019/11/racismo.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER

A alma inteira num tuíte

O problema de Weintraub não é Deodoro, mas a ruptura política que inaugurou a modernidade

Abraham Weintraub, o moleque malcriado da sexta série que ocupa a pasta da Educação, chamou a mãe de uma internauta de “égua sarnenta e desdentada”. Aqui e ali, pedem sua demissão, como se fosse possível, por essa via, lavar com sabão a boca do governo Bolsonaro. Esquece-se, no processo, a fonte da controvérsia e do insulto. O tuíte inicial do ministro, uma faísca de nonsense antirrepublicano, ilumina a alma inteira do novo partido de Bolsonaro.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/demetriomagnoli/2019/11/a-alma-inteira-num-tuite.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Weintraub mira PT, esquerda e imprensa em intensa participação em redes sociais

Chefe do MEC minimiza educação e amplifica celeumas no Twitter, seu canal favorito

“Meu twitter, minhas regras”, anuncia a conta do ministro da Educação, Abraham Weintraub, em sua rede social predileta. Com base em suas publicações, a diretriz ali é clara: ataques ao PT, críticas à imprensa e arroubos ideológicos têm mais destaque do que seu tema de trabalho.

De certa forma, foi o Twitter que deu Weintraub à luz como pessoa pública. Foi nessa rede que seu nome foi anunciado como titular do Ministério da Educação, em 8 de abril, e foi essa rede que se tornou o principal canal de comunicação do ministro, como já ocorria com o presidente Jair Bolsonaro e seus aliados.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/11/weintraub-mira-pt-esquerda-e-imprensa-em-intensa-participacao-em-redes-sociais.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

O ministro da balbúrdia

Atitudes de Weintraub comprometem esforços e não conduzem agenda de reformas amplas e complexas

Em sua missão de defesa da qualidade da educação básica, o Todos Pela Educação fez duras críticas a gestões anteriores do Ministério da Educação (MEC), relativas à alocação dos recursos, modelagem das políticas, estratégia de implementação e, principalmente, resultados.

Entretanto, o atual ministro, Abraham Weintraub, ultrapassou os limites razoáveis, como não se viu antes.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/11/o-ministro-da-balburdia.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Mais de 129 mil pessoas devem prestar Fuvest neste domingo

Primeira fase do vestibular da USP acontece neste fim de semana; especialistas não esperam surpresas

São Paulo

Um dos vestibulares mais concorridos do país, a Fuvest, que abre as portas para a Universidade de São Paulo, terá sua primeira fase neste domingo (24). Algumas novidades marcam esta edição, como a impressão das provas em cores e o uso de reconhecimento facial para comprovar a identidade dos candidatos.

Para 2020, a USP oferece 11.147 vagas que serão disputadas por mais de 129 mil candidatos e treineiros, aumento de 1% no número de inscritos em relação ao ano anterior.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/11/mais-de-129-mil-pessoas-devem-prestar-fuvest-neste-domingo.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Prefeitura de SP encontra sobrepreço no aluguel de ao menos 119 creches
Gestão Covas diz que valores foram reduzidos em 12%; investigação começou
após reportagem da Folha
São Paulo

A gestão Bruno Covas (PSDB) detectou sobrepreço nos aluguéis de ao menos 119 creches terceirizadas, em investigação relacionada à máfia que atua na gestão das unidades infantis.

O montante representa 6% do número das creches conveniadas (eram 1.996 em março), com mais de 289 mil alunos. Como a apuração ainda está em andamento, é possível que haja mais unidades com aluguéis superfaturados.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/11/prefeitura-de-sp-encontra-sobrepreco-no-aluguel-de-ao-menos-119-creches.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Weintraub diz que faculdades plantam maconha

‘Não são três pés de maconha, são plantações extensivas’, afirmou o ministro a site; associações de reitores e pós-graduandos criticaram

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, disse ao site Jornal da Cidade Online que há universidades federais com “plantações extensivas de maconha”, que seriam grandes a ponto de ter borrifadores de agrotóxico. Ainda segundo ele, há laboratórios de química que estão “desenvolvendo laboratórios de droga sintética, de metanfetaminas” porque a polícia não pode entrar nos câmpus.

Entre suas publicações no Twitter ontem, Weintraub colocou uma reportagem do site R7, falando da prisão em maio de cinco pessoas no câmpus da UFMG em Belo Horizonte por tráfico e produção de drogas. “Foi criada uma falácia que as universidades federais precisam ter autonomia. Justo, autonomia de pesquisa, ensino. Só que essa autonomia acabou se transfigurando em soberania. Então, o que você tem? Você tem plantações de maconha, mas não são três pés de maconha, são plantações extensivas”, afirmou Weintraub ao Jornal da Cidade Online.

Também chamou as universidades de “madrassas de doutrinação”, em referência às escolas islâmicas. Desde que assumiu o cargo em abril, Weintraub protagoniza uma série de polêmicas com professores e alunos. Além de sucessivas acusações sobre “balbúrdia” e “doutrinação” nas faculdades, ele tem apontado suposto excesso de gastos nas instituições e foi alvo de protestos após bloquear verbas – o dinheiro só foi liberado meses depois.

Em nota, a Andifes, associação que reúne os reitores das federais, disse que as instituições são sempre “objeto dos ataques” e da “retórica agressiva” do ministro. Conforme a entidade, Weintraub “ultrapassa todas as fronteiras” com a declaração, “ofendendo a um só tempo toda a comunidade acadêmica e a fé muçulmana”.

A Associação Nacional de Pós-Graduandos disse que o titular do MEC “mente, acusa sem provas, desrespeita a universidade, a produção científica e a comunidade

acadêmica”. Ontem, o presidente Jair Bolsonaro negou os rumores de que planeja trocar o ministro.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA & NEGÓCIOS

Defesa e Educação têm maior reforço no caixa

Com desbloqueio de R\$ 13,9 bilhões do orçamento federal, ministérios ganharam fôlego financeiro para fechar o ano

BRASÍLIA

Depois de passarem o ano no sufoco, os Ministérios da Defesa, Educação e Desenvolvimento Regional tiveram a maior liberação de recursos entre os ministérios neste fim de ano. Com o reforço no caixa após os leilões de petróleo, o governo anunciou, na semana passada, que descontingenciaria todo o Orçamento, liberando recursos para despesas até então congeladas.

No total, os órgãos tiveram R\$ 13,976 bilhões liberados. O governo publicou ontem um decreto detalhando as liberações. O Ministério da Defesa foi a pasta que recebeu o maior valor, com R\$ 3,473 bilhões. Para a Educação, foram R\$ 2,695 bilhões. Para o Desenvolvimento Regional, R\$ 1,905 bilhão. A Economia recebeu R\$ 1,365 bilhão, e Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, R\$ 1,159 bilhão.

No apagar das luzes, porém, o governo considera improvável que os novos recursos liberados sejam completamente gastos. Isso porque, em muitos casos, não há tempo hábil para a retomada de projetos parados ou para o empenho e execução dos pagamentos ainda neste ano.

Ao longo do ano, o governo foi “congelando” despesas para cumprir a meta fiscal. A medida foi necessária, principalmente, porque o Orçamento inicial foi construído com uma estimativa de crescimento maior do que a que foi se desenhando para 2019.

Com isso, o governo teve de contingenciar as verbas, como precaução para o caso de não ter receitas suficientes para bancá-las. Mais de R\$ 30 bilhões foram bloqueados, o que levou a situações emergenciais como suspensão de bolsas na Educação e corte até no cafezinho no Ministério da Economia.

A equipe econômica conseguiu liberar todos esses recursos à medida que as receitas tiveram desempenho acima do esperado. Para isso, contou com a ajuda do leilão de petróleo da cessão onerosa, que garantiu R\$ 23,7 bilhões para a União neste ano.

Espaço. Ontem, o Ministério da Economia divulgou ainda o Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas do 5.º bimestre, com uma reestimativa para as receitas do ano, cuja projeção aumentou R\$ 4,9 bilhões, e para as despesas, que caíram R\$ 4,5 bilhões.

Com isso, mesmo após o descontingenciamento total do Orçamento, há ainda um espaço adicional de R\$ 7,2 bilhões para o cumprimento da meta fiscal do ano, que ficará abaixo do déficit inicialmente estimado, de R\$ 139 bilhões.

topo ↕

O GLOBO - RJ - ECONOMIA

Maior liberação de recursos no Orçamento vai para Defesa

Pasta terá mais R\$ 3,4 bilhões para gastar este ano. Em segundo lugar vem o Ministério da Educação, que terá R\$ 2,7 bilhões à disposição

O Ministério da Defesa foi a pasta mais beneficiada pela liberação, anunciada semana passada pelo governo, dos R\$ 14 bilhões que estavam bloqueados no Orçamento. Segundo detalhamento divulgado ontem pelo Ministério da Economia, o órgão terá liberação de R\$ 3,4 bilhões. O segundo maior montante vai para a Educação, que terá à disposição todos os R\$ 2,7 bilhões que estavam contingenciados até agora.

Defesa e Educação tinham sido justamente as pastas com os maiores volumes bloqueados ao longo deste ano. Por isso, agora que toda a previsão orçamentária foi liberada, são as áreas mais beneficiadas. Juntos, os dois órgãos respondem por 44% do total de recursos liberados.

PREVISÃO DE R\$ 7,2 BI NO ORÇAMENTO

O desbloqueio de verbas da semana passada foi determinado pelo governo graças à arrecadação extra de dois leilões de petróleo realizados em novembro. O maior impacto foi a licitação do megaleilão das áreas no excedente da cessão onerosa, que rendeu quase R\$ 70 bilhões aos cofres públicos.

A terceira pasta que ganhou mais fôlego pela reavaliação de receitas e despesas foi a do Desenvolvimento Regional, com folga de R\$ 1,9 bilhão, seguida pela Economia, que teve todo o montante de R\$ 1,4 bilhão descontingenciado.

Além de detalhar o desbloqueio da semana passada, o governo publicou ontem novo relatório de avaliação de receitas e despesas. No documento, o governo decidiu ampliar em R\$ 7,2 bilhões o limite orçamentário até o fim do ano. Como não há mais bloqueio, no entanto, esse espaço só poderá ser gasto em caso de edição de créditos adicionais, como os necessários para liberar emendas parlamentares.

A possibilidade de expansão de gastos ocorreu porque o Ministério da Economia revisou novamente as projeções de receitas e despesas. A estimativa de arrecadação aumentou em R\$ 4,9 bilhões. Já a previsão de gastos foi reduzida em R\$ 4,5 bilhões. Por isso, os técnicos concluíram que seria possível ampliar a previsão de despesas sem ferir a meta fiscal, que neste ano é de déficit de até R\$ 139 bilhões.

Apesar da meta, o governo já estima que o resultado fiscal neste ano será bem menor que esse limite. Na segunda-feira, o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que o país fechará 2019 com rombo de R\$ 80 bilhões, ou seja, R\$ 60 bilhões a menos que a meta. Durante a campanha, o ministro prometeu, no entanto, que poderia zerar o déficit no primeiro ano de governo, o que acabou não se concretizando.

[topo](#)

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Escola compartilhada

Eis aqui um exemplo de Escola Compartida, democrática, oposta à proposta de Escola sem Partido.

Confirmada a vitória de Bolsonaro em 29 de outubro de 2018, estudantes de Porto Alegre, alunos de uma escola pública (Aplicação) e três particulares (Marista Rosário, Bom Conselho e Santa Inês) promoveram manifestações contrárias ao eleito. Exibiram

faixas com as cores LGBTQ+ e bradaram: “Seremos resistência!”

No Marista, outro grupo revidou vestido de verde e amarelo, empunhando a bandeira do Brasil e gritando “Mito” e “Fora PT”.

Pais bolsonaristas protestaram junto à direção das escolas e exigiram a expulsão dos manifestantes insatisfeitos com o resultado da eleição. O Marista esclareceu que a manifestação “foi espontânea e voluntária” e defendeu a liberdade de expressão: “Salientamos a importância de diálogo para a discussão sobre a promoção e a defesa dos direitos, fortalecendo a nossa missão de formar cidadãos comprometidos com a promoção da vida e da cultura de paz”.

O Aplicação emitiu comunicado “em defesa da liberdade de expressão, e considera o ambiente escolar e universitário como um lugar plural, de discussão e pensamento crítico”. Os outros dois colégios se posicionaram na mesma linha, ressaltando a isenção partidária.

O protesto dos jovens fez surgir, na capital gaúcha, a Associação Mães & Pais pela Democracia, suprapartidária, que acaba de lançar o livro “Educação com amor e liberdade —ensaios sobre maternidade, paternidade e política” (Tomo Editorial), organizado por Aline Kerber, socióloga especialista em segurança pública.

Os depoimentos reunidos são impactantes pelo modo como mães e pais, todos profissionais liberais com graduação universitária, declaram que anseiam ver seus filhos, quando adultos, livres de preconceitos e atitudes discriminatórias. Descrevem o que significa ser pai e mãe nessa conjuntura na qual ainda vigoram o racismo, o trabalho infantil, a perseguição ideológica e as tentativas de impor nas escolas o pensamento único contrário aos direitos humanos.

O movimento Mães e Pais pela Democracia reage contra os pais que, à porta das escolas e digitais, defendem o medo, a educação acrítica, e até mesmo absurda, quando abraçam a hipótese de que “a Terra é plana”, e consideram a educação escolar mera mercadoria pela qual pagam e, portanto, se sentem no direito de tratar os professores como seus empregados.

Sublinha Diana Corso no prefácio, “como todos os ideais, a capacidade de ser democráticos se demonstra na prática: nossos filhos não se pau tampe loque dizemos, e lesse formam a partir do que observam que realmente fazemos ”.

Na Escola Compartida ou Compartilhada, pais, professores, alunos e funcionários se empenham na formação, não apenas de profissionais qualificados para o mercado de trabalho, mas, sobretudo, de cidadãos dotados de consciência crítica e responsabilidade social.

O Brasil precisa exorcizar, urgentemente, sua herança escravagista, que faz o patrão se julgar dono do funcionário; o doutor se considerar melhor que o analfabeto; o político mirar os eleitores como mera massa de manobra. Não há ninguém mais culto do que outro. Existem culturas distintas e socialmente complementares. O juiz é mais culto do que a cozinheira a pergunta: quem pode prescindir da cultura do outro? É um engodo confundir escolaridade com cultura. Grandes atrocidades foram cometidas por pós-

doutorados, como as bombas atômicas de Hiroshima e Nagasaki.

Sem base ética e liberdade de expressão, a educação se torna mero adestramento para fomentar, na expressão de La Boétie, a “servidão voluntária”, o que será agravado com essa nova medida do governo Bolsonaro de criar um canal para receber denúncias contra professores. Eis o Ministério da Deseducação.

topo ↕

HOJE EM DIA - MG - COLUNAS

CALMA, GENTE

Precisam de calmantes dois expoentes do governo na Esplanada. A possível fusão do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** divide os ministros da Educação, Abraham Weintraub, e da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes.

topo ↕

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ESPLANADA

CALMA, GENTE

Precisam de calmantes dois expoentes do governo na Esplanada. A possível fusão do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** divide os ministros da Educação, Abraham Weintraub, e da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes.

CONTRAPONOTOS

Em documentos enviados à Câmara, aos quais a Coluna teve acesso, os ministros apresentam posições opostas. Pontes afirma que a fusão “não é a melhor alternativa”. Já Weintraub aponta que uma eventual incorporação ou fusão “traria vantagens muito maiores do ponto de vista da governança”. As palavras são outras nos bastidores.

topo ↕

ZERO HORA - RS - NOTÍCIAS

“A principal crise é a de aprendizagem”

PRISCILA CRUZ

Presidente-executiva do Todos pela Educação

Presidente do movimento Todos pela Educação, uma das organizações mais prestigiadas na defesa do tema no país, Priscila Cruz costuma fazer uma comparação com o esporte para resumir a situação brasileira: “Se fosse unia partida de futebol, teríamos vencido o primeiro tempo, mas perdido de goleada no segundo. E isso é uma derrota”. Para ela, o primeiro tempo são as séries iniciais, em geral sob a responsabilidade dos municípios. A goleada é o restante da trajetória, principalmente depois do quinto ano. Em abril, quando assumiu o Ministério da Educação, Abraham Weintraub prometeu mudar a prioridade do governo para atender melhor o Ensino Fundamental. O Todos pela Educação, que monitora as ações do governo, não encontrou evolução a partir da promessa do MEC.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, assumiu o cargo indicando que daria prioridade ao Ensino Básico em relação ao Ensino Superior. Houve avanço? Infelizmente, não. O que aconteceu, até pelas restrições orçamentárias, foi o inverso: encaminhamento de recursos que estavam na educação básica para cobrir alguns rombos deixados pelo Ensino Superior. Para ser justa, a Secretaria de Educação Básica conseguiu avançar em alguns programas importantes e que são de gestões anteriores, como o Educação Conectada. Por outro lado, a Secretaria de Educação Básica gastou muito tempo, energia e recursos com programas que não têm nenhuma relação com o

aprendizado das crianças: como o disque-denúncia, o Educação em Prática e as escolas cívico-militares. São desperdícios de tempo e de recursos, que poderiam ser aplicados nos programas que vão realmente fazer com que a gente consiga melhorar os resultados.

As escolas cívico-militares são uma bandeira do governo para melhorar a educação pública. É um caminho?

Essas escolas podem até ter uma aparência de qualidade, mas o que se transformou em escolas cívico-militares não têm nada a ver com as escolas militares. É importante fazer essa distinção. As escolas militares têm custo por aluno três vezes maior do que uma escola regular. O investimento é equivalente ao de uma escola particular de elite. Você atende alunos que são filhos de militares, alunos de classe média alta para os padrões brasileiros, há seleção para as vagas remanescentes, absorvendo os melhores estudantes da região. Enfim, tem uma série de elementos que explica o resultado das escolas militares. O que o governo está fazendo é pegar um elemento da escola militar, que é a presença de militares na gestão de forma muito reduzida, porque as escolas vão ter mais ou menos uns três militares, como se isso fosse resolver. E aí deram o nome de escolas cívico-militares, com a presença de alguns militares, mas você não tem todas as outras condições que explicam o sucesso do colégio militar.

O ministro da Educação afirmou que o Brasil estará mais uma vez nos últimos lugares do Pisa na América Latina e atribuiu o desempenho às "abordagens esquerdistas" dos últimos 16 anos. Como você avalia o desempenho no Pisa e a declaração do ministro? O Brasil permanece em situação muito crítica em sua qualidade de educação. As crianças estão na escola, mas não necessariamente aprendendo. A principal crise do nosso país é a de aprendizagem. Precisamos aprender com outros países. Vietnã, Portugal, ou mesmo os clássicos, Coreia do Sul, Finlândia, Canadá, nenhum país resolve combatendo ou promovendo ideologia. O governo se elegeu dizendo que ia combater a ideologia e o que temos visto é a substituição de uma ideologia por outra. É um erro, é repetir os erros do passado.

Precisamos ser mais pragmáticos, olhar para aquilo que funciona sem diversionismo, sem achar que o problema da educação brasileira são professores doutrinadores.

O problema da educação brasileira é que os professores não estão sendo formados para garantir a aprendizagem dos seus alunos.

O ministro costuma usar as redes sociais para defender suas bandeiras e não economiza em críticas e ofensas.

Se defendo a liberdade de manifestação de professores, por coerência, também tenho de entender as manifestações do ministro. A questão são as manifestações inflamadas, jogando para a torcida, que repercutem negativamente no seu trabalho como ministro. É impossível separar o Abraham Weintraub das redes sociais e o Abraham Weintraub como ministro da Educação. O ministro mais importante da República é o da Educação, pois é ela que dará condição de o Brasil ter desenvolvimento social econômico. Mas esse ambiente contamina o trabalho. Quadros muito competentes ;áiram do MEC e isso Meta a capacidade de execução dos projetos programas. O governo federal não conseguiu executar parte impor-:ante dos seus programas por falta de pessoal. O ministro articula o trabalho de Estados e municípios. Como ele é ima pessoa polêmica, ;era série de polêmicas, secretários passam a ter má vontade.

Como você avalia essa decisão do governo de lançar um canal para denunciar professores?

Criar um canal de denúncia de professores em que a família acesse diretamente o governo federal, inclusive com consequência de repasses de recursos a Estados e municípios que podem ser penalizados, não nos parece a melhor estratégia. Isso passa por cima da questão da escola, que é a responsável, em primeira instância, pela gestão dos conflitos escolares. A gente resolve os conflitos com formação de professores. O professor precisa ter muito claro o que tem de ensinar e o que é esperado como resultado do trabalho dele. E tem uma consequência que vai além da questão educacional, que é a interferência de um governo em relação àquilo que as pessoas pensam: moral, religião e visão de mundo que cada um de nós tem. Existe uma diversidade enorme de visões de mundo e isso precisa ser respeitado. Claro que a gente não pode ter doutrinação, falta de respeito, o professor não pode ultrapassar a sua função como educador, mas isso não vai ser resolvido com canal de denúncia.

Há risco de criar uma caça à bruxas?

Não sabemos muito bem o que o governo federal vai fazer com esse canal, com as informações que vão chegar pelo disque-denúncia: se vai ser publicizado ou não, se vão usar para constranger professores, a direção da escola, secretários de Educação, prefeitos ou governadores. A preocupação é qual o limite da interferência do governo naquilo que é uma escolha muito individual, que é a visão de mundo, os valores, a sua religião, o que você pensa. Isso precisa, sim, ser analisado com muito cuidado porque pode haver um exagero de patrulhamento do Estado em relação ao que este governo considera como certo ou errado.

Inspirado no Ceará, o governo do RS pretende utilizar o desempenho na educação como critério para distribuição do ICMS. Como você avalia?

Esse é um bom exemplo de seguir. A gente tem um resultado incontestável do Ceará. Das cem melhores escolas do Brasil, 77 são do Ceará. O Estado soube fazer políticas eficazes que produzem resultados. Não tem nada a ver com ideologias, com professores que são mais de esquerda ou de direita. Lá no Ceará, eles tocaram naquilo que importa. Tomara que o governo do Rio Grande do Sul siga esse caminho, de olhar para aquilo que funciona, fazer as adaptações necessárias para a realidade do Estado. A gente se inspira em determinadas políticas, mas a gente não pode jamais copiá-las. Os elementos que explicam o sucesso do Ceará precisam estar replicados, mas com o tempero do Rio Grande do Sul. Sou favorável a essa prática, pois é assim que vamos conseguir ter resultado um pouco melhor no Brasil

topo ↕

LAPADA LAPADA - TEMPO REAL

Capex vai liberar R\$ 1,3 milhão para pesquisas sobre manchas de óleo

A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)** lança hoje (22) um edital que vai destinar R\$ 1,36 milhão para seleção de projetos que vão fazer pesquisas sobre o óleo encontrado nas praias brasileiras. O objetivo “é contribuir para a contenção, o processamento do resíduo encontrado e a redução de danos ao meio ambiente”.

Por ser uma ação emergencial, as propostas de estudo devem ser encaminhadas do dia 25 de novembro, até as 17h horas (horário de Brasília), até 4 de dezembro pela plataforma online da **Capex**. O resultado final será divulgado a partir de 18 de

dezembro. O edital está disponível no link <https://inscricao.capes.gov.br/individual>

Podem apresentar projetos professores vinculados a programas de pós-graduação stricto sensu recomendados pela coordenação. Cada proposta aprovada terá o valor de financiamento de até R\$ 100 mil, liberados em uma única parcela, e uma cota de bolsa de mestrado. O projeto deverá ser desenvolvido ao longo de dois anos, podendo ser prorrogado por mais 12 meses.

As áreas de pesquisa prioritária são avaliação dos impactos ambientais e socioeconômicos, bioremediadores, dispersão do óleo, processamento de resíduos e tecnologia aplicada à contenção do óleo.

Veja Também Notas do Enem são aceitas em cinco novas instituições portuguesas

“O programa **Capex**-Entre Mares atende demanda apresentada pelo Grupo de Acompanhamento e Avaliação criado no âmbito do Plano Nacional de Contingência para a gestão de ações de resposta após a ocorrência do desastre”, disse a **Capex**.

O grupo é formado pela Marinha do Brasil, Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais e Renováveis (Ibama).

*Com informações da **Capex**

topo ↕

O PARANÁ - PR - GERAL CALMA, GENTE

Precisam de calmantes dois expoentes do governo na Esplanada. A possível fusão do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)** divide os ministros da Educação, Abraham Weintraub, e da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes.

CONTRAPONOTOS

Em documentos enviados à Câmara, aos quais a Coluna teve acesso, os ministros apresentam posições opostas. Pontes afirma que a fusão “não é a melhor alternativa”. Já Weintraub aponta que uma eventual incorporação ou fusão “traria vantagens muito maiores do ponto de vista da governança”. As palavras são outras nos bastidores.

topo ↕

OPINIÃO E NOTÍCIA - ESPLANADA

Calma, gente

Precisam de calmantes dois expoentes do Governo na Esplanada. A possível fusão do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)** divide os ministros da Educação, Abraham Weintraub, e da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes.

Contrapontos

Em documentos enviados à Câmara, aos quais a Coluna teve acesso, os ministros apresentam posições opostas. Pontes afirma que a fusão “não é a melhor alternativa”. Já Weintraub aponta que uma eventual incorporação ou fusão “traria vantagens muito maiores do ponto de vista da governança”. As palavras são outras nos bastidores.

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Ministro tem retórica agressiva, dizem reitores após fala sobre cultivo de maconha em faculdades

Em entrevista a site, Weintraub também acusou universidades federais de serem centros de doutrinação; para entidade de pós-graduandos, titular do MEC acusa sem provas

SÃO PAULO - Entidades de reitores e alunos reagiram nesta sexta-feira, 22, à acusação do ministro da Educação, Abraham Weintraub, de que haveria "plantações extensivas de maconha" nas universidades federais. Ao site Jornal da Cidade, ele ainda disse que as instituições são "madrassas de doutrinação", em referência às escolas islâmicas.

Desde que assumiu o cargo no MEC em abril, Weintraub protagoniza uma série de polêmicas com professores e alunos. Além de sucessivas acusações sobre "balbúrdia" e "doutrinação" nas faculdades, ele tem apontado suposto excesso de gastos nas instituições e foi alvo de protestos após bloquear verbas – o dinheiro só foi liberado meses depois.

Em nota, a Andifes, associação que reúne os reitores das federais, disse que as instituições são sempre "objeto dos ataques" e da "retórica agressiva" do ministro. Conforme a entidade, Weintraub "ultrapassa todas as fronteiras" com a declaração, "ofendendo a um só tempo toda a comunidade acadêmica e a fé muçulmana".

A Associação Nacional de Pós-Graduandos disse que o titular do MEC "mente, acusa sem provas, desrespeita a universidade, a produção científica e a comunidade acadêmica". A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) disse reiterar "sua solidariedade às universidades públicas brasileiras, que estão sendo duramente criticadas, de forma injusta e inverídica, pelo atual ministro da Educação".

Também nesta sexta, o presidente Jair Bolsonaro negou os rumores de que planeja trocar o ministro. Ele disse que a intenção de rumores sobre a troca de ministros é "dizer que governo bate cabeça, vai mal". Para Bolsonaro, os números dizem o contrário. "A gente está bem na Economia, bem na Educação, bem na Defesa. Tudo foi descontingenciado. Qual a intenção disso? Se eu afundar, afunda o Brasil todo. Você vão pro beleléu também junto comigo."

Governo Bolsonaro quer canal de denúncia contra professores

A ministra dos Direitos Humanos, Damara Alves, afirmou esta semana que o governo federal vai criar um canal para que pais de alunos possam reclamar de professores que, durante as aulas, atentem "contra a moral, a religião e a ética da família". Ela disse que o dispositivo, desenvolvido em parceria com o MEC, será anunciado ainda este ano, mas não deu detalhes sobre o funcionamento.

A gestão Jair Bolsonaro é crítica de uma suposta doutrinação e pregação da "ideologia de gênero" em sala de aula pelos docentes. Esse termo vem sendo usado por grupos conservadores, mas não é adotado em universidades e escolas. O combate à doutrinação é uma bandeira do Movimento Escola sem Partido, grupo criado em 2004 para cobrar mecanismos que vigiem e punam supostos excessos de professores. Nos últimos anos, têm tramitado no Congresso e nos Legislativos locais projetos de lei inspirados nessa ideia - parte foi aprovada.

De acordo com especialistas, uma ferramenta do tipo pode criar um clima de

desconfiança entre alunos e docentes e eventuais problemas com professores deveriam ser resolvidos dentro do ambiente escolar.

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

O ministro da balbúrdia

Atitudes de Weintraub comprometem esforços e não conduzem agenda de reformas amplas e complexas

Em sua missão de defesa da qualidade da educação básica, o Todos Pela Educação fez duras críticas a gestões anteriores do Ministério da Educação (MEC), relativas à alocação dos recursos, modelagem das políticas, estratégia de implementação e, principalmente, resultados.

Entretanto, o atual ministro, Abraham Weintraub, ultrapassou os limites razoáveis, como não se viu antes.

A postura agressiva adotada nas redes sociais não só desonra a educação, apequena o Governo Federal e desrespeita todo o país, mas fundamentalmente impacta na atuação do ministério, pois gera compromissos com o discurso radical e impõe limitações graves à efetividade das ações para a melhoria da educação básica.

Às palavras, sua força e consequências. Por se tratar do ministro da Educação, essas consequências são graves demais. Há enorme impacto simbólico e também repercussão prática, dada sua função executiva, que deveria ser de referência como principal articulador das várias cadeias de implementação de políticas educacionais.

No Twitter, o ministro já sugeriu a um usuário que carregasse carvão para sua própria cremação, aplaudiu incitação à violência contra estudantes, ofendeu o presidente francês e chamou uma interlocutora de “filha da égua”.

Considerado um problema por muitos do próprio governo, em quase todos os partidos no Congresso Nacional e na comunidade educacional, Weintraub só anima os grupos radicais. Infelizmente, falta intenção de melhorar a educação, sobra intenção no extremismo.

Apesar de técnicos do MEC seguirem trabalhando pela continuidade de importantes políticas de gestões anteriores, como o apoio a estados e municípios para a implementação da Base Nacional Comum Curricular e para a expansão do ensino médio em tempo integral, o ministro da “balbúrdia” compromete esses esforços e não conduz uma agenda de reformas amplas e complexas.

Muito mais poderia ter sido feito se o ministro e sua equipe não gastassem grande parte do seu tempo nas novas iniciativas que terão pouco ou nenhum impacto positivo nos resultados educacionais.

Uma delas visa agradar ao presidente e a alguns de seus apoiadores (escolas cívico-militares), outra, o setor privado (“Educação na Prática”, que eleva artificialmente a avaliação das instituições de ensino superior em troca do seu espaço ocioso para a educação básica) e, mais recentemente, a perseguição a professores mascarada de proteção a estudantes.

Além disso, o MEC nem sequer definiu uma estratégia concreta para reverter o quadro atual em que 55% das crianças de 8 e 9 anos não estão plenamente alfabetizadas.

Da mesma forma, a pasta mal se envolveu nos debates na Câmara e no Senado sobre o Fundeb, principal mecanismo de financiamento da educação básica, e segue a reboque do Ministério da Economia nas negociações com parlamentares.

Há muito a ser feito, não podemos mais perder tempo.

O Brasil nunca deu a devida prioridade à educação básica e, como resultado, as oportunidades que os brasileiros poderiam ter de uma vida melhor foram reduzidas, assim como a competitividade do país, e pioraram os índices de segurança pública — para citar alguns efeitos.

Nosso patamar de exigência em relação ao ministro da Educação deveria ser o mesmo que adotamos para o ministro da Economia.

Entretanto, o titular do MEC não possui liderança técnica, política ou gerencial. Weintraub foi o único a ganhar com tudo isso: de desconhecido passou a figura nacional.

Quem perde somos todos nós e, como sempre, sobretudo as crianças e os jovens.
Priscila Cruz

Mestre em administração pública pela Harvard Kennedy School (EUA), é presidente-executiva e cofundadora do movimento Todos Pela Educação

João Marcelo Borges é diretor de estratégia política do Todos Pela Educação

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Ministro diz que há plantações de maconha em universidades; reitores criticam ataques e retórica agressiva

Andifes, associação que reúne dirigentes das universidades, disse que está tomando as providências jurídicas cabíveis.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, disse em entrevista ao "Jornal da Cidade" que as universidades são "madrças de doutrinação" e "tem plantações extensivas" de maconha, além de os laboratórios de química estarem desenvolvendo droga sintética, a metanfetamina. No trecho da entrevista já divulgado, ele não deu detalhes sobre as acusações.

O G1 entrou em contato com a assessoria e, até a última atualização desta reportagem, não obteve resposta. Em seu perfil em uma rede social, o ministro citou dois casos ligados às acusações que ele fez na entrevista.

A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) se posicionou em nota e disse que Weintraub "parece nutrir ódio pelas universidades" e que "ultrapassa todas as fronteiras que devem limitar, sobretudo, os atos de um gestor público". A Andifes disse que está tomando "as providências jurídicas cabíveis para apurar eventual cometimento de crime de responsabilidade, improbidade, difamação ou prevaricação".

"Madrça", termo usado pelo Weintraub para falar sobre as universidades, significa

"casas de estudo ou escola muçulmana" no dicionário Aurélio. Há, ainda, um segundo significado encontrado no Priberam: quem é dado à ociosidade ou não gosta de trabalhar.

A declaração do ministro foi publicada na quinta-feira (21). Além de sugerir a produção de drogas ilegais sem apontar onde elas ocorreriam ou se há investigação em andamento, ele diz que as plantações de maconha tem "borrifador de agrotóxico".

"Foi criada uma falácia que as universidades federais precisam ter autonomia. Justo, autonomia de pesquisa, autonomia de ensino... Só que essa autonomia acabou se transfigurando em soberania. Então, o que você tem? Você tem plantações de maconha, mas não é três de maconha, você tem plantações extensivas nas universidades. A ponto de ter borrifador de agrotóxico, porque orgânico é bom contra a soja, pra não ter agroindústria no Brasil, na maconha deles eles querem tudo o que a tecnologia tem à disposição. Ou coisas piores, você pega laboratórios de química, uma faculdade de química não era um centro de doutrinação, desenvolvendo laboratório de droga sintética, de metanfetamina".

A declaração está em vídeo divulgado pelo "Jornal da Cidade" e gerou a resposta da Andifes nesta sexta-feira (22).

Nota da Andifes

Veja abaixo o posicionamento da associação:

"O ministro da educação do Brasil, Abraham Weintraub, parece nutrir ódio pelas universidades federais brasileiras. Afinal, as instituições das quais deveria cuidar, cabendo ao Ministério estruturar e aperfeiçoar, são a todo momento objeto dos ataques de sua retórica agressiva. Todos já vimos tal agressividade ser dirigida, por exemplo, contra estudantes (sobretudo as suas lideranças), contra professores — tratados como marajás, "zebras gordas" — e mesmo contra gestores (sobretudo gestoras), como se fossem adversários. Vemos ser desvalorizada a produtividade das nossas instituições e serem atacadas, em particular, as áreas pertencentes às humanidades. E, a todo momento, números são chamados a servir à imagem distorcida de que as universidades são excessivamente caras e que, portanto, deveriam sofrer ainda mais restrições orçamentárias. Já o vimos, enfim, classificar as universidades federais como o lugar da "balbúrdia", invocando outrora essa razão para um bloqueio orçamentário.

Entretanto, em vídeo recentíssimo, o Ministro Abraham Weintraub ultrapassa todas as fronteiras que devem limitar, sobretudo, os atos de um gestor público do alto escalão da República. Sem fazer quaisquer mediações, afirma que as Universidades Federais são "madrças de doutrinação", ofendendo a um só tempo toda a comunidade acadêmica e a fé muçulmana; afirma ademais que foi criada uma "falácia" segundo a qual as universidades federais precisam ter autonomia, ignorando que essa "falácia" na verdade é mandamento previsto na Constituição brasileira (art. 207) e que um ministro de Estado atentar contra ela constitui crime de responsabilidade (art. 4º, "caput", c/c art. 13, I, Lei 1.079/50); e afirma, ultrapassando todos os limites, que algumas universidades federais têm "plantações extensivas de maconha" com o uso até instrumentos tecnológicos para seu cultivo, além de afirmar que "laboratórios de química" das universidades se transformaram em usinas de fabricação de drogas sintéticas, como metanfetamina. Enfim, estende essa suspeição a todas as instituições, pois, segundo ele, "cada enxadada é uma minhoca".

Se o Sr. Ministro da Educação busca, mais uma vez, fazer tais acusações para detratar e ofender as universidades federais perante a opinião pública, mimetizando-as com organizações criminosas, ele ultrapassa todos os limites da ética pública, indo aliás muito além até de limites que já não respeitava. Nesse caso, o absurdo não tem precedentes. De outro lado, se o Sr. Ministro, enquanto autoridade pública, efetivamente sabe de fatos concretos, sem todavia apontar e denunciar às autoridades competentes de modo específico onde e como ocorrem, preferindo antes usá-los como instrumento de difamação genérica contra todas as universidades federais brasileiras, poderá estar cometendo crime de prevaricação. Assim, diante dessas declarações desconcertantes, a ANDIFES está tomando as providências jurídicas cabíveis para apurar eventual cometimento de crime de responsabilidade, improbidade, difamação ou prevaricação.

A ANDIFES reitera, na contramão da retórica do Sr. Ministro da Educação, aquilo que todos os indicadores e rankings nacionais ou internacionais, públicos ou privados, demonstram de modo inequívoco: as universidades públicas são o berço da produção da ciência e tecnologia do nosso país, são essenciais à soberania nacional, ao desenvolvimento econômico e à formação das nossas futuras gerações. São, enfim, um verdadeiro patrimônio do povo brasileiro, que precisa ser valorizado, cuidado e incentivado."

topo ↕

PLENO NEWS - TEMPO REAL

MEC lança carteira estudantil digital na próxima segunda

Ministro Abraham Weintraub disse que pretende quebrar "máfia" da UNE

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, anunciou nesta sexta-feira (22) que o lançamento da carteira estudantil digital, chamada de ID Estudantil, acontecerá na próxima segunda-feira (25). A medida foi criada pelo presidente Jair Bolsonaro em setembro.

Segundo Weintraub, o documento poderá ser baixado de forma gratuita pelo celular e vai permitir ao estudante ter acesso à meia-entrada em shows, teatro, cinemas e quaisquer outras atividades que permitam a obtenção do desconto.

– Na segunda-feira, teremos o lançamento digital do ID Estudantil, que é o aplicativo de celular para ter a carteirinha digital. Os estudantes que tiverem sido cadastrados pela instituição de ensino já vão poder acessá-la a partir dessa data. Para quem não tiver sido cadastrado, o estudante só precisa pressionar a escola para efetuar-lo – disse.

O titular da pasta de educação afirmou ainda que a medida é um meio de acabar com o monopólio de instituições estudantis, como a UNE, na confecção do documento.

– Por que algumas pessoas são contra a carteirinha digital? Porque a UNE ganha R\$ 500 milhões por ano fazendo isso. A gente vai quebrar mais uma das máfias do Brasil, tirar R\$ 500 milhões das mãos da tigrada da UNE – declarou.

Além da versão digital, o Ministério da Educação informou que trabalha para firmar uma parceria com a Caixa Econômica Federal para emitir de forma gratuita a ID Estudantil física.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Weintraub diz que faculdades plantam maconha

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, disse ao site Jornal da Cidade Online que há universidades federais com “plantações extensivas de maconha”, que seriam grandes a ponto de ter borrifadores de agrotóxico. Ainda segundo ele, há laboratórios de química que estão “desenvolvendo laboratórios de droga sintética, de metanfetaminas” porque a polícia não pode entrar nos câmpus.

Entre suas publicações no Twitter ontem, Weintraub colocou uma reportagem do site R7, falando da prisão em maio de cinco pessoas no câmpus da UFMG em Belo Horizonte por tráfico e produção de drogas. “Foi criada uma falácia que as universidades federais precisam ter autonomia. Justo, autonomia de pesquisa, ensino. Só que essa autonomia acabou se transfigurando em soberania. Então, o que você tem? Você tem plantações de maconha, mas não são três pés de maconha, são plantações extensivas”, afirmou Weintraub ao Jornal da Cidade Online.

Também chamou as universidades de “madrassas de doutrinação”, em referência às escolas islâmicas. Desde que assumiu o cargo em abril, Weintraub protagoniza uma série de polêmicas com professores e alunos. Além de sucessivas acusações sobre “balbúrdia” e “doutrinação” nas faculdades, ele tem apontado suposto excesso de gastos nas instituições e foi alvo de protestos após bloquear verbas – o dinheiro só foi liberado meses depois.

Em nota, a Andifes, associação que reúne os reitores das federais, disse que as instituições são sempre “objeto dos ataques” e da “retórica agressiva” do ministro. Conforme a entidade, Weintraub “ultrapassa todas as fronteiras” com a declaração, “ofendendo a um só tempo toda a comunidade acadêmica e a fé muçulmana”.

A Associação Nacional de Pós-Graduandos disse que o titular do MEC “mente, acusa sem provas, desrespeita a universidade, a produção científica e a comunidade acadêmica”. Ontem, o presidente Jair Bolsonaro negou os rumores de que planeja trocar o ministro. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

topo ↕

PORTAL VEJA - RADAR ONLINE

Combate à corrupção pode virar disciplina escolar

Instituições do ENCCLA sugerem ao MEC inclusão de compliance no currículo

Em enunciado aprovado nesta quinta-feira, as instituições que integram a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA) recomendaram que o Ministério da Educação estude a possibilidade de inserir conteúdo sobre compliance no currículo das escolas.

O objetivo, segundo as entidades, é “o desenvolvimento de valores éticos, cidadãos e o estímulo da visão crítica, almejando também inculcar a consciência reflexiva, a partir dos primeiros anos escolares, e assim fazer as crianças compreenderem o seu papel na construção da sociedade”.

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

Weintraub diz que universidades federais plantam maconha

Ainda segundo ele, há laboratórios de química que estão "desenvolvendo laboratórios de droga sintética, de metanfetaminas"

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, disse ao site Jornal da Cidade Online que há universidades federais com "plantações extensivas de maconha", que seriam grandes a ponto de ter borrifadores de agrotóxico. Ainda segundo ele, há laboratórios de química que estão "desenvolvendo laboratórios de droga sintética, de metanfetaminas" porque a polícia não pode entrar nos campus.

Entre suas publicações no Twitter ontem, Weintraub colocou uma reportagem do site R7, falando da prisão em maio de cinco pessoas no câmpus da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) em Belo Horizonte por tráfico e produção de drogas.

"Foi criada uma falácia que as universidades federais precisam ter autonomia. Justo, autonomia de pesquisa, ensino. Só que essa autonomia acabou se transfigurando em soberania. Então, o que você tem? Você tem plantações de maconha mas não são três pés de maconha, são plantações extensivas", afirmou Weintraub ao Jornal da Cidade Online.

Também chamou as universidades de "madrassas de doutrinação", em referência às escolas islâmicas. Desde que assumiu o cargo em abril, Weintraub protagoniza uma série de polêmicas com professores e alunos. Além de sucessivas acusações sobre "balbúrdia" e "doutrinação" nas faculdades, ele tem apontado suposto excesso de gastos nas instituições e foi alvo de protestos após bloquear verbas - o dinheiro só foi liberado meses depois.

Em nota, a Andifes, associação que reúne os reitores das federais, disse que as instituições são sempre "objeto dos ataques" e da "retórica agressiva" do ministro. Conforme a entidade, Weintraub "ultrapassa todas as fronteiras" com a declaração, "ofendendo a um só tempo toda a comunidade acadêmica e a fé muçulmana".

A Associação Nacional de Pós-Graduandos disse que o titular do MEC "mente, acusa sem provas, desrespeita a universidade, a produção científica e a comunidade acadêmica". Ontem, o presidente Jair Bolsonaro negou os rumores de que planeja trocar o ministro.

Copyright © Estadão. Todos os direitos reservados.

[topo](#)

TERRA - TEMPO REAL

Ministro tem retórica agressiva, dizem reitores após fala sobre cultivo de maconha em faculdades

Em entrevista a site, Weintraub também acusou universidades federais de serem centros de doutrinação; para entidade de pós-graduandos, titular do MEC acusa sem provas

SÃO PAULO - Entidades de reitores e alunos reagiram nesta sexta-feira, 22, à acusação do ministro da Educação, Abraham Weintraub, de que haveria "plantações extensivas de maconha" nas universidades federais. Ao site Jornal da Cidade, ele ainda disse que as instituições são "madrassas de doutrinação", em referência às escolas islâmicas.

Desde que assumiu o cargo no MEC em abril, Weintraub protagoniza uma série de polêmicas com professores e alunos. Além de sucessivas acusações sobre "balbúrdia" e "doutrinação" nas faculdades, ele tem apontado suposto excesso de gastos nas instituições e foi alvo de protestos após bloquear verbas - o dinheiro só foi liberado

meses depois.

Em nota, a Andifes, associação que reúne os reitores das federais, disse que as instituições são sempre "objeto dos ataques" e da "retórica agressiva" do ministro. Conforme a entidade, Weintraub "ultrapassa todas as fronteiras" com a declaração, "ofendendo a um só tempo toda a comunidade acadêmica e a fé muçulmana".

A Associação Nacional de Pós-Graduandos disse que o titular do MEC "mente, acusa sem provas, desrespeita a universidade, a produção científica e a comunidade acadêmica". A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) disse reiterar "sua solidariedade às universidades públicas brasileiras, que estão sendo duramente criticadas, de forma injusta e inverídica, pelo atual ministro da Educação".

Também nesta sexta, o presidente Jair Bolsonaro negou os rumores de que planeja trocar o ministro. Ele disse que a intenção de rumores sobre a troca de ministros é "dizer que governo bate cabeça, vai mal". Para Bolsonaro, os números dizem o contrário. "A gente está bem na Economia, bem na Educação, bem na Defesa. Tudo foi descontingenciado. Qual a intenção disso? Se eu afundar, afunda o Brasil todo. Você vão pro beleléu também junto comigo."

Governo Bolsonaro quer canal de denúncia contra professores

A ministra dos Direitos Humanos, Damara Alves, afirmou esta semana que o governo federal vai criar um canal para que pais de alunos possam reclamar de professores que, durante as aulas, atentem "contra a moral, a religião e a ética da família". Ela disse que o dispositivo, desenvolvido em parceria com o MEC, será anunciado ainda este ano, mas não deu detalhes sobre o funcionamento.

A gestão Jair Bolsonaro é crítica de uma suposta doutrinação e pregação da "ideologia de gênero" em sala de aula pelos docentes. Esse termo vem sendo usado por grupos conservadores, mas não é adotado em universidades e escolas. O combate à doutrinação é uma bandeira do Movimento Escola sem Partido, grupo criado em 2004 para cobrar mecanismos que vigiem e punam supostos excessos de professores. Nos últimos anos, têm tramitado no Congresso e nos Legislativos locais projetos de lei inspirados nessa ideia - parte foi aprovada.

De acordo com especialistas, uma ferramenta do tipo pode criar um clima de desconfiança entre alunos e docentes e eventuais problemas com professores deveriam ser resolvidos dentro do ambiente escolar.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Problema do MEC é Bolsonaro, não Weintraub

Em novo ataque às universidades brasileiras, Abram Weintraub insinuou numa entrevista que a autonomia universitária virou um biombo para o tráfico de drogas. Há "plantações extensivas de maconha" nas universidades federais, acusou o ministro da Educação. Laboratórios de química das universidades desenvolvem "drogas sintéticas", ele acrescentou, assim, em timbre genérico..

Ao fazer esse tipo de declaração numa entrevista sem exibir um ofício de comunicação do fato ao Ministério Público, Weintraub confessa a prática de um crime. Gestor público que deixa de tomar providências quando submetido a ilegalidades tão gritantes

incorre no crime de prevaricação. Pena de três meses a um ano de cadeia, mais multa.

Há incontáveis razões para criticar Abram Weintraub. Mas não fica bem falar mal do ministro e usar luvas de renda para analisar o desempenho de Jair Bolsonaro no desastre gerencial em que se transformou o MEC. O que é pior, um ministro inepto ou um presidente que nomeia ministros incapazes? Um súdito de Olavo de Carvalho no MEC ou um seguidor de Olavo de Carvalho na Presidência da República?

Muitos pacientes se salvariam da morte se fosse obrigatório identificar o médico ao lado do nome do morto no atestado de óbito. Do mesmo modo, o presidente da República talvez selecionasse melhor os seus ministros se soubesse de antemão que suas culpas seriam mencionadas no obituário dos maus gestores que nomeou. Bolsonaro é recorrente no MEC. Antes Weintraub, nomeara outro olavista: Vélez Rodrigues, uma piada colombiana. Portanto, deve-se realçar, para que não reste dúvida: o bunker ideológico que se instalou no MEC tem as digitais de Jair Bolsonaro.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Weintraub diz que faculdades plantam maconha

São Paulo

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, disse ao site Jornal da Cidade Online que há universidades federais com "plantações extensivas de maconha", que seriam grandes a ponto de ter borrifadores de agrotóxico. Ainda segundo ele, há laboratórios de química que estão "desenvolvendo laboratórios de droga sintética, de metanfetaminas" porque a polícia não pode entrar nos câmpus.

Entre suas publicações no Twitter ontem, Weintraub colocou uma reportagem do site R7, falando da prisão em maio de cinco pessoas no câmpus da UFMG em Belo Horizonte por tráfico e produção de drogas. "Foi criada uma falácia que as universidades federais precisam ter autonomia. Justo, autonomia de pesquisa, ensino. Só que essa autonomia acabou se transfigurando em soberania. Então, o que você tem? Você tem plantações de maconha, mas não são três pés de maconha, são plantações extensivas", afirmou Weintraub ao Jornal da Cidade Online.

Também chamou as universidades de "madrassas de doutrinação", em referência às escolas islâmicas. Desde que assumiu o cargo em abril, Weintraub protagoniza uma série de polêmicas com professores e alunos. Além de sucessivas acusações sobre "balbúrdia" e "doutrinação" nas faculdades, ele tem apontado suposto excesso de gastos nas instituições e foi alvo de protestos após bloquear verbas - o dinheiro só foi liberado meses depois.

Em nota, a Andifes, associação que reúne os reitores das federais, disse que as instituições são sempre "objeto dos ataques" e da "retórica agressiva" do ministro. Conforme a entidade, Weintraub "ultrapassa todas as fronteiras" com a declaração, "ofendendo a um só tempo toda a comunidade acadêmica e a fé muçulmana".

A Associação Nacional de Pós-Graduandos disse que o titular do MEC "mente, acusa sem provas, desrespeita a universidade, a produção científica e a comunidade acadêmica". Ontem, o presidente Jair Bolsonaro negou os rumores de que planeja trocar o ministro. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

ABIPTI - TEMPO REAL

Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT) estão preocupados com a redução dos investimentos para as entidades

Dirigentes e representantes dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT) participaram da reunião da Frente Parlamentar Mista de Ciência, Tecnologia, Pesquisa e Inovação, nesta quinta-feira (21), no Congresso Nacional, e manifestaram aos senadores e deputados a preocupação das instituições com a redução dos investimentos por parte do poder público.

Desde 2015, os investimentos em ciência e tecnologia, principalmente, o orçamento das instituições públicas que atuam no fomento à pesquisa, estão em declínio. O presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), professor Ildeu de Castro Moreira, apresentou os números que comprovam essa queda dos recursos para o setor. “A falta de investimentos tem um impacto importante na economia brasileira. O orçamento para o ano que vem caminha para sofrer cortes”, salientou o dirigente.

O vice-coordenador do programa INCT e representante da Academia Brasileira de Ciências (ABC), Luiz Davidovich, elencou as grandes conquistas alcançadas pela ciência brasileira por meio da pesquisa. Ele citou que recentemente o Instituto Nacional de Pesquisa Espacial (INPE) ajudou a Marinha Brasileira a descobrir a origem do vazamento do petróleo que atingiu as praias brasileiras.

Davidovich ressaltou que as instituições de ciência e tecnologia desenvolvem trabalhos científicos que fortalecem as fontes de recursos do país. “O programa INCT atua em áreas como ciências agrárias, engenharia de informação em ciências exatas e naturais, saúde e meio ambiente. Esses institutos são importantes para o desenvolvimento do país”, afirmou.

DESCOBERTAS PARA A MEDICINA – O professor Vanderlei Bagnato, do Instituto de Física de São Carlos da Universidade de São Paulo (USP), mostrou alguns resultados obtidos por meio de trabalhos de pesquisas. Bagnato apresentou casos de sucessos no tratamento de câncer de pele, úlceras em pé de pessoas com diabetes, câncer de colo de útero e outras doenças. Segundo o professor, o Brasil possui uma alta incidência de casos de câncer de pele. “Hoje são quase 350 mil casos identificados como câncer de pele e o SUS (Sistema Único de Saúde) não consegue enfrentar essa doença se não for com o uso da tecnologia”, disse Vanderlei Bagnato.

A geneticista Mayana Zatz, do Instituto de Biociências da USP, apresentou estudos realizados sobre o envelhecimento, tratamentos a custos inacessíveis e pesquisas com o vírus Zika que utilizaram novas ideias e novos tratamentos. A pesquisadora e professora da USP reforçou que é necessário que haja investimentos suficientes para que o Brasil siga avançando com as descobertas relevantes para a medicina.

FUSÃO ENTRE CNPQ E CAPES – Durante a reunião, o presidente da Frente Parlamentar Mista, senador Izalci Lucas (PSDB/DF) reafirmou a posição contrária do grupo de parlamentares quanto a uma possível fusão entre o CNPq e a **CAPES**.

“Nós somos contra a proposta do governo. As duas instituições, além de contribuir para o fomento à pesquisa, contribuem para o desenvolvimento do Brasil gerando, inclusive, impacto na nossa economia”, justificou o senador.

O presidente do CNPq, João Luiz de Azevedo, informou aos presentes que o governo criará nos próximos dias uma comissão para elencar as atribuições de cada instituição para avaliar como pode ser feita a fusão.

O vice-presidente da Frente Parlamentar Mista, deputado Vitor Lippi (PSDB-SP), reforçou que o conhecimento quando é aplicado em prol do desenvolvimento influencia no crescimento econômico. “Quem possui conhecimento detém as maiores e melhores oportunidades. Nesse cenário de rápidas e constantes mudanças, nós temos que nos tornar competitivos. Não é fácil competir com os EUA, a Inglaterra, o Japão, a China e a Coréia”, disse o parlamentar.

Ao final da reunião, o presidente da Frente anunciou que irá solicitar uma audiência com o ministro da Economia, Paulo Guedes, para apresentar os excelentes resultados e avanços que o Brasil obteve por meio da pesquisa em ciência, tecnologia e inovação.

“Vamos mostrar ao governo que temos um enorme potencial nessas áreas e que precisamos aumentar os recursos e não reduzir como vem ocorrendo nos últimos anos”, finalizou Izalci Lucas.

topo ↕

CORREIO WEB - TEMPO REAL

Capex destinará R\$ 1,3 milhão para pesquisas sobre derramamento de óleo
A Capex tem como objetivo selecionar projetos de pesquisa para estudar e combater o derramamento de óleo nas praias brasileiras

A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)** lançou nesta sexta-feira (22/11) o programa ‘Entre Mares’, que apoiará pesquisas de pós-graduação que tem como objetivo combater, analisar o impacto e propor soluções para o derramamento de óleo que atingiu o litoral brasileiro em agosto deste ano. O programa destinará, no total, R\$ 1,36 milhão, para docentes vinculados a estas pesquisas.

Cada projeto aprovado terá o valor de financiamento de até R\$ 100 mil para despesas de custeio e uma cota de bolsa de mestrado. A pesquisa deve ser desenvolvida ao longo de dois anos e pode ser estendida por mais um ano.

O processo de escolha dos projetos será feito por meio de um edital de seleção emergencial, que estará aberto a partir da próxima segunda-feira (25/11). As propostas devem ser enviadas até às 17h de 4 de dezembro, por meio da plataforma online da **Capex**. O resultado final será divulgado a partir de 18 de dezembro.

O presidente da **Capex**, **Anderson Correia**, afirma que a iniciativa é uma maneira da pós-graduação brasileira colaborar na resolução dos problemas brasileiros. “Os recursos serão liberados ainda este ano e os resultados imediatos podem ser aplicados no curto prazo”, ressalta.

Os critérios de seleção vão desde a aderência ao tema, o cronograma e orçamento propostos até os resultados esperados a curto prazo. Confira o edital.

topo ↕

INFONET - TEMPO REAL

Governo destina R\$ 1,3 milhão para projetos de combate ao óleo

Propostas devem ser encaminhadas de 25 de novembro a 4 de dezembro (Foto: Arquivo Portal Infonet)

A chave para problemas ambientais está na conscientização e também na pesquisa científica. Pensando nisso, a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** lança, nesta sexta-feira, 22 de novembro, o Entre Mares, um programa de seleção de projetos que vai destinar R\$ 1,3 milhão a docentes de pós-graduação que tenham linhas de pesquisa relacionadas ao derramamento de óleo das praias brasileiras.

O objetivo é contribuir para a contenção, para o processamento do resíduo encontrado e para a redução de danos ao meio ambiente identificados em agosto deste ano.

As propostas escolhidas serão financiadas em até R\$ 100 mil — liberados em parcela única — e uma cota de bolsa de mestrado. A seleção exige que o projeto seja desenvolvido durante dois anos, com possível prorrogação de um ano.

Por se tratar de um dano grave com necessidade de resolução rápida, o processo será feito por meio de Edital de Seleção Emergencial. As propostas devem ser encaminhadas de 25 de novembro até 4 de dezembro, por uma plataforma online da **Capes**.

Critérios

A seleção está aberta para docentes vinculados a mestrados e doutorados reconhecidos pela **Capes**. Os projetos serão apreciados por um comitê formado por representantes da fundação e da comunidade científica.

A **Capes** sinaliza seis temas prioritários de linha de pesquisa:

POSTS RELACIONADOS

Equipe de Busca e Resgate dos Bombeiros recebe filhotes de labrador

Polícia prende suspeito de violência doméstica em Japoatã

Odonto Fantasy: Melício Machado terá sentido único no sábado, 23

impactos ambientais;
avaliação dos impactos socioeconômicos;
biorremediadores;
dispersão do óleo;
processamento de resíduos;
tecnologia aplicada à contenção do óleo.

A aderência ao tema, o corpo docente em atividades de colaboração, o cronograma e orçamento propostos, a descrição das atividades e os resultados esperados a curto prazo serão considerados na avaliação.

Fonte: Assessoria de Comunicação Social, com informações da **Capes**

topo ↕

JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL

Capes investirá R\$ 1,3 milhão para pesquisar óleo nas praias

Podem apresentar projetos, até 04 de dezembro, docentes vinculados a mestrados e doutorados reconhecidos pela Capes. O resultado final será divulgado em 18 de dezembro

A **Capes** lança nesta sexta-feira, 22, uma seleção de projetos de pesquisa para estudar e combater o derramamento de óleo nas praias brasileiras. O Programa **CAPES** – Entre Mares vai destinar R\$ 1.360.000,00 a docentes vinculados a programas de pós-graduação stricto sensu que tenham linhas de pesquisa relacionadas ao problema identificado no litoral em agosto de 2019. O objetivo é contribuir para a contenção, o processamento do resíduo encontrado e a redução de danos ao meio ambiente.

Por ser uma ação emergencial, o processo de escolha será por meio de Edital de Seleção Emergencial e as propostas devem ser encaminhadas do dia 25 de novembro até às 17 horas (horário de Brasília) do dia 04 de dezembro, via plataforma online da **Capes**. O resultado final será divulgado a partir de 18/12.

Podem apresentar projetos, professores vinculados a programas de pós-graduação stricto sensu recomendados pela **Capes**. As propostas serão analisadas por um comitê formado por representantes da Fundação e da comunidade científica.

Cada proposta aprovada terá o valor de financiamento de até R\$ 100 mil, liberados em uma única parcela, e uma cota de bolsa de mestrado. O projeto deverá ser desenvolvido ao longo de dois anos, podendo ser prorrogado para mais 12 meses.

As áreas temáticas prioritárias são avaliação dos impactos ambientais e socioeconômicos, bioremediadores, dispersão do óleo, processamento de resíduos e tecnologia aplicada à contenção do óleo. Serão utilizados como critério de seleção a aderência ao tema, o corpo docente em atividades de colaboração, o cronograma e orçamento propostos, a descrição das atividades e os resultados esperados a curto prazo.

O Programa **Capes** – Entre Mares atende demanda apresentada pelo Grupo de Acompanhamento e Avaliação criado no âmbito do Plano Nacional de Contingência para a gestão de ações de resposta após a ocorrência do desastre. O Grupo é formado pela Marinha do Brasil, Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais e Renováveis (Ibama).

Acesse aqui o Edital de Seleção Emergencial **Capes** – Entre Mares
<https://inscricao.capes.gov.br/individual>
Contato: entremares@capex.gov.br

Capex

topo ↕

JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL

Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs) estão preocupados com a redução dos investimentos para as entidades

Audiência pública no Congresso foi realizada nessa quinta-feira, 21

Dirigentes e representantes dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs) participaram da reunião da Frente Parlamentar Mista de Ciência, Tecnologia, Pesquisa e Inovação, nessa quinta-feira (21), no Congresso Nacional, e manifestaram aos senadores e deputados a preocupação das instituições com a redução dos investimentos por parte do poder público.

Desde 2015, os investimentos em ciência e tecnologia, principalmente, o orçamento das instituições públicas que atuam no fomento à pesquisa, estão em declínio. O presidente

da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), professor Ildeu de Castro Moreira, apresentou os números que comprovam essa queda dos recursos para o setor. “A falta de investimentos tem um impacto importante na economia brasileira. O orçamento para o ano que vem caminha para sofrer cortes”, salientou o dirigente.

O vice-coordenador do programa INCT e representante da Academia Brasileira de Ciências (ABC), Luiz Davidovich, elencou as grandes conquistas alcançadas pela ciência brasileira por meio da pesquisa. Ele citou que recentemente o Instituto Nacional de Pesquisa Espacial (INPE) ajudou a Marinha Brasileira a descobrir a origem do vazamento do petróleo que atingiu as praias brasileiras.

Descobertas para a medicina

O professor Vanderlei Bagnato, do Instituto de Física de São Carlos da Universidade de São Paulo (USP), mostrou alguns resultados obtidos por meio de trabalhos de pesquisas. Bagnato apresentou casos de sucessos no tratamento de câncer de pele, úlceras em pé de pessoas com diabetes, câncer de colo de útero e outras doenças. Segundo o professor, o Brasil possui uma alta incidência de casos de câncer de pele. “Hoje são quase 350 mil casos identificados como câncer de pele e o SUS (Sistema Único de Saúde) não consegue enfrentar essa doença se não for com o uso da tecnologia”, disse Vanderlei Bagnato.

A geneticista Mayana Zatz, do Instituto de Biociências da USP, apresentou estudos realizados sobre o envelhecimento, tratamentos a custos inacessíveis e pesquisas com o vírus zika que utilizaram novas ideias e novos tratamentos. A pesquisadora e professora da USP reforçou que é necessário que haja investimentos suficientes para que o Brasil siga avançando com as descobertas relevantes para a medicina.

Fusão entre CNPq e Capes

Durante a reunião, o presidente da Frente Parlamentar Mista, senador Izalci Lucas (PSDB/DF) reafirmou a posição contrária do grupo de parlamentares quanto a uma possível fusão entre o CNPq e a **Capes**.

“Nós somos contra a proposta do governo. As duas instituições, além de contribuir para o fomento à pesquisa, contribuem para o desenvolvimento do Brasil gerando, inclusive, impacto na nossa economia”, justificou o senador.

O presidente do CNPq, João Luiz de Azevedo, informou aos presentes que o governo criará nos próximos dias uma comissão para elencar as atribuições de cada instituição para avaliar como pode ser feita a fusão.

O vice-presidente da Frente Parlamentar Mista, deputado Vitor Lippi (PSDB-SP), reforçou que o conhecimento quando é aplicado em prol do desenvolvimento influencia no crescimento econômico. “Quem possui conhecimento detém as maiores e melhores oportunidades. Nesse cenário de rápidas e constantes mudanças, nós temos que nos tornar competitivos. Não é fácil competir com os EUA, a Inglaterra, o Japão, a China e a Coreia”, disse o parlamentar.

Ao final da reunião, o presidente da Frente anunciou que irá solicitar uma audiência

com o ministro da Economia, Paulo Guedes, para apresentar os excelentes resultados e avanços que o Brasil obteve por meio da pesquisa em ciência, tecnologia e inovação.

FPMCiência

topo ↕

JORNAL DA USP - SP - GERAL

**Estudo em presídios vai traçar perfil da tuberculose resistente
Sequenciamento genético da população carcerária paulista vai fornecer dados sobre a resistência da bactéria aos medicamentos**

Pesquisadores da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP) da USP estão fazendo o sequenciamento genômico da tuberculose na população carcerária de presídios das regiões nordeste e noroeste do Estado de São Paulo. O estudo começou no ano passado depois do sequenciamento de vários isolados da bactéria *Mycobacterium tuberculosis* em pacientes atendidos em Ribeirão Preto e na cidade de Beira, em Moçambique.

Os especialistas estão buscando respostas para o controle da tuberculose resistente. É a doença infecciosa que mais causa mortes no Brasil e no mundo e a resistência aos principais medicamentos é considerada uma grande ameaça pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

O professor Valdes Roberto Bollela, do Centro de Pesquisa Molecular em Tuberculose da FMRP, conta que a nova tecnologia (sequenciamento genético) permite traçar o perfil da resistência da bactéria a todos medicamentos existentes, fazendo diagnóstico, verificando elo de transmissão entre as pessoas e informando sobre as mutações sofridas pelo bacilo. “Ter essas informações e conhecer como a transmissão ocorre nos presídios pode nos ajudar a fazer o diagnóstico mais precocemente e, em especial, o da forma resistente”, diz o pesquisador.

A população carcerária é importante para testar a eficiência diagnóstica da tecnologia genômica pois a ocorrência de casos da doença é muito maior que a da população em geral. Bollela acredita que as informações obtidas pelo estudo possam levar a um diagnóstico mais rápido e a um tratamento mais efetivo, diminuindo a resistência e aumentando as taxas de cura.

Parceria internacional

O sequenciamento genômico é considerado uma arma para diagnóstico preciso e completo da resistência da bactéria aos medicamentos, mas exige diferentes técnicas e tecnologias de alto custo e recursos laboratoriais sofisticados.

O estudo da FMRP tem apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e da tecnologia para o sequenciamento do Centro de Medicina Genômica do Hospital das Clínicas da FMRP (HCRP).

A análise dos dados gerados será realizada por meio da bioinformática por pesquisadores da Universidade de Stellenbosch, na África do Sul, parceira da pesquisa. Na próxima semana, de 25 de novembro e 06 de dezembro, a pesquisadora Anzaan Dippenaar, do Centro de Tuberculose Genômica da Universidade de Stellenbosch, estará em Ribeirão Preto para treinar os brasileiros que vão trabalhar com o estudo genômico da tuberculose. A iniciativa conta com apoio do programa da **Coordenação**

de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da USP.

Ouçã, no link acima, a entrevista na íntegra do professor Valdes Roberto Bollela.

topo ↕

MUNDO POSITIVO - TEMPO REAL

Capes vai liberar R\$ 1,3 milhão para pesquisas sobre manchas de óleo

A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** lança hoje (22) um edital que vai destinar R\$ 1,36 milhão para seleção de projetos que vão fazer pesquisas sobre o óleo encontrado nas praias brasileiras. O objetivo “é contribuir para a contenção, o processamento do resíduo encontrado e a redução de danos ao meio ambiente”.

Por ser uma ação emergencial, as propostas de estudo devem ser encaminhadas do dia 25 de novembro, até as 17h horas (horário de Brasília), até 4 de dezembro pela plataforma online da **Capes**. O resultado final será divulgado a partir de 18 de dezembro. O edital está disponível no link <https://inscricao.capes.gov.br/individual>

Podem apresentar projetos professores vinculados a programas de pós-graduação stricto sensu recomendados pela coordenação. Cada proposta aprovada terá o valor de financiamento de até R\$ 100 mil, liberados em uma única parcela, e uma cota de bolsa de mestrado. O projeto deverá ser desenvolvido ao longo de dois anos, podendo ser prorrogado por mais 12 meses.

As áreas de pesquisa prioritária são avaliação dos impactos ambientais e socioeconômicos, bioremediadores, dispersão do óleo, processamento de resíduos e tecnologia aplicada à contenção do óleo.

“O programa **Capes-Entre Mares** atende demanda apresentada pelo Grupo de Acompanhamento e Avaliação criado no âmbito do Plano Nacional de Contingência para a gestão de ações de resposta após a ocorrência do desastre”, disse a **Capes**.

O grupo é formado pela Marinha do Brasil, Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais e Renováveis (Ibama).

*Com informações da **Capes**

Fonte: Agência Brasil

topo ↕

O ESTADO ONLINE - TEMPO REAL

Capes libera R\$ 1,3 mi para pesquisas sobre manchas de óleo

A **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)** lança nesta 6ª feira (22.nov.2019) edital que destina R\$ 1,36 milhão para seleção de projetos de pesquisa sobre o óleo encontrado nas praias brasileiras.

Por ser uma ação emergencial, as propostas de estudo devem ser encaminhadas do dia 25 de novembro até 4 de dezembro de 2019 pela plataforma online da **Capes**. O resultado final será divulgado a partir de 18 de dezembro.

Os projetos poderão ser apresentados por professores vinculados ao programas de pós-graduação stricto sensu recomendados pela coordenação. Cada proposta aprovada terá o valor de financiamento de até R\$ 100 mil, liberados em uma única parcela, e uma cota de bolsa de mestrado. O projeto deverá ser desenvolvido ao longo de 2 anos, podendo ser prorrogado por mais 12 meses.

(Texto: Karine Alencar com informações do Poder 360)

topo ↕

REVISTA AMAZÔNIA - NOTÍCIAS

Capes disponibiliza R\$ 1,3 milhão para o combate ao derramamento de óleo nas praias brasileiras

Propostas devem ser encaminhadas de 25 de novembro a 4 de dezembro

A chave para problemas ambientais está na conscientização e também na pesquisa científica. Pensando nisso, a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** lança, nesta sexta-feira, 22 de novembro, o Entre Mares, um programa de seleção de projetos que vai destinar R\$ 1,3 milhão a docentes de pós-graduação que tenham linhas de pesquisa relacionadas ao derramamento de óleo das praias brasileiras.

O objetivo é contribuir para a contenção, para o processamento do resíduo encontrado e para a redução de danos ao meio ambiente identificados em agosto deste ano. As propostas escolhidas serão financiadas em até R\$ 100 mil — liberados em parcela única — e uma cota de bolsa de mestrado. A seleção exige que o projeto seja desenvolvido durante dois anos, com possível prorrogação de um ano.

Por se tratar de um dano grave com necessidade de resolução rápida, o processo será feito por meio de Edital de Seleção Emergencial. As propostas devem ser encaminhadas de 25 de novembro até 4 de dezembro, por uma plataforma online da **Capes**.

Critérios – A seleção está aberta para docentes vinculados a mestrados e doutorados reconhecidos pela **Capes**. Os projetos serão apreciados por um comitê formado por representantes da fundação e da comunidade científica.

A **Capes** sinaliza seis temas prioritários de linha de pesquisa:

- impactos ambientais;
- avaliação dos impactos socioeconômicos;
- biorremediadores;
- dispersão do óleo;
- processamento de resíduos;
- tecnologia aplicada à contenção do óleo.

A aderência ao tema, o corpo docente em atividades de colaboração, o cronograma e orçamento propostos, a descrição das atividades e os resultados esperados a curto prazo serão considerados na avaliação.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Reitores das universidades federais querem processar ministro da Educação
Em entrevista, Weintraub afirmou que instituições têm plantações extensivas de maconha e usam laboratórios para produção de drogas

BRASÍLIA — A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) quer acionar juridicamente o ministro da Educação, Abraham Weintraub, por acusações feitas por ele contra as instituições de ensino. Em uma entrevista ao portal "Jornal da Cidade", Weintraub acusa as universidades federais de terem "plantações extensivas de maconha" e utilizarem laboratórios para produção de drogas sintéticas.

— Foi criada uma falácia que é que as universidades federais precisam ter autonomia. Justo. Autonomia de pesquisa, autonomia de ensino. Só que essa autonomia acabou se transfigurando em soberania. Então, o que você tem? Você tem plantações de maconha, mas não são três pés de maconha. Tem plantações extensivas de maconha em algumas universidades — diz Weintraub, acrescentando ainda que nessas plantações seriam utilizados até borrifadores de agrotóxico. — Ou coisas piores. Você pega um laboratório de química, uma faculdade de química não era um centro de doutrinação, desenvolvendo laboratório de droga sintética, de metanfetamina, porque a polícia não pode entrar lá nos campi.

Em nota divulgada nesta sexta-feira, a Andifes afirma que se o ministro sabe de crimes e não os comunicou às autoridades competentes "poderá estar cometendo crime de prevaricação." Segundo a associação, Weintraub "ultrapassa todos os limites da ética pública, indo aliás muito além até de limites que já não respeitava." A entidade afirma que ao atacar a autonomia universitária, prevista na Constituição, o gestor comete crime de responsabilidade.

"Assim, diante dessas declarações desconcertantes, a ANDIFES está tomando as providências jurídicas cabíveis para apurar eventual cometimento de crime de responsabilidade, improbidade, difamação ou prevaricação", afirma a nota.

Presidente da instituição, o reitor da Universidade Federal da Bahia (UFBA), João Salles, afirma que o ministro deve prestar esclarecimentos sobre suas declarações.

— Se ele descobre que tem um crime sendo praticado, ele como autoridade tem obrigação de comunicar ao Ministério Público. Ele ultrapassou a mera opinião política que poderia ter e indicou como se tivesse ocorrendo crime nas universidades — diz Salles. — Ele já não respeitava certos limites, mas essa declaração não tem precedentes. Ele indica de uma maneira precisa como se um crime estivesse sendo praticado e que só não é punido porque a polícia não entraria nos campi. Diante disso temos que tomar uma providência.

Questionado se teme retaliações de Weintraub às universidades, Salles opinou que essa postura seria inaceitável:

— Não se pode esperar que o gestor público tenha qualquer ação de retaliação. Ele já tinha feito declarações estranhas e incongruentes com a natureza da vida universitária, afirmações preconceituosas sobre a universidade. Mas agora o ministro deu uma declaração onde ele avança na acusação de um crime e ele fala isso estendendo para todo o conjunto das universidades. Ele fala como se as instituições fossem um terreno podre, onde se estaria cavando e aparecendo a cada instante uma situação criminosa.

O GLOBO perguntou ao MEC se o ministro tem evidências sobre a prática desses crimes nas universidades e se já acionou as autoridades, mas ainda não obteve resposta.

topo ↕

PORTAL VEJA - TEMPO REAL

Ciro Nogueira emplaca nome no FNDE – e ninguém sabe como ele foi parar lá Ex-chefe de gabinete do cacique do centrão comanda diretoria mais importante do fundo no MEC

O senador Ciro Nogueira (PP-PI) emplacou seu ex-chefe de gabinete Marcelo Lopes da Ponte na Diretoria de Gestão, Articulação e Projetos Educacionais do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Trata-se de um cobiçado reduto bilionário do governo de Jair Bolsonaro. Ponte foi parar no cargo no último dia 20 de novembro – e ninguém na cúpula do fundo sabe como ele foi parar lá.

O cargo é a principal diretoria do Fundo, que comanda 80% da verba do Ministério da Educação. Como se vê, o centrão e o cacique do PP, antigo partido de Bolsonaro, já não causa tanta repulsa no Planalto.

No começo do mês, o Radar mostrou que Bolsonaro havia liberado o segundo escalão do governo ao toma lá dá cá dos partidos.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Sem provas, Weintraub diz que federais têm plantações extensivas de maconha

Sem apresentar provas, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, disse em entrevista ao "Jornal da Cidade Online" que há "plantações extensivas de maconha" nas universidades federais, "a ponto de precisar de borrifador de agrotóxico".

"Você tem plantações de maconha, mas não são três pés de maconha, são plantações extensivas de algumas universidades, a ponto de ter borrifador de agrotóxico. Porque orgânico é bom contra a soja para não ter agroindústria no Brasil, mas na maconha deles eles querem toda tecnologia a disposição", disse.

O vídeo divulgado pelo "Jornal da Cidade Online" tem duração de 1 minuto e 40 segundos. A entrevista completa com o ministro deve ir ao ar no domingo (24).

Em sua fala, Weintraub ainda acusou laboratórios de química de produzirem metanfetamina. O ministro, no entanto, também não apresentou provas e nem disse suspeitar em quais universidades isso aconteceria.

"Você pega laboratórios de química - uma faculdade de química não era um centro de doutrinação - desenvolvendo drogas sintéticas, metanfetamina, e a polícia não pode entrar nos campi", declarou.

Segundo ele, a culpa seria da "soberania" das universidades. "Foi criada uma falácia que as universidades federais precisam ter autonomia. Justo, autonomia de pesquisa, ensino... Só que essa autonomia acabou se transfigurando em soberania", afirmou.

Ele classificou as universidades de "madrças [escola muçulmana] de doutrinação" e disse defender a diminuição do "poder absoluto e hegemônico" delas.

Reitores repudiam declaração e prometem tomar providências jurídicas

Em nota, a Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior) afirmou que as universidades públicas são o berço da produção de ciência e de tecnologia do país e que, por serem um "verdadeiro patrimônio do povo brasileiro", devem ser valorizadas, cuidadas e incentivadas.

A associação repudiou as declarações do ministro e disse que irá tomar as providências jurídicas cabíveis para apurar eventual cometimento de crime de responsabilidade, improbidade, difamação ou prevaricação por parte de Weintraub.

A Andifes destacou, ainda, que as universidades são alvo constante da "retórica agressiva" de Weintraub, mas que, desta vez, o ministro "ultrapassa todas as fronteiras que devem limitar, sobretudo, os atos de um gestor público do alto escalão da República".

"Se o Sr. Ministro da Educação busca, mais uma vez, fazer tais acusações para detratar e ofender as universidades federais perante a opinião pública, mimetizando-as com organizações criminosas, ele ultrapassa todos os limites da ética pública, indo aliás muito além até de limites que já não respeitava. Nesse caso, o absurdo não tem precedentes", diz o texto.

"De outro lado, se o Sr. Ministro, enquanto autoridade pública, efetivamente sabe de fatos concretos, sem todavia apontar e denunciar às autoridades competentes de modo específico onde e como ocorrem, preferindo antes usá-los como instrumento de difamação genérica contra todas as universidades federais brasileiras, poderá estar cometendo crime de prevaricação", diz ainda a nota.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Carteirinha estudantil digital será lançada na segunda-feira, diz Weintraub

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, anunciou hoje que as novas carteirinhas estudantis digitais serão lançadas na próxima segunda-feira (25). Batizada de ID Estudantil, a iniciativa foi criada por meio de uma MP (Medida Provisória) publicada pelo governo de Jair Bolsonaro (sem partido) no início de setembro.

A medida acontece em ofensiva contra entidades estudantis como a UNE (União Nacional dos Estudantes), a Ubes (União Nacional dos Estudantes Secundaristas) e a ANPG (Associação Nacional de Pós-Graduandos). O documento é a principal fonte de renda dessas organizações, que cobram cerca de R\$ 35 por sua expedição.

Segundo o governo, o documento poderá ser baixado de forma gratuita pelo celular e o estudante poderá utilizá-lo para ter acesso à meia-entrada em shows, teatros, cinemas e demais atividades culturais.

"Na segunda-feira, teremos o lançamento digital do ID Estudantil, que é o aplicativo de celular para ter a carteirinha digital. Os estudantes que tiverem sido cadastrados pela instituição de ensino já vão poder acessá-la a partir dessa data. Para quem não tiver sido cadastrado, o estudante só precisa pressionar a escola para efetuar-lo", disse Weintraub.

O ministro ainda criticou quem é contra o documento. "Por que algumas pessoas são contra a carteirinha digital? Porque a UNE ganha R\$ 500 milhões por ano fazendo isso",

afirmou, sem explicar a origem desses números. "A gente vai quebrar mais uma das máfias do Brasil, tirar R\$ 500 milhões das mãos da tigrada da UNE."

Em nota, a UNE disse que é falsa a afirmação de que a entidade arrecada R\$ 500 milhões com emissão de carteiras estudantis. "Essa superestimação de valores, sem provas, é mais uma das declarações mentirosas de Weintraub e tem objetivo de perseguir, ameaçar e retaliar o movimento estudantil que tem sido peça fundamental para resistir ao projeto de desmonte da educação", diz o texto.

UNE



@uneoficial

· 20m

É falsa a informação apresentada pelo Ministro da Educação sobre uma suposta arrecadação de R\$ 500 milhões pela UNE com emissão de carteiras de estudante.

Essa superestimação de valores, sem provas, é mais uma das declarações mentirosas de Weintraub e tem objetivo de perseguir+

UNE



@uneoficial

ameaçar e retaliar o movimento estudantil que tem sido peça fundamental para resistir ao projeto de desmonte da educação.

Nós seguiremos denunciando os graves ataques que o governo tem desferido contra nossa educação, em especial às Universidades Públicas.

28

16:40 - 22 de nov de 2019

Informações e privacidade no Twitter Ads

Veja outros Tweets de UNE

O ID Estudantil prevê, ainda, a criação de um banco de dados nacional dos estudantes para subsidiar a formulação, a implementação, a execução, a avaliação e o monitoramento de políticas públicas na educação.

Um conflito sobre o sigilo de dados educacionais esteve no centro da demissão do delegado Elmer Vicenzi da presidência do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), em maio. Houve desentendimento entre Vicenzi e a procuradoria do órgão sobre aspectos jurídicos envolvendo a transparência de dados de estudantes do ensino básico e superior.

O MEC informou, ainda, que está trabalhando para firmar um acordo com a Caixa Econômica Federal para a emissão gratuita da ID Estudantil física para os estudantes que desejarem.

Bolsonaro nega saída de Weintraub

O presidente Jair Bolsonaro negou na manhã de hoje que tenha intenção de tirar Weintraub do comando do MEC, como noticiado ontem pelo site Vortex. De acordo

com o site, **Bolsonaro teria decidido demitir os ministros Weintraub, Onyx Lorenzoni (Casa Civil) e Marcelo Álvaro Antônio (Turismo), mas não teria definido uma data para isso.**

"Primeiro vamos desmentir que eu troquei três ministros", disse o presidente pela manhã na porta do Palácio da Alvorada. Ele fez questão de puxar a conversa com os jornalistas que o aguardavam. Em seguida, foi irônico. "Tenho a intenção de trocar 24 ministros, tá bom ou não?", disse ele gesticulando com uma das mãos e citando o número total de ministros de seu governo.

Bolsonaro disse que a "intenção" da notícia era "dizer que o governo bate cabeça" e elogiou a economia e a educação no país.

"Os números dizem o contrário. A gente está bem na economia, está bem na educação, está bem na defesa, tudo foi descontingenciado. Qual a intenção disso? Se eu afundar, afunda o Brasil todo", disse.

Em entrevista à rádio Jovem Pan na manhã de hoje, Weintraub também negou que Bolsonaro pensa em tirá-lo do ministério e classificou a informação de "fake news".

JORNAL FLORIPA - TEMPO REAL

Capex vai liberar R\$ 1,3 milhão para pesquisas sobre manchas de óleo

A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)** lança hoje (22) um edital que vai destinar R\$ 1,36 milhão para seleção de projetos que vão fazer pesquisas sobre o óleo encontrado nas praias brasileiras. O objetivo "é contribuir para a contenção, o processamento do resíduo encontrado e a redução de danos ao meio ambiente".

Por ser uma ação emergencial, as propostas de estudo devem ser encaminhadas do dia 25 de novembro, até as 17h horas (horário de Brasília), até 4 de dezembro pela plataforma online da **Capex**. O resultado final será divulgado a partir de 18 de dezembro. O edital está disponível no link <https://inscricao.capex.gov.br/individual>

Podem apresentar projetos professores vinculados a programas de pós-graduação stricto sensu recomendados pela coordenação. Cada proposta aprovada terá o valor de financiamento de até R\$ 100 mil, liberados em uma única parcela, e uma cota de bolsa de mestrado. O projeto deverá ser desenvolvido ao longo de dois anos, podendo ser prorrogado por mais 12 meses.

As áreas de pesquisa prioritária são avaliação dos impactos ambientais e socioeconômicos, bioremediadores, dispersão do óleo, processamento de resíduos e tecnologia aplicada à contenção do óleo.

"O programa **Capex-Entre Mares** atende demanda apresentada pelo Grupo de Acompanhamento e Avaliação criado no âmbito do Plano Nacional de Contingência para a gestão de ações de resposta após a ocorrência do desastre", disse a **Capex**.

O grupo é formado pela Marinha do Brasil, Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais e Renováveis (Ibama).

*Com informações da **Capes**

topo ↕

MAIS EXPRESSÃO - TEMPO REAL

Capes vai liberar R\$ 1,3 milhão para pesquisas sobre óleo

O objetivo “é contribuir para a contenção, o processamento do resíduo encontrado A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) lança hoje (22) um edital que vai destinar R\$ 1,36 milhão para seleção de projetos que vão fazer pesquisas sobre o óleo encontrado nas praias brasileiras. O objetivo “é contribuir para a contenção, o processamento do resíduo encontrado e a redução de danos ao meio ambiente”.

Por ser uma ação emergencial, as propostas de estudo devem ser encaminhadas do dia 25 de novembro, até as 17h horas (horário de Brasília), até 4 de dezembro pela plataforma online da **Capes**. O resultado final será divulgado a partir de 18 de dezembro. O edital está disponível no link <https://inscricao.capes.gov.br/individual>

Podem apresentar projetos professores vinculados a programas de pós-graduação stricto sensu recomendados pela coordenação. Cada proposta aprovada terá o valor de financiamento de até R\$ 100 mil, liberados em uma única parcela, e uma cota de bolsa de mestrado. O projeto deverá ser desenvolvido ao longo de dois anos, podendo ser prorrogado por mais 12 meses.

As áreas de pesquisa prioritária são avaliação dos impactos ambientais e socioeconômicos, bioremediadores, dispersão do óleo, processamento de resíduos e tecnologia aplicada à contenção do óleo.

“O programa **Capex-Entre Mares** atende demanda apresentada pelo Grupo de Acompanhamento e Avaliação criado no âmbito do Plano Nacional de Contingência para a gestão de ações de resposta após a ocorrência do desastre”, disse a **Capex**.

O grupo é formado pela Marinha do Brasil, Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais e Renováveis (Ibama).

topo ↕

PRIMEIRA HORA - TEMPO REAL

Capex vai liberar R\$ 1,3 milhão para pesquisas sobre manchas de óleo

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex) lança hoje (22) um edital que vai destinar R\$ 1,36 milhão para seleção de projetos que vão fazer pesquisas sobre o óleo encontrado nas praias brasileiras. O objetivo “é contribuir para a contenção, o processamento do resíduo encontrado e a redução de danos ao meio ambiente”.

Por ser uma ação emergencial, as propostas de estudo devem ser encaminhadas do dia 25 de novembro, até as 17h horas (horário de Brasília), até 4 de dezembro pela plataforma online da **Capex**. O resultado final será divulgado a partir de 18 de dezembro. O edital está disponível no link <https://inscricao.capes.gov.br/individual>

Podem apresentar projetos professores vinculados a programas de pós-graduação stricto sensu recomendados pela coordenação. Cada proposta aprovada terá o valor de

financiamento de até R\$ 100 mil, liberados em uma única parcela, e uma cota de bolsa de mestrado. O projeto deverá ser desenvolvido ao longo de dois anos, podendo ser prorrogado por mais 12 meses.

As áreas de pesquisa prioritária são avaliação dos impactos ambientais e socioeconômicos, bioremediadores, dispersão do óleo, processamento de resíduos e tecnologia aplicada à contenção do óleo.

“O programa **Capex-Entre Mares** atende demanda apresentada pelo Grupo de Acompanhamento e Avaliação criado no âmbito do Plano Nacional de Contingência para a gestão de ações de resposta após a ocorrência do desastre”, disse a **Capex**.

O grupo é formado pela Marinha do Brasil, Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais e Renováveis (Ibama).

*Com informações da **Capex**

topo ↕

REPÓRTER NEWS - CIDADES/GERAL

Capex vai liberar R\$ 1,3 milhão para pesquisas sobre manchas de óleo

A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)** lança hoje (22) um edital que vai destinar R\$ 1,36 milhão para seleção de projetos que vão fazer pesquisas sobre o óleo encontrado nas praias brasileiras. O objetivo “é contribuir para a contenção, o processamento do resíduo encontrado e a redução de danos ao meio ambiente”.

Por ser uma ação emergencial, as propostas de estudo devem ser encaminhadas do dia 25 de novembro, até as 17h horas (horário de Brasília), até 4 de dezembro pela plataforma online da **Capex**. O resultado final será divulgado a partir de 18 de dezembro, informa o Agência Brasil.

Podem apresentar projetos professores vinculados a programas de pós-graduação stricto sensu recomendados pela coordenação. Cada proposta aprovada terá o valor de financiamento de até R\$ 100 mil, liberados em uma única parcela, e uma cota de bolsa de mestrado. O projeto deverá ser desenvolvido ao longo de dois anos, podendo ser prorrogado por mais 12 meses.

As áreas de pesquisa prioritária são avaliação dos impactos ambientais e socioeconômicos, bioremediadores, dispersão do óleo, processamento de resíduos e tecnologia aplicada à contenção do óleo.

“O programa **Capex-Entre Mares** atende demanda apresentada pelo Grupo de Acompanhamento e Avaliação criado no âmbito do Plano Nacional de Contingência para a gestão de ações de resposta após a ocorrência do desastre”, disse a **Capex**.

O grupo é formado pela Marinha do Brasil, Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais e Renováveis (Ibama).

topo ↕

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

CAPES investirá R\$ 1,3 milhão para pesquisar óleo nas praias

A **CAPES** lança nesta sexta-feira, 22, uma seleção de projetos de pesquisa para estudar e combater o derramamento de óleo nas praias brasileiras. O Programa **CAPES - Entre Mares** vai destinar R\$ 1.360.000,00 a docentes vinculados a programas de pós-graduação stricto sensu que tenham linhas de pesquisa relacionadas ao problema identificado no litoral em agosto de 2019. O objetivo é contribuir para a contenção, o processamento do resíduo encontrado e a redução de danos ao meio ambiente.

Por ser uma ação emergencial, o processo de escolha será por meio de Edital de Seleção Emergencial e as propostas devem ser encaminhadas do dia 25 de novembro até às 17 horas (horário de Brasília) do dia 04 de dezembro, via plataforma online da **CAPES**. O resultado final será divulgado a partir de 18/12.

Podem apresentar projetos, professores vinculados a programas de pós-graduação stricto sensu recomendados pela **CAPES**. As propostas serão analisadas por um comitê formado por representantes da Fundação e da comunidade científica.

Cada proposta aprovada terá o valor de financiamento de até R\$ 100 mil, liberados em uma única parcela, e uma cota de bolsa de mestrado. O projeto deverá ser desenvolvido ao longo de dois anos, podendo ser prorrogado para mais 12 meses.

As áreas temáticas prioritárias são avaliação dos impactos ambientais e socioeconômicos, bioremediadores, dispersão do óleo, processamento de resíduos e tecnologia aplicada à contenção do óleo. Serão utilizados como critério de seleção a aderência ao tema, o corpo docente em atividades de colaboração, o cronograma e orçamento propostos, a descrição das atividades e os resultados esperados a curto prazo.

O Programa **CAPES - Entre Mares** atende demanda apresentada pelo Grupo de Acompanhamento e Avaliação criado no âmbito do Plano Nacional de Contingência para a gestão de ações de resposta após a ocorrência do desastre. O Grupo é formado pela Marinha do Brasil, Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais e Renováveis (Ibama).

Acesse aqui o Edital de Seleção Emergencial **CAPES - Entre Mares**

<https://inscricao.capes.gov.br/individual>

Contato: entremares@capes.gov.br

Redação CCS/CAPES

topo ↕

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

CAPES e Cofen vão investir R\$ 3,5 milhões na formação de enfermeiros

Com um investimento de R\$ 3,5 milhões, a **CAPES** e o Conselho Federal de Enfermagem (Cofen) lançaram durante o Encontro **CAPES** pela Amazônia Legal um edital para apoiar programas de pós-graduação em Enfermagem, na modalidade de mestrado profissional presencial. O evento acontece na Universidade Federal do Amazonas, em Manaus, e vai até sexta-feira, 22.

A intenção é formar profissionais fora dos centros já consolidados de ensino e pesquisa, contribuir para o desenvolvimento, o fortalecimento e a ampliação de programas de pós-graduação stricto sensu, qualificar recursos humanos altamente especializados e

promover a cooperação acadêmica e o desenvolvimento de pesquisa científica e tecnológica.

Zena Martins, diretora de Programas e Bolsas no País, celebrou o lançamento do segundo edital. "É uma formação de profissionais da área muito voltado para a Amazônia legal", afirmou a diretora.

David Lopes Neto, representante do Cofen no evento, ressaltou o que espera do programa. "O impacto desse programa vem principalmente na melhoria da qualidade da assistência da enfermagem, em especial, para o fortalecimento do sistema único de saúde", afirmou.

Foram definidas duas modalidades de turmas participantes:

Turma-Sede: refere-se às de mestrado profissional, com nota 3 ou superior, na Avaliação Quadrienal de 2017 da **CAPES**, em instituições de ensino superior (IES), públicas ou privadas, que já promovem seu programa de pós-graduação.

Turma Fora de Sede: terá o curso promovido, gerido e coordenado por uma instituição que já possua o programa de pós-graduação, com nota 4 ou superior na avaliação da **CAPES**. Mas, neste caso, as aulas serão ministradas numa instituição receptora, que garantirá a infraestrutura e o apoio administrativo. Esta modalidade será prioridade no Programa.

O valor máximo destinado por projeto de Turma-Sede será de R\$250 mil e, para Turma Fora de Sede, R\$300 mil. Os cursos terão duração de 24 meses e cada turma terá de três a dez alunos.

Os pagamentos serão feitos diretamente pelo COFEN aos coordenadores dos projetos em duas parcelas, com previsão de metade em 2020 e a outra em 2021. Os recursos serão destinados ao custeio de hospedagem, passagem, materiais e consumos relacionados ao projeto. A prestação de contas pelos coordenadores ocorrerá em dois momentos: até 60 dias antes da liberação da segunda parcela e dois meses após a conclusão do curso.

Convênio

Este será o segundo edital entre a **CAPES** e o COFEN. O primeiro foi assinado em 2016 e formou 140 alunos em 16 programas de mestrado. Além do estímulo à formação profissional, a parceria também promove pesquisas sobre Sistematização da Assistência de Enfermagem.

Redação CCS/CAPES - 21.11.2019

[topo](#)

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

RBEP e mais três periódicos do Inep estão disponíveis em plataforma de revistas eletrônicas

Quatro publicações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) estão disponíveis no Open Journal Systems (OJS), software de gerenciamento e publicação de revistas eletrônicas. A ferramenta foi traduzida e disseminada no Brasil pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

A coordenadora de Editoração e Publicações do Inep, Carla Nascimento, comentou a relevância do novo canal de acesso às publicações. “Essa nova plataforma aprimora o processo editorial, desde a submissão dos artigos e manuscritos até a disseminação das publicações de forma mais organizada, com ambiente personalizado para cada periódico e série, além de ser um canal que proporciona o registro dos pareceres dos artigos submetidos para os cadernos e séries”, destacou Carla.

Para 2020, a ideia é estender a iniciativa para as publicações institucionais do Inep, oferecendo mais transparência ao trabalho realizado no processo editorial. “Nada seria alcançado sem o suporte da equipe de TI [Tecnologia da Informação] do órgão e dos servidores da editoração que se debruçaram nessa empreitada”, concluiu a coordenadora.

Recomendado pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e aceito pela comunidade brasileira de editores científicos, o OJS é gratuito e pode ser instalado em qualquer servidor local, tornando a ferramenta flexível e acessível. As publicações disponíveis na plataforma são: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP), Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais, Textos para Discussão e a série PNE em Movimento, sobre o Plano Nacional de Educação. Em janeiro, a nova versão da revista Em Aberto e a série Relatos de Pesquisa também estarão disponíveis na plataforma.

OJS – As principais vantagens da plataforma OJS são a possibilidade de instalação e gerenciamento personalizados, permitindo que o editor faça alterações a qualquer momento. Além disso, a plataforma proporciona a inserção de artigos on-line, feita pelos próprios autores, e conta com mecanismos de busca dentro de cada conteúdo publicado. O software busca otimizar o sistema de publicação científica e viabiliza o corte de despesas com impressão, oferecendo acesso on-line e gratuito aos leitores. O OJS ainda diminui o tempo gasto pelos editores com o recebimento de conteúdo, realizado em uma b

topo ↕

TEMPO BAHIA - TEMPO REAL

Capes vai liberar R\$ 1,3 milhão para pesquisas sobre manchas de óleo

A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** lançou nesta quinta-feira (22) um edital que vai destinar R\$ 1,36 milhão para seleção de projetos que vão fazer pesquisas sobre o óleo encontrado nas praias brasileiras. O objetivo “é contribuir para a contenção, o processamento do resíduo encontrado e a redução de danos ao meio ambiente”.

Por ser uma ação emergencial, as propostas de estudo devem ser encaminhadas do dia 25 de novembro, até as 17h horas (horário de Brasília), até 4 de dezembro pela plataforma online da **Capes**. O resultado final será divulgado a partir de 18 de dezembro. O edital está disponível no link

Podem apresentar projetos professores vinculados a programas de pós-graduação stricto sensu recomendados pela coordenação. Cada proposta aprovada terá o valor de financiamento de até R\$ 100 mil, liberados em uma única parcela, e uma cota de bolsa de mestrado. O projeto deverá ser desenvolvido ao longo de dois anos, podendo ser prorrogado por mais 12 meses.

As áreas de pesquisa prioritária são avaliação dos impactos ambientais e socioeconômicos, bioremediadores, dispersão do óleo, processamento de resíduos e tecnologia aplicada à contenção do óleo.

“O programa **Capex-Entre Mares** atende demanda apresentada pelo Grupo de Acompanhamento e Avaliação criado no âmbito do Plano Nacional de Contingência para a gestão de ações de resposta após a ocorrência do desastre”, disse a **Capex**.

O grupo é formado pela Marinha do Brasil, Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais e Renováveis (Ibama).

*Com informações da **Capex**

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

Abertura do XXIII Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos terá presença do ministro Gustavo Canuto, do MDR

Evento reunirá comunidade acadêmica, científica e agentes do setor entre os dias 24 a 28 de novembro, em Foz do Iguaçu (PR)

Entre os dias 24 e 28, especialistas do Brasil e do exterior terão suas atenções voltadas para Foz do Iguaçu (PR), que irá sediar o XXIII Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos (SBRH). Com a presença do ministro do Desenvolvimento Regional, Gustavo Canuto, da diretora presidente da Agência Nacional de Águas, Christianne Dias, do presidente honorário do Conselho Mundial de Águas, Benedito Braga Júnior, e do diretor geral da Itaipu Binacional, general Joaquim Silva e Luna, entre outras autoridades, será deflagrado no próximo domingo o maior fórum hídrico nacional.

Realizado a cada dois anos, o Simpósio é promovido pela Associação Brasileira de Recursos Hídricos (ABRHidro), sendo reconhecido como o maior encontro nacional da comunidade da água. Nesta edição, irá reunir 1.500 participantes - entre conferencistas, gestores, pesquisadores, professores e estudantes -, trazendo um número recorde de trabalhos técnicos selecionados: 1.430. "O Simpósio comprova o grande interesse que o tema desperta em toda a área acadêmica e científica, que tem a qualificação e a dedicação necessárias para contribuir de forma decisiva com o desenvolvimento deste setor", destaca o presidente da ABRHidro, professor Adilson Pinheiro.

O XXIII SBRH já conquista uma posição histórica antes mesmo do seu início. Com o tema central Água Conecta, o evento trará representantes dos governos federal, estaduais e municipais para trocar experiências e debater ações com os membros da comunidade científica e tecnológica, da iniciativa privada e das entidades da sociedade civil organizada. Todos conectados pela urgente necessidade de aprofundar os grandes desafios dos recursos hídricos do País, buscar as melhores soluções para as crises hídricas e fortalecer as políticas públicas de proteção, gestão e qualidade das águas brasileiras.

Programação diversificada

Conferências, mesas redondas, summits e a ExpoHidro estão entre a diversificada programação do Simpósio. Mudanças climáticas, crises hídricas em regiões metropolitanas, segurança de barragens, revitalização de bacias, os desafios

contemporâneos na gestão de recursos hídricos e as novidades tecnológicas do setor irão protagonizar os debates.

Também serão promovidos eventos paralelos ao Simpósio, como os Diálogos sobre Gestão de Água nas Américas, o Workshop sobre a Regulação de Águas Pluviais em Contexto Urbano, os debates sobre a Produção de Conhecimento em Recursos Hídricos, a Sessão Técnica do Programa Pró-Recursos Hídricos (CAPES/ANA) e os lançamentos de livros.

Informações adicionais: www.abrh.org.br

topo ↕

AGÊNCIA BRASIL - TEMPO REAL

Bom desempenho no Enade pode ajudar a conseguir emprego, diz Inep

Um bom desempenho no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) pode trazer benefícios na hora de conseguir um emprego, de acordo com o presidente substituto do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Camilo Mussi. Neste domingo (24), cerca de 435 mil estudantes do ensino superior estão inscritos para fazer o exame. As provas serão aplicadas em 1.063 municípios.

"É importante que o aluno que vai fazer o Enade tenha noção de que o exame é um dos elementos usados para avaliar a instituição em que ele se formou", disse Mussi. "É importante ter noção de que entrevistas [de emprego] e de mercado de trabalho avaliam isso, se aluno estudou em uma instituição boa", acrescentou.

O Enade é um exame feito por estudantes - ao final dos cursos de graduação - para avaliar conhecimentos, competências e habilidades desenvolvidas ao longo do curso.

O estudante precisa fazer o exame para colar grau e receber o diploma, mas não existe a obrigação de uma nota mínima para que ele seja aprovado. Alguns estudantes acabam, portanto, não se dedicando ao exame, segundo o Inep.

Na última avaliação, em 2018, a média geral das notas dos estudantes da maior parte dos cursos avaliados foi menor que 50 pontos, em uma escala que vai até 100.

Esse desempenho reflete na avaliação da qualidade das instituições de ensino superior, já que o exame é um dos componentes dessa avaliação, que leva em consideração também o Questionário do Estudante, de preenchimento obrigatório para quem vai fazer o Enade, a infraestrutura das instituições, o corpo docente, entre outros critérios.

Mussi incentiva os estudantes a se prepararem para a prova pois, com um bom desempenho, eles podem dizer que saíram "de instituição que teve uma boa nota no Enade e uma boa avaliação institucional".

Melhores desempenhos

O MEC estuda ainda outras formas de tornar o Enade mais atraente. Uma delas é divulgar os nomes dos estudantes que tiveram os melhores desempenhos no exame. A intenção é tornar público apenas os nomes daqueles que acertaram mais de 60% da prova. Não será divulgada a nota específica, mas a faixa de acertos.

De acordo com o presidente substituto, isso ainda não deverá ser implementado nesta edição, pois é necessário que os participantes estejam cientes das regras e que permitam essa divulgação. A divulgação deverá ser implementada "nos próximos exames", disse.

Para este domingo, Mussi afirmou que já está tudo pronto para a aplicação e que as provas já foram distribuídas. "É importante visualizar o local de prova e planejar com antecedência como chegar a ele, para que não se atrase devido à ausência ou redução do transporte público", recomendou.

O local de prova está disponível no Cartão de Confirmação de Inscrição, que pode ser acessado no Sistema Enade.

Neste ano, o Enade avaliará os cursos das áreas de ciências agrárias, ciências da saúde e áreas afins; engenharias e arquitetura e urbanismo; e os cursos superiores de tecnologia nas áreas de ambiente e saúde, produção alimentícia, recursos naturais, militar e de segurança.

Edição: Kleber Sampaio

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

A autorregulação do setor de ensino privado

Há alguns meses foi anunciado pelo ministro da Educação a possibilidade de autorregulação e do ensino superior privado. A declaração foi bem acolhida pela IES. Por ser algo novo no Brasil e que demandaria uma série de mudanças regulatórias, o governo encomendou ao setor educacional uma proposta sobre o tema, que será discutida na próxima reunião, prevista para dezembro. Diante deste cenário, é ponderado dizer que estamos num momento de construção coletiva, de forma positiva, com oportunidades e liberdade, por meio do diálogo existente.

A educação privada no Brasil é bastante representativa: mais de 15 milhões de estudantes, sendo 9 milhões na educação básica e 6 milhões no ensino superior, além de mais de 2 mil Instituições de ensino superior e outras mais de 40 mil instituições de educação básica. Exatamente por seu tamanho, diversidade e carência de uma educação com qualidade no Brasil, a escola particular vem dando o seu melhor, com representatividade e competência através dos seus gestores/educadores.

A possibilidade de construirmos um processo de autorregulação é muito bem-vinda e caminha com os modelos mundiais de educação superior privada. A Federação Nacional das Escolas Particulares – Fenep vem dialogando há bastante tempo com as instituições e associações do setor pela defesa de uma educação de qualidade, autonomia e responsabilidade. E esse ponto nos une! Porém, precisamos superar algumas dificuldades naturais de um setor tão diverso. Temos que permanecer unidos.

A Fenep acredita na possibilidade de autorregulação do ensino superior e vai além, ao pensar no processo chegando também para a educação básica. Afinal de contas, os desafios enfrentados no MEC são comuns nos estados e municípios, tanto na educação superior quanto na básica, com o enfrentamento das estruturas burocráticas, que normalmente são desfavoráveis à iniciativa privada.

É importante reforçar que temos muitos pontos que nos unem nessa jornada de

autorregulação, como a formação de professores, o acesso ao ensino superior, bem como a integração entre a educação básica e as IES, oportunizando a troca de experiências e o fortalecimento institucional da educação privada brasileira.

Pela primeira vez nos últimos anos temos a oportunidade de ampliar o diálogo com profundidade nos debates com o setor educacional. A minha convicção é que as lideranças estão maduras para enfrentar os desafios necessários para essa construção.

*Ademar Batista Pereira é presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares (Fenep)

topo ↕

CONGRESSO EM FOCO - TEMPO REAL

PEC dos Fundos avança no Senado com mudanças. Veja a íntegra do relatório

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado marcou para o próximo dia 27 a leitura do parecer do senador Otto Alencar (PSD-BA) à PEC dos Fundos, uma das três medidas do pacote entregue pelo presidente Jair Bolsonaro e pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, há duas semanas ao Congresso, o chamado Mais Brasil. A votação, no entanto, só deve ocorrer na primeira semana de dezembro. A análise das outras duas – a PEC Emergencial e a do Pacto Federativo – tendem a ficar para 2020. Otto entregou seu relatório e fez uma série de mudanças na proposta que extingue os fundos infraconstitucionais, inclusive os 47 que atualmente têm recursos.

Segundo ele, o governo não se opõe as alterações. Otto preservou o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que, apesar de ter sido criado por lei, tem finalidade prevista na Constituição. Destina-se ao custeio do seguro-desemprego, do abono salarial e de programas de desenvolvimento econômico. Em entrevista ao Congresso em Foco, o relator defendeu a extinção dos fundos infraconstitucionais para abrir margem para o Executivo usar como quiser os recursos. O senador cobrou, no entanto, maior protagonismo do Congresso na construção do orçamento federal.

“Se o relator do orçamento, o [deputado] Domingos Neto resolve colocar como emenda impositiva R\$ 10 bilhões para cultura e a emenda é impositiva, o caixa único do governo vai ter que botar esse dinheiro para cultura. O Legislativo, na construção do orçamento, pode perfeitamente colocar como impositiva a aplicação na cultura, educação, seja o que for”, disse.

E completou: “Por isso, a cada dia que passa é mais importante e fundamental que se defina que o orçamento precisa e deve ser impositivo, e não uma peça de ficção. Abre uma rubrica e bota um valor financeiro tal e não se concretiza porque o Executivo não passa recurso”.

Otto Alencar fez outras mudanças na proposta do governo. Ele ampliou a destinação das receitas que serão desvinculadas com a extinção dos fundos setoriais. De acordo com a versão original, o dinheiro deveria ser utilizado na erradicação da pobreza e investimentos em infraestrutura. O relator colocou como prioridade a implantação e a conclusão de rodovias e ferrovias, além da interiorização de gás natural produzido no Brasil.

Essa alteração, segundo o senador, foi sugerida pelo próprio ministro Paulo Guedes. O parlamentar baiano também propõe o repasse mínimo de 3% da receita desvinculada

para a revitalização do Rio São Francisco. O limite previsto para essa destinação será de R\$ 500 milhões por ano ao longo de uma década.

Cultura

Entre os fundos que serão extintos, se o relatório for confirmado pelo Congresso, estão o Fundo Nacional de Cultura, que neste ano possui R\$ 1,4 bilhão, e o Fundo Setorial do Audiovisual, que conta com R\$ 724 milhões em 2019. Para Otto, não haverá prejuízo para a área.

“Tem dinheiro no fundo de cultura, mas não estão utilizando. Por que não estão utilizando? Porque o governo não quer utilizar. Esses fundos tradicionalmente, como ocorre ao longo dos anos, não são do governo. Não são de Bolsonaro, não foram de Temer, Dilma e Lula. Eles ficam muito mais para, no final do ano, constar como superávit para diminuir o déficit fiscal do país”, declarou o senador do PSD.

Para reforçar sua ideia de acabar com os fundos, o senador baiano citou as verbas vinculadas a ministérios. “Por exemplo, o Fundo de Marinha Mercante está agregado ao Ministério da Infraestrutura, tem lá de saldo R\$ 8 bilhões. O ministro Tarcísio Freitas, se precisar desse recurso para construir ou ampliar uma estrada, fazer uma ponte ou que for, não pode usar porque vinculado a uma atividade só”, afirmou.

São fundos constitucionais e não serão objetos da PEC o de Participação dos Estados (FPE), o de Participação dos Municípios (FPM), o de Desenvolvimento para Educação Básica (Fundeb), o do Nordeste (FNE), o do Norte (FNO) e o do Centro-Oeste (FCO).

A proposição faz parte de um conjunto de três PECs que alteram o orçamento público. Além dela, tramitam no Senado a PEC Emergencial, que está sob a relatoria de Oriovisto Guimarães (Podemos-PR), e a do Pacto Federativo, relatada por Márcio Bittar (MDB-AC).

topo 

CORREIO WEB - TEMPO REAL

Bom desempenho no Enade pode ajudar a conseguir emprego, diz Inep

O Enade é um exame feito por estudantes - ao final dos cursos de graduação - para avaliar conhecimentos, competências e habilidades desenvolvidas ao longo do curso

Um bom desempenho no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) pode trazer benefícios na hora de conseguir um emprego, de acordo com o presidente substituto do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Camilo Mussi. Neste domingo (24), cerca de 435 mil estudantes do ensino superior estão inscritos para fazer o exame. As provas serão aplicadas em 1.063 municípios.

"É importante que o aluno que vai fazer o Enade tenha noção de que o exame é um dos elementos usados para avaliar a instituição em que ele se formou", disse Mussi. "É importante ter noção de que entrevistas [de emprego] e de mercado de trabalho avaliam isso, se aluno estudou em uma instituição boa", acrescentou.

O Enade é um exame feito por estudantes - ao final dos cursos de graduação - para avaliar conhecimentos, competências e habilidades desenvolvidas ao longo do curso.

O estudante precisa fazer o exame para colar grau e receber o diploma, mas não existe a obrigação de uma nota mínima para que ele seja aprovado. Alguns estudantes acabam, portanto, não se dedicando ao exame, segundo o Inep.

Na última avaliação, em 2018, a média geral das notas dos estudantes da maior parte dos cursos avaliados foi menor que 50 pontos, em uma escala que vai até 100.

Esse desempenho reflete na avaliação da qualidade das instituições de ensino superior, já que o exame é um dos componentes dessa avaliação, que leva em consideração também o Questionário do Estudante, de preenchimento obrigatório para quem vai fazer o Enade, a infraestrutura das instituições, o corpo docente, entre outros critérios.

Mussi incentiva os estudantes a se prepararem para a prova pois, com um bom desempenho, eles podem dizer que saíram "de instituição que teve uma boa nota no Enade e uma boa avaliação institucional".

Melhores desempenhos

O MEC estuda ainda outras formas de tornar o Enade mais atraente. Uma delas é divulgar os nomes dos estudantes que tiveram os melhores desempenhos no exame. A intenção é tornar público apenas os nomes daqueles que acertaram mais de 60% da prova. Não será divulgada a nota específica, mas a faixa de acertos.

De acordo com o presidente substituto, isso ainda não deverá ser implementado nesta edição, pois é necessário que os participantes estejam cientes das regras e que permitam essa divulgação. A divulgação deverá ser implementada "nos próximos exames", disse.

Para este domingo, Mussi afirmou que já está tudo pronto para a aplicação e que as provas já foram distribuídas. "É importante visualizar o local de prova e planejar com antecedência como chegar a ele, para que não se atrase devido à ausência ou redução do transporte público", recomendou.

O local de prova está disponível no Cartão de Confirmação de Inscrição, que pode ser acessado no Sistema Enade.

Neste ano, o Enade avaliará os cursos das áreas de ciências agrárias, ciências da saúde e áreas afins; engenharias e arquitetura e urbanismo; e os cursos superiores de tecnologia nas áreas de ambiente e saúde, produção alimentícia, recursos naturais, militar e de segurança.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Parceria entre Sicoob Central Rondon e faculdade promove educação cooperativista

O crescimento do cooperativismo nos últimos anos tem contribuído não só com a atividade econômica, mas com áreas como a educação. Em Mato Grosso, a Faculdade do Cooperativismo (ICOOP) já oferece cursos de graduação e pós-graduação para quem deseja desenvolver atividades nesse campo. A instituição, que tem entre suas mantenedoras o Sicoob Central Rondon, está com a primeira turma de Gestão de Cooperativas completando o primeiro ano e anuncia a abertura de novo processo seletivo para 2020.

“A faculdade é uma iniciativa do Sindicato e Organização das Cooperativas Brasileiras de Mato Grosso (OCB/MT) que data dos anos 80 e que passou a contar com o apoio de diversas filiadas pelo país. Aqui em Mato Grosso, temos o Sicoob Central Rondon como uma das sócias-mantenedoras e também beneficiadas, já que há colaboradores das agências cursando a faculdade e executando o que veem em sala de aula. A ideia é formar novos agentes do cooperativismo”, explica a diretora geral do ICOOP, Janete Dalabarba.

Carla Machado, coordenadora de extensão e pós-graduação do ICOOP, salienta que a Faculdade é a primeira aberta do cooperativismo do Brasil. “Significa que podem participar dos nossos cursos não só colaboradores e cooperados, mas qualquer pessoa. Ela é aberta à comunidade e nós temos a oferta de cursos de graduação e pós-graduação e extensão”, destaca. Segundo ela, para facilitar o acesso o processo seletivo, que está aberto desde o dia 4 de novembro, será por agendamento. “Quem se interessar pode entrar no nosso site (www.icoop.edu.br) e escolher. Serão oito datas, do dia 14 de novembro até 30 de janeiro. E as provas podem ser agendadas das 8h às 20h”, informa.

A presidente do Sicoob Central Rondon, Aifa Naomi, ressalta que apoiar a educação cooperativista tem sido cada vez mais uma das missões do sistema em todo o país. “O cooperativismo vai além da questão financeira, há também a preocupação e investimento na educação. Temos levado este conceito aos nossos associados e colaboradores, visando estimulá-los a conhecer e saber mais de todas as vertentes do cooperativismo. O resultado disso será positivo ao mercado, com profissionais melhor capacitados e instituições qualificadas”, diz Aifa.

Ela conta que em Mato Grosso, nos últimos três anos, dobraram as vagas, mas houve uma grande dificuldade para encontrar candidatos aptos. “Temos necessidade de pessoas qualificadas e o grande problema durante a seleção é o desconhecimento do que é o cooperativismo. Passando por essa formação já elimina essa barreira. É um candidato quase que natural a uma vaga, porque é um processo que ele já conhece. Então, para nós é muito mais fácil quando a pessoa tem essa bagagem”, alerta a presidente.

Seletivo – As inscrições para o curso Tecnológico em Gestão de Cooperativas (turma 2020) serão abertas em 4 de novembro, no site do ICOOP. São oferecidas 40 vagas. As aulas terão início em 4 de fevereiro de 2020, com a duração de cinco semestres (dois anos e meio).

Para colaboradores de cooperativas, há a possibilidade de pleitear o financiamento de bolsas de estudos de até 75%, com o restante custeado pelo aluno. “É mais um incentivo para quem já tem algum contato com o sistema cooperativista. Entendemos isso como uma formação e preparação”, finaliza a diretora do ICOOP, Janete Dalabarba.

Histórico – Em 1973, mais de 160 cooperativas filiadas fundaram a OCB em Mato Grosso. Entre os anos de 1980 a 2000, a instituição atuou na formação e captação de parceiros e recursos para a criação e implantação de uma unidade voltada para o ensino no estado. Durante o Encontro Plurianual de Planejamento Estratégico da OCB/MT, em 2012, foi aprovada a criação de uma instituição de ensino superior cooperativista e em novembro de 2017, o ICOOP recebeu o credenciamento do Ministério da Educação (MEC) para atuar no mercado com a oferta de cursos técnicos.

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

MEC prorroga prazo para responder a questionário do Enade Estudantes que estão concluindo a graduação têm até às 13h deste domingo (24) para enviar as respostas, mesmo dia da aplicação das provas

O Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) reabriu o prazo para o Enade (Sistema Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes) para que estudantes inscritos preencham o Questionário do Estudante até domingo (24), às 13h.

É a mesma data de realização das provas em 1.217 locais de todas as unidades da Federação. Fazer a prova e responder ao questionário são componentes curriculares obrigatórios. Se não cumprir um desses requisitos, o estudante fica irregular junto ao Enade e não cola grau.

A consulta ao local de prova só é possível para quem respondeu ao Questionário do Estudante. Para visualizar o endereço da prova, o estudante deve acessar o Sistema Enade. Até a manhã desta sexta-feira (22), 93% dos inscritos já haviam preenchido os questionários (403 mil) e 70% consultaram o local de exame.

Os portões dos locais de exame serão abertos às 12h e fechados às 13h, seguindo o horário oficial de Brasília. As provas começam às 13h30 e têm 4 horas de duração. Estudantes devem permanecer nas salas de aplicação até 14h30, em todas as unidades da Federação. O exame será encerrado 17h30. Participantes com tempo adicional, solicitado e homologado, podem ficar na sala até 18h30.

Telefones celulares ou quaisquer outros aparelhos eletrônicos devem ser mantidos desligados no envelope porta-objetos. De acordo com as regras do exame, se o aparelho eletrônico do participante emitir som na sala de prova, ele terá de assinar o termo de eliminação do Enade, ficará irregular e não conseguirá colar grau.

Cursos avaliados

Na edição de 2019, o exame avaliará os cursos de ciências agrárias, ciências da saúde e áreas afins; engenharias e arquitetura e urbanismo; e os cursos superiores de tecnologia em ambiente e saúde, produção alimentícia, recursos naturais, militar e segurança.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Sem provas, Weintraub diz que federais têm plantações extensivas de maconha

Sem apresentar provas, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, disse em entrevista ao "Jornal da Cidade Online" que há "plantações extensivas de maconha" nas universidades federais, "a ponto de precisar de borrifador de agrotóxico".

"Você tem plantações de maconha, mas não são três pés de maconha, são plantações extensivas de algumas universidades, a ponto de ter borrifador de agrotóxico. Porque orgânico é bom contra a soja para não ter agroindústria no Brasil, mas na maconha deles eles querem toda tecnologia a disposição", disse.

Weintraub ainda acusou laboratórios de química de produzirem metanfetamina. O ministro, no entanto, também não apresentou provas e nem disse suspeitar em quais universidades isso aconteceria.

"Você pega laboratórios de química - uma faculdade de química não era um centro de doutrinação - desenvolvendo drogas sintéticas, metanfetamina, e a polícia não pode entrar nos campi", declarou.

Segundo ele, a culpa seria da "soberania" das universidades. "Foi criada uma falácia que as universidades federais precisam ter autonomia. Justo, autonomia de pesquisa, ensino... Só que essa autonomia acabou se transfigurando em soberania", afirmou.

Ele classificou as universidades de "madrças [escola muçulmana] de doutrinação" e disse defender a diminuição do "poder absoluto e hegemônico" delas.

Reitores repudiam declaração e prometem tomar providências jurídicas

Em nota, a Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior) afirmou que as universidades públicas são o berço da produção de ciência e de tecnologia do país e que, por serem um "verdadeiro patrimônio do povo brasileiro", devem ser valorizadas, cuidadas e incentivadas.

A associação repudiou as declarações do ministro e disse que irá tomar as providências jurídicas cabíveis para apurar eventual cometimento de crime de responsabilidade, improbidade, difamação ou prevaricação por parte de Weintraub.

A Andifes destacou, ainda, que as universidades são alvo constante da "retórica agressiva" de Weintraub, mas que, desta vez, o ministro "ultrapassa todas as fronteiras que devem limitar, sobretudo, os atos de um gestor público do alto escalão da República".

"Se o Sr. Ministro da Educação busca, mais uma vez, fazer tais acusações para detratar e ofender as universidades federais perante a opinião pública, mimetizando-as com organizações criminosas, ele ultrapassa todos os limites da ética pública, indo aliás muito além até de limites que já não respeitava. Nesse caso, o absurdo não tem precedentes", diz o texto.

"De outro lado, se o Sr. Ministro, enquanto autoridade pública, efetivamente sabe de fatos concretos, sem todavia apontar e denunciar às autoridades competentes de modo específico onde e como ocorrem, preferindo antes usá-los como instrumento de difamação genérica contra todas as universidades federais brasileiras, poderá estar cometendo crime de prevaricação", afirma ainda a nota.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Carteirinha estudantil digital será lançada na segunda-feira, diz Weintraub

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, anunciou hoje, durante entrevista ao Jornal da Manhã da Jovem Pan, que as carteirinhas estudantis digitais, a ID Estudantil serão lançadas na próxima segunda-feira (25).

O documento poderá ser baixado pelo celular e o estudante poderá utilizá-lo para ter acesso a meia entrada em show, teatros, cinemas e demais atividades culturais.

"Na segunda-feira, teremos o lançamento digital do ID Estudantil, que é o aplicativo de

CLIPPING



celular para ter a carteirinha digital. Os estudantes que tiverem sido cadastrados pela instituição de ensino já vão poder acessá-la a partir dessa data. Para quem não tiver sido cadastrado, o estudante só precisa pressionar a escola para efetuar-lo", disse.

Segundo o ministro, a carteirinha trará uma economia de R\$ 50 por ano ao aluno e criticou quem é contra o documento. "Por que algumas pessoas são contra a carteirinha digital? Porque a UNE ganha R\$ 500 milhões por ano fazendo isso. A gente vai quebrar mais uma das máfias do Brasil, tirar R\$ 500 milhões das mãos da tigrada da UNE. Esse dinheiro vem do povo, que paga R\$ 50 na carteirinha todo ano".

O MEC informou que está trabalhando para firmar um acordo com a Caixa Econômica Federal para a emissão gratuita da ID Estudantil física para os estudantes que desejarem.

